

DIA LOG@S

VOLUME 17 | N.2
JUL-DEZ DE 2023



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 17, n. 2, jul./dez., 2023



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Antonio Soares da Silva

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitor de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Daniel Pinha Silva

Pró-reitor de Saúde (PR-5)

Ronaldo Damião

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Renato dos Santos Veloso

Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ricardo Antônio Souza Mendes

Coordenador-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Alexandre Belmonte

Coordenadora-Adjunta do Programa de Pós-graduação em História

Marina Monteiro Machado

Coordenador do Doutorado

André Nunes de Azevedo

Coordenador do Mestrado

Rafael Pinheiro de Araújo

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 17, n. 2, jul./dez., 2023



Expediente

Capa

Natalia da Paz Lage

Imagem

João Bruno Rocha de Souza.
Entre a cifra e a espada, 2024.

Diagramação

Ketlin Rodrigues Gonçalves
Lucas Ventura da Silva
Natalia da Paz Lage

Revisão

Bianca Costa de Matos
Carolina Machado dos Santos
Ketlin Rodrigues Gonçalves
Lucas Cabral da Silva
Lucas Ventura da Silva
Natalia da Paz Lage

Conselho Editorial

Ana Luzia Pereira Martins – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Andrea da Conceição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Bianca Costa de Matos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carolina Machado dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
João Vitor Ribeiro Borde de Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ketlin Rodrigues Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Leila Cristina Gibin Coutinho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Cabral da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Ventura da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Cllara Barbieri Farinha Marrafa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Inês Pereira Schettino – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Mariana da Silva Rodrigues de Lima, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Natalia da Paz Lage – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Tácio Ferreira Garrido Barbosa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Thiago Campos da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Alex Gonçalves Varela, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Andre Luiz Vieira de Campos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
André Nunes de Azevedo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz de Moraes Vieira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Edgard Leite Ferreira Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Edna Maria dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Érica Sarmiento da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Laura Nery, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Lená Medeiros de Menezes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Marcia de Almeida Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Emilia da Costa Prado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Regina Candido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Orlando de Barros, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Oswaldo Munteal Filho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Paulo Roberto Seda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Fabiano Vilaça Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Sylvia Regina Bastos Nemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Thiago Lima Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

- 08 **Apresentação**
Editorial

DOSSIÊ TEMÁTICO: Um passado presente: história e memória das direitas na América Latina, séculos XX e XXI

- 15 **ESTANDARTES, DISCOS E MANIFESTOS
UMA ANÁLISE SOBRE O CLUBE DA LANTERNA (1953-1956)**
Caio César Cuozzo Pereira

- 46 **NEGAR O PASSADO PARA CONTROLAR O PRESENTE:
DISPUTA DE NARRATIVAS E BOLSONARISMO**
Ariel Cherxes Batista

- 69 **TEMPLOS ABERTOS: A DISTOPIA PRÓXIMA DO LONGA-
METRAGEM DIVINO AMOR**
Caius Costa Amaral

ARTIGOS LIVRES

- 86 **O MEDO DO PRAZER NA LEITURA DA HISTÓRIA: UM
POUCO SOBRE O HISTORIADOR E A SUSPEITA DA BOA
ESCRITA**
Lina Alegria dos Santos Reis

- 110 **REPRESENTAÇÕES PRESENTES DO PASSADO: A
REVOLUÇÃO HAITIANA NOS LIVROS DIDÁTICOS**
Eric Patrick Silva de Faria Rocha

RESENHA

- 135 **REDISCUTINDO A MATERNIDADE NEGRA NO RIO DE
JANEIRO, SÉCULO XIX**
Alanna Perônio

APRESENTAÇÃO

**Um passado presente: história e memória das direitas na América Latina, séculos
XX e XXI**Ricardo Mendes¹Fabrício Ferreira de Medeiros²Luis Edmundo de Souza Moraes³

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a derrota dos fascismos no campo de batalha ocasionou um refluxo da direita extremista. Por outro lado, no âmbito dos estudos acadêmicos, o desenvolvimento de investigações sobre as direitas centrou atenção principalmente em suas expressões mais autoritárias (ARENDR, 2015; ADORNO *et al.*, 1967; POULANTZAS, 1977), buscando entender o que teria ocasionado o desenvolvimento das experiências italiana e alemã, além daquelas que guardavam situações políticas correlatas, tais como as desenvolvidas na Espanha e em Portugal.

A afirmação das ditaduras militares na América Latina, instauradas a partir de golpes civil-militares, contribuiu com a retomada das direitas como objeto de pesquisa. Agora tendo como objetos principais os casos nacionais desenvolvidos entre os anos de 1960 e 1970 nessa região e sua relação com as experiências de outras partes do mundo. Assim, cientistas políticos e historiadores de diversos países somaram esforços no sentido de compreender as causas das rupturas institucionais na região, as motivações ideológicas de militares, empresários, mulheres, políticos em geral, as referências conservadoras e fascistas apropriadas pelos novos regimes autoritários, além dos elementos de aglutinação das direitas, a exemplo do anticomunismo (COMBLIN, 1979; VALDÉS, 1980; ROUQUIÉ, 1984; HERRERA, 1986).

¹ Professor Titular de História da América na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente participa do Grupo de Pesquisa Brasil Republicano, é Investigador Associado do GT da ANPUH e do Grupo de Pesquisa “Direitas, História e Memória” e coordenador do Grupo de Estudos José Luis Romero. Email: rasmric5@gmail.com.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) com bolsa CAPES-PROEX. Atualmente coordena o Grupo de Estudos José Luis Romero. Email: fabricio.f.medeiros@hotmail.com.

³ Professor Associado de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde coordena o Núcleo de Estudos da Política (NUEP-UFRRJ). É Doutor em História pelo Centro de Pesquisas Sobre o Antissemitismo da Universidade Técnica de Berlim (TU BERLIN). Email: luismoraes@ufrj.br.

Mesmo que nas sete décadas iniciais do XX existisse uma direita democrática, desenvolveram-se poucas investigações dentro desse escopo (ROMERO, 1970) e a tônica geral foi a de estudos que privilegiavam o caráter antidemocrático que caracterizou esse polo político (OLIVEIRA, 1994; VERBISTY, 2003; SAAVEDRA, 2006). Mais recentemente, a busca pelas raízes do autoritarismo enquanto fenômeno social e político conduziu muitos historiadores a buscarem na experiência de movimentos e ideologias de extrema direita explicações para o presente, inclusive, pensando nas rupturas e continuidades existentes entre os fascismos históricos e os fascismos contemporâneos (TEIXEIRA DA SILVA; SCHURSTER, 2022), entre fascismo e populismo (FINCHELSTEIN, 2019) ou entre direitas tradicionais e “novas direitas” (BOISARD, 2015).

Influenciadas de forma reativa com o suposto “Fim da História”, por volta dos anos 1990 e princípios do século XXI, as direitas passaram a ser novamente objeto de análise privilegiada (BOBBIO, 2011). Não apenas com foco nas manifestações ocorridas no século XX e com uma tonalidade radical (DEUTSCH, 2005; ZÁRATE, 2008), mas buscando também entender os mecanismos mobilizadores e os discursos, as redes de sociabilidade, sua diversidade e seus variados conteúdos ideológicos (CORREA SUTIL, 2011; BOHOSLAVSKY e BERTONHA, 2016; MENDES, 2003), dentre outros aspectos. Essas abordagens das direitas no tempo presente e no tempo imediato atestam que as estratégias de vários desses segmentos se modificaram.

Para compensar a desvantagem de competir eleitoralmente com partidos de esquerda em países historicamente marcados por altos níveis de desigualdade e pobreza, as direitas partidárias e apartidárias passaram a politizar questões culturais como uma forma de contornar debates sobre políticas redistributivas. Pautas relacionadas à segurança pública, às relações de gênero, ao aborto, à eficiência administrativa, à família, à autonomia local, a minorias étnicas ou culturais ganharam maior espaço na plataforma política das direitas, contribuindo para o seu sucesso eleitoral em vários países, a exemplo de: Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador (LUNA; KALTWASSER, 2014; ZANOTTI; ROBERTS, 2021; KESTLER, 2022).

Parte desses temas são tratados nos artigos que compõem este dossiê temático, sendo apresentados a seguir. Esperamos que o leitor possa se familiarizar ainda mais com a discussão sobre as direitas a partir da leitura das contribuições dos autores citados nesta apresentação. Desejamos também que a publicação deste dossiê temático se torne um

incentivo para a ampliação dos estudos sobre as direitas no campo historiográfico, em conexão com as pesquisas mais recentes produzidas na Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Filosofia, dentre outras áreas disciplinares. Salvo tais considerações, segue, abaixo, uma breve síntese dos conteúdos de três artigos que compõem o dossiê, acompanhados de outros três artigos livres encaminhados para o mesmo volume da Revista *Dia-Logos*, em conformidade com a ordem cronológica dos temas examinados pelos autores.

Os dez anos que sucederam o término da II Guerra Mundial (1945-1955) foram marcados no Brasil pelo embate entre o que contemporâneos e a historiografia denominaram por populismo e o liberal-conservadorismo. Getúlio Vargas e Carlos Lacerda foram as lideranças políticas representativas dessas duas perspectivas políticas em um momento no qual o comunismo ainda não era compreendido por segmentos da sociedade como uma ameaça a ser combatida. Em relação a esse contexto, o artigo de Caio Cuozzo intitulado “Estandartes, Discos e Manifestos - uma análise sobre o Clube da Lanterna (1953-1956)” busca avaliar alguns aspectos relativos às características, organização e a ideologia do Clube da Lanterna, que teve Carlos Lacerda como figura de proa e referência para a sua própria existência. Apesar de uma existência efêmera, a agremiação apresentou-se como um ator político de relevância desse período no campo das direitas. O autor busca “dar sentido a ação política” desse Clube utilizando-se da análise sobre a trajetória de vida dos indivíduos que compuseram a diretoria do clube, arrolada no inquérito policial desenvolvido pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Com essa intenção, analisa registros de nascimento, o grau de escolaridade, a situação financeira, os vínculos religiosos e profissionais desses indivíduos a fim de estabelecer as redes de sociabilidade construídas por esses laços. É a partir desses aspectos que pontua a existência de uma “sintonia discursiva” entre o Clube e Lacerda. E com base no levantamento dos dados indicados acima assinala a existência de um dado perfil de grupo, dentre os dirigentes da agremiação, que teria colaborado decisivamente para isso.

O artigo “Negar o passado para controlar o presente: disputa de narrativas e bolsonarismo” busca relacionar o golpe de 2016 contra a Presidente Dilma Rousseff e a posterior chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018 com a valorização e a exaltação da ditadura militar por parte de Bolsonaro desde o período em que foi instalada a Comissão Nacional da Verdade. Percorrendo processos que indicariam

que o bolsonarismo foi marcado por uma confluência entre o antipetismo e a defesa da ditadura, Ariel Chermes Batista nos sugere que aquilo que é por ele chamado de “negacionismo da ditadura” objetivaria fazer com que se voltasse “ao silêncio sobre o período”. O artigo chega à conclusão de que para enfrentar a história contada por Bolsonaro sobre a ditadura, “a história e os bons usos da memória” precisam ser mobilizados para que este passado jamais seja repetido.

Se debruçando sobre esse mesmo contexto histórico, Caius Costa Amaral analisa o filme *Divino Amor* (2019), dirigido por Gabriel Mascaro, levantando questões importantes relativas à religião evangélica no Brasil. Por meio de revisão bibliográfica, o autor mapeia o crescimento das igrejas pentecostais em nosso país, pontua os canais através dos quais ocorre o engajamento político evangélico, além de expor a relevância de questões morais na plataforma destes atores políticos, a exemplo do aborto e do casamento homoafetivo. Seu trabalho mostra como o fundamentalismo religioso pode se voltar até mesmo contra os evangélicos, provocando perdas, frustrações e julgamentos morais proferidos por membros de sua própria comunidade religiosa.

Na seção de artigos livres, em “O medo do prazer na leitura da história: Um pouco sobre o historiador e a suspeita da boa escrita”, Lina Alegria parte da percepção de que, na história-disciplina, escritos que mobilizam recursos estéticos e fazem com que a leitura seja um ato prazeroso são colocados sob suspeição. Preocupando-se em observar a experiência sensorial que se dá no encontro de uma obra com o leitor e dos efeitos produzidos por ele, seja de prazer ou desprazer, de engajamento ou desengajamento, a autora nos leva por caminhos que permitem historicizar e, assim, desnaturalizar um regime de escrita da história que se relaciona com a separação entre a razão e os sentidos, o corpo e a paixão. Ao observar a emergência de modos de escrita que estabelecem expectativas estéticas quanto ao texto historiográfico, o texto também nos conduz por caminhos que nos apresentam os enquadramentos da sensibilidade que tendem a separar a estética e o fato ou o pensamento, o que representa um “modelo de conhecimento que é historicamente datável” e que correspondem a um projeto de ciência específico.

Eric Rocha apresenta artigo onde analisa a intensidade e profundidade com que aparecem nos livros didáticos de história a revolução de escravos ocorrida no Haiti. O autor procura fazer isso em três tempos. Primeiramente analisa a revolução em si mesma. Em um segundo momento, busca discorrer sobre o papel dos livros didáticos como instrumentos de memória sobre a História de uma nação. Por último, busca articular as

duas etapas anteriores, observando como uma memória específica – a da Revolução -, se apresenta nos livros e essas narrativas se desenvolvem. Sobre a Revolução, de um lado o autor pontua que as injunções internacionais foram importantes para explicarem as suas causas. No cenário extremamente conflituoso de fins do XVIII - marcado pela Revolução Francesa e pela proliferação de diferentes perspectivas do pensamento iluminista – esses acontecimentos potencializaram o ideário revolucionário. Contudo, considera que foi o protagonismo negro o fator decisivo. Caracterizando rapidamente o papel dos livros didáticos “na formatação de determinada consciência histórica”, o autor confere destaque a três processos específicos que se relacionam. Seriam eles: aumento do número de obras e livros com essa formatação, a acentuação do volume de pesquisas sobre o ensino de história e, por último, o desenvolvimento do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Por fim, com base na análise de uma pequena amostragem de livros didáticos, o autor encaminha duas conclusões. A primeira, de que nessas abordagens o protagonismo negro é ofuscado pelas causas externas. Na segunda que, quanto à temática em questão, os livros didáticos colaboram para o silenciamento sobre a Revolução de Escravos no Haiti.

Com essa breve apresentação, desejamos a todos e todas uma ótima leitura e parabenizamos os autores e as autoras pelo trabalho.

Referências

- ADORNO, Theodor *et al.* *The authoritarian personality*. 3 ed. New York: Science Editions, 1967 [1950].
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 3 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1951].
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1994].
- BOHOSLAVSKY, Ernesto & BERTONHA, João Fábio. *Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- BOISARD, Stéphane. La nueva derecha chilena y la impronta de los años 1960: ¿ruptura o continuidad? *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Questions du temps présent, mis en ligne le 11 juin 2015.
- COMBLIN, Joseph. *Ideología de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CORREA SUTIL, Sofía. *Con las riendas del poder: la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago de Chile: DeBOLSILLO, 2011 [2005].

DEUTSCH, Sandra McGuee. *Las derechas: la extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

FINCHELSTEIN, Frederico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

HERRERA, Genaro A. *El pensamiento político de los militares*. 6 ed. Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986.

KESTLER, Thomas. Radical, Nativist, Authoritarian - Or All of These? Assessing Recent Cases of Right-Wing Populism in Latin America. *Journal of Politics in Latin America*, Vol. 14(3) 289–310, 2022.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (orgs.). *The Resilience of the Latin American right*. John Hopkins University Press, Baltimore, 2014.

MENDES, Ricardo A. S. *Visões das Direitas no Brasil*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 2003.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y dictadura: la tercera internacional frente al fascismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores S.A., 1977 [1971].

ROMERO, Jose Luis. *El Pensamiento político de la derecha latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1970.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SAAVEDRA, Claudio Fuentes. *La transición de los militares*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. *Passageiros da tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente*. Recife: Cepe, 2022.

VALDÉS, Jorge Alberto Tapia. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*. México (DF): Editorial Nueva Imagen, 1980.]

VERBISTY, Horacio. *Civiles y militares: memoria secreta de la transición*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

ZANOTTI, Lisa; ROBERTS, Kenneth M. (Aún) la excepción y no la regla: la derecha populista radical en América Latina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, 30 (1), p. 23-48, 2021.

ZÁRATE, Verónica Valdivia. *Nacionales y Gremialistas: El parto de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom, 2008.

DOSSIÊ TEMÁTICO: Um passado presente: história e memória das direitas na América Latina, séculos XX e XXI**ESTANDARTES, DISCOS E MANIFESTOS
UMA ANÁLISE SOBRE O CLUBE DA LANTERNA (1953-1956)****STANDARDS, DISCS AND MANIFESTS
AN ANALYSIS ABOUT THE CLUBE DA LANTERNA LOVE (1953-1956)**Caio César Cuozzo Pereira¹

Resumo

O Clube da Lanterna foi uma associação fundada no Rio de Janeiro em 1953. O seu objetivo declarado era o de reunir apoiadores de Carlos Lacerda, dono do jornal *Tribuna da Imprensa* e político da União Democrática Nacional (UDN). Apesar de sua efemeridade, o Clube notabilizou-se pelo seu engajamento nas campanhas políticas de Lacerda, postura que motivou tanto uma interdição policial em sua sede em 1955 quanto o seu fechamento definitivo no ano seguinte. Dito isso, este artigo questiona se é possível elaborar um perfil sobre a diretoria do Clube. Inicialmente, desenvolve-se uma reflexão sobre o seu ideário e a sua estrutura – hierárquica e econômica – a partir do noticiário do *Tribuna*. Essa primeira incursão é essencial para situar o que foi o Clube, ou seja, o que tal grupo comandava. Posteriormente, através da prosopografia, discute-se a composição da sua diretoria que foi investigada pela polícia. Assim, almeja-se atingir dois objetivos. O primeiro é o de traçar um perfil de grupo. O segundo é o de apreender algumas de suas redes de relações. No fim, sustenta-se que essa análise permitiu a construção de um perfil que abarca as características, os atributos e algumas das redes de relações dos diretores do Clube.

Palavras-chave: Clube da Lanterna; Período Democrático (1946-64); História Política.

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica – RJ). Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: caiocuozzo@gmail.com.

Abstract

O Clube da Lanterna was an association founded in Rio de Janeiro in 1953. Its declared objective was to bring together supporters of Carlos Lacerda, owner of the newspaper *Tribuna da Imprensa* and politician of the União Democrática Nacional (UDN). Despite its ephemerality, the Clube was notable for its involvement in Lacerda's political campaigns, a position that led to both the police closure of its headquarters in 1955 and its end in the following year. That said, this article questions whether it is possible to create a profile about de Clube management. Initially, a reflection on its ideology and its structure – hierarchical and economic – is developed based on the *Tribuna* news. This is essential to locate what the Clube was, what this group commanded. Subsequently, through prosopography, the composition of his directory, which was investigated by the police, is discussed. Thus, two objectives are sought to be achieved. The first is to draw up a profile of the group. The second is to get to know some of your relationship networks. It argued that this analysis allows the construction of a profile that encompasses the characteristics, attributes and some of the relationship networks of the Clube directors.

Keywords: Clube da Lanterna; Democratic Period (1946-64); Political History.

Introdução

Falar do Clube da Lanterna exige uma explanação sobre Carlos Lacerda e a União Democrática Nacional (UDN). Afinal, a associação vinculava-se ao político que, por sua vez, era uma das lideranças do partido. Atualmente, existe uma bibliografia considerável sobre tais assuntos, mesmo constatando-se que o Clube foi analisado de modo tangencial. Convém contextualizar sinteticamente o objeto deste artigo à luz dos seus principais referenciais em tal conjuntura. Privilegia-se o recorte circunscrito entre o processo de redemocratização do Brasil pós-45 e a data de fechamento do Clube.

Parece justo afirmar que a UDN foi um dos principais partidos das direitas do período histórico em questão. Ela evocou a herança do liberalismo, apesar das ambiguidades e contradições que atravessaram o seu discurso e a sua prática no período. O golpismo talvez seja o aspecto mais ilustrativo dessa ambivalência. Para justificar tal posição, o partido recorria ao argumento de crítica ao funcionamento da democracia

quando experienciava a derrota eleitoral nas disputas para a presidência. O elitismo da UDN manifestava-se através da avaliação de que o povo votava equivocadamente ao preferir os seus candidatos (Benevides, 1981).

A moralidade funcionou como um símbolo de diferenciação e como o combustível de diversas campanhas políticas contra instituições ou agentes do Estado. Havia a ênfase na honestidade dos udenistas e a difusão da ideia de que o exercício do poder era algo corruptivo. A atuação legislativa da UDN abarcava o endosso a projetos considerados moralizadores e a prática de divulgação de denúncias. Em 1955, o partido defendeu a adoção da cédula única para a eleição. A sua justificativa era a de que a medida evitaria a ocorrência de fraudes. A UDN também privilegiava a denúncia de supostos casos de corrupção ou de subversão da ordem (Benevides, 1981).

Além desses aspectos, cumpre destacar o antivarguismo da UDN. A fundação do partido aconteceu durante o ocaso do Estado Novo (1937-1945). A crítica ao autoritarismo do governo Getúlio Vargas e a luta em prol das liberdades democráticas – com a de imprensa – eram bandeiras compartilhadas. Na eleição de 1946, ela obteve êxito significativo na disputa para a Assembleia Constituinte. Foram eleitos dez senadores e 77 deputados, resultado apenas superado pelo Partido Social Democrático (PSD). A sua bancada era consideravelmente maior do que a do terceiro colocado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convém citar o perfil dos parlamentares udenistas, aspecto que, em alguma medida, ilustra a sua característica elitista:

Do ponto de vista da composição social de sua bancada, a UDN mantinha um equilíbrio entre representantes dos setores agrários e bacharéis ilustres dos principais centros urbanos. O partido opositor recrutou a maioria de seus parlamentares nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns Estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço dos antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a Primeira República (Miceli, 2007, p. 665).

Lacerda ingressou na UDN após romper com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Data da época a sua estreia parlamentar, como o candidato udenista mais votado para vereador do Rio de Janeiro. Ele construiu laços com a intelectualidade católica e converteu-se a essa religião. Paralelamente, ele apoiou a campanha pela cassação do registro do PCB (Mendonça, 2002). Para Lacerda, a política era orientada pelo conflito. A construção de sua carreira foi atravessada pela escolha de antagonistas que deveriam ser derrotados. No cenário interno, Lacerda instrumentalizava o valor da liberdade

oriundo do liberalismo na sua crítica ao poder. Tal qual o partido, ele considerava a moralidade o alicerce da sociedade e apontava a corrupção como a razão da existência de parte dos problemas socioeconômicos brasileiros. No cenário externo, Lacerda defendeu que o Brasil pertencia ao mundo ocidental e cristão. Em tempos polarizados pela Guerra Fria, essa posição significava um alinhamento com os Estados Unidos (Chaloub, 2018).

Em 1949, Lacerda fundou o jornal *Tribuna da Imprensa*. A sua rede de relações foi importante na fundação do *Tribuna*. Adauto Lúcio Cardoso, seu colega de partido, adquiriu quinhentas ações. O intelectual católico Gustavo Corção tornou-se membro do conselho consultivo (Dulles, 1992). O jornal foi o seu espaço de luta contra a candidatura de Vargas (PTB) em 1950. Ele questionou a lisura da eleição e defendeu o “impedimento” da posse de Vargas (Dulles, 1992). Entrementes, o jornal foi um dos menores em termos de tiragens entre 1951-55. A sua produção atingiu 40 mil exemplares. Isso representava menos da metade da tiragem de *O Globo*, líder entre os jornais vespertinos em 1955 (Barbosa, 2007). A oposição de Lacerda ao governo Vargas foi uma constante. Quando o Clube foi criado, Lacerda promovia uma campanha de denúncia contra o jornal *Última Hora*. A sua acusação baseava-se principalmente em dois argumentos. O primeiro era o de que Vargas teria financiado o periódico através de empréstimos do Banco do Brasil. O segundo era o de que Samuel Wainer, proprietário do jornal, seria estrangeiro. Assim, ele teria transgredido a lei que limitava a propriedade da imprensa – escrita, radiofônica ou audiovisual – a brasileiros.

Paralelamente, cerca de quarenta pessoas assinaram e publicaram o manifesto de fundação do Clube. Entre elas estavam Lygia Vaz e Fidélis dos Santos Amaral Netto. A primeira era a esposa do major Rubens Vaz, um dos guarda-costas de Lacerda. O segundo era um dos jornalistas da equipe do *Tribuna*. Lacerda foi escolhido seu presidente de honra. Civis, militares e parlamentares – especialmente da UDN – tornaram-se sócios. Assim, “na luta incessante contra Vargas, Lacerda poderia contar, a partir de então, com a colaboração de uma entidade que lhe hipotecava total solidariedade” (Mendonça, 2002, p. 143).

A campanha do Clube contra o governo Vargas recrudescceu quando Lacerda sofreu um atentado que vitimou o major Vaz. O Clube publicou um manifesto pedindo que as Forças Armadas “promovessem” a renúncia de Vargas. O Clube alinhou-se com Lacerda nas disputas eleitorais de 1954-55. Na primeira, Lacerda foi o candidato a deputado federal mais votado pela UDN. Na segunda, ele e o Clube tinham o objetivo comum de

evitar que Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) fossem eleitos. O fracasso dessa tentativa foi acompanhado pela contestação do resultado do pleito. Essa postura gerou dois efeitos adversos para o Clube. A polícia interditou a sua sede durante o contragolpe² deflagrado pelo Exército. No ano seguinte, o Clube foi definitivamente fechado por decreto. Nesse último momento, um dossiê da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) listou o Clube como uma das organizações que representavam risco para a ordem (Carloni, 2010).

O vínculo de Lacerda com o Clube entre 1953-56 pode ser ainda mais detalhado, tanto no plano das ações quanto no da expansão da associação. Como o seu presidente de honra, o jornalista palestrou em assembleias, conferências e reuniões. Em 1955, Lacerda capitaneou um protesto de rua de associados – que terminou em tumulto – que preconizava uma “resistência” à posse de JK e de Goulart. Lacerda também foi o responsável por articular a criação de um diretório regional do Clube, em São Paulo (Dulles, 1992).

Na bibliografia, variações do termo radicalismo foram utilizadas por pesquisadoras para caracterizar o Clube (Benevides, 1981; Carloni, 2010). Afinal, ele demonstrou publicamente a sua intenção de remover do poder ou de obstruir dois presidentes. Outros trabalhos recorreram aos livros escritos por Leôncio Basbaum. Em ambas as citações, há o detalhe de que o Clube seria um tipo de organização de fascistas (Picaluga, 1980, p. 129; Mendonça, 2002, p. 142). Há o apontamento de que o Clube serviu para Amaral Netto projetar-se do jornalismo para a política (Motta, 2000, p. 214). Lacerda negou *a posteriori* o seu envolvimento. Ele alegou que o Clube teria sido uma invenção de Amaral Netto. Apesar de ter exaltado algumas qualidades dos associados em suas memórias, ele terminou o definindo como “uma espécie de clube fascistóide” (Lacerda, 1987, p. 66).

Portanto, na bibliografia, o Clube da Lanterna figura em pesquisas que tinham como objeto ou um partido (UDN), ou algum ator político (Lacerda ou Lott) ou um tema (o anticomunismo no Brasil). Neste artigo, ao tomar o Clube como objeto, almeja-se colocar em evidência outros aspectos de sua existência. Questiona-se se é possível elaborar um perfil sobre a sua diretoria de modo que, além de identificar as características e os atributos tendenciais, apreendam-se algumas de suas redes de relações. A pergunta

² O termo contragolpe foi empregado para definir a operação militar comandada pelos então generais Henrique Duffles Teixeira Lott e Odílio Denys em novembro de 1955. A ação foi justificada pelo risco de deflagração de um golpe para impedir a posse de JK e de Goulart (FERREIRA, 2003, p. 323).

implica em um redirecionamento do olhar que desfoca Lacerda e a UDN – sem os perder totalmente de vista – e enfoca o grupo. Este que permanece relativamente anônimo, apesar da publicidade de sua identidade coletiva (na imprensa e na bibliografia). No fim, sustenta-se que essa análise respaldou a construção de um perfil que abarca as características, os atributos e algumas das redes de relações dos diretores.

O problema fundamenta-se em uma forma de pensar e de interpretar o mundo social a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, os seus conceitos de campo e de *habitus* foram elaborados tendo em perspectiva o objetivo de “romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência” (Bourdieu, 1989, p. 61). Por outras palavras, a sua intenção era a de analisar a estrutura social e a ação individual de modo correlacionado.

Bourdieu definiu o conceito de campo como um espaço estruturado que reúne propriedades e indivíduos de acordo com a posição que o campo ocupa no mundo social (Bourdieu, 2003, p. 119). Nesse sentido, a sociedade abarcaria diversos tipos de campos – o político, o intelectual, entre outros. Os campos são espaços de pertencimento ou de circulação de ideias, de pessoas ou de instituições. Bourdieu sinalizou algumas leis que atravessam os campos. Os seus membros adquiriram um determinado tipo de conhecimento (*habitus*). Eles expressam interesses e experienciam relações objetivas hierarquizadas e disputas pelos tipos de capitais – econômico, cultural, social e simbólico – disponíveis nos campos. Assim, para o autor, há um jogo em curso que depende do “conhecimento” de suas regras e do “reconhecimento” do seu valor por parte dos indivíduos que o jogam (Bourdieu, 2003, p. 119-122). Desse modo, estruturam-se normas, métodos e objetos de disputa que são compartilhados. Aspectos que, não raro, suscitam conflitos entre os participantes de um campo. Também deve-se considerar o conjunto dos campos e as possíveis articulações e discórdias internas ou externas. Portanto, a atração ou a repulsão são intrínsecos aos jogos de poder em uma determinada conjuntura histórica (Bourdieu, 1989).

Como dito acima, os campos dependem de indivíduos iniciados em seus respectivos *habitus* para poderem funcionar. Ou seja, de pessoas que passaram por um processo de aprendizado e, assim, se tornaram detentoras dessa espécie de capital cultural (Bourdieu, 2003, p. 120). O *habitus* sugere a reflexão sobre as ações dos indivíduos – as suas razões práticas – tendo em perspectiva essas mentalidades construídas no decorrer de suas existências (Bourdieu, 1989, p. 61). Em suma, a ideia é a de tentar compreender a visão

de mundo do indivíduo em tela sem se descuidar de sua capacidade para agir como um ator social nesse mundo.

Este artigo contém um estudo de caso desenvolvido a partir da metodologia da prosopografia. De acordo com Lawrence Stone, a prosopografia consiste em uma investigação das características de um grupo definido, no intuito de identificar possíveis variáveis significativas, como as de correlações entre os participantes do grupo. Nesse sentido, o autor afirmou que um dos propósitos da prosopografia é o de dar sentido à ação política (Stone, 2011, p. 115-116).

Como pontuou Marcela Ferrari (2010), a prosopografia parte de uma delimitação de um conjunto de indivíduos que integraram algum ator coletivo. A partir disso, propõe-se uma investigação baseada em um questionário aplicado ao conjunto. A pesquisa e a análise das informações obtidas possibilitam sinalizar tendências sobre o conjunto observado. Por outro lado, a autora argumentou que os avanços na aplicação do método destacaram a relevância de se ir além das características do grupo, de modo a se iluminar as relações sociais e os laços de interdependência dos indivíduos que o compõem. Assim, aloca-se o indivíduo no epicentro da pesquisa (Ferrari, 2010, p. 530 e 534).

No caso deste artigo, buscou-se lidar com as seguintes questões – nascimento, matrimônio, educação, ocupação laboral (ou profissão) e posição econômica (especialmente no recorte da década de 1950). A seguir, procurou-se mapear relações, pertencimentos e laços de interdependência naquele contexto. Esse processo foi registrado em fichas individualizadas. Espera-se que a identificação desses fios tanto ilumine dimensões das experiências individuais quanto afaste o risco de se supervalorizar o papel do Clube nas vidas de tais indivíduos.

Este artigo desdobra-se em outras três partes. Inicialmente, desenvolve-se uma reflexão sobre o ideário e a estrutura – hierárquica e econômica – do Clube a partir do noticiário do *Tribuna*. Essa primeira incursão é essencial para situar o que foi essa associação, ou seja, o que tal grupo comandava e o que ele veiculava em seus pronunciamentos. A seguir, analisam-se os dados coletados a partir da prosopografia. Primeiro, apresentam-se as características e os atributos tendenciais para tentar formar um perfil de grupo dos dirigentes do Clube. Segundo, apontam-se alguns dos seus pertencimentos, de suas experiências e de suas redes de relações. Principalmente aquelas que, em alguma medida, eram compartilhadas entre eles. Em conclusão, fazem-se algumas considerações sobre o Clube e o perfil dos seus dirigentes.

Estandartes, Discos e Manifestos

A denúncia de Lacerda contra o *Última Hora* foi qualificada como um ponto de ruptura no texto do manifesto de fundação do Clube da Lanterna. Esse documento tanto demarcou uma linha divisória entre o passado e o presente quanto projetou um futuro para o Brasil. O primeiro funcionou como o argumento para responder o “como” foi possível atingir aquela alegada realidade negativa. O “povo” se sentiria “cansado” de ser “explorado”, “ludibriado” e “roubado”. Por um lado, esse hipotético *status quo* abrangeria toda a sociedade, sem distinção de credo, etnia, classe ou ideário. Por outro, a “ameaça” a sua “liberdade” (i.e., de imprensa, por causa da existência do *Última Hora*) teria sido o estopim para o seu “despertar” e para a criação do Clube:

E é por isto que se fundou o Clube da Lanterna. Para reunir em torno dela, atraídos pela verdade, todos aqueles neste país – e são a maioria esmagadora – que não trocaram o vício pela virtude; a honestidade pelo roubo; a sinceridade pela hipocrisia; a verdade pela mentira; o amor pelo ódio; a democracia pelo totalitarismo; a claridade pela escuridão; o bem pelo mal; a imprensa livre pela de “Última Hora” (Clube... 1953, p. 5).

Naquele presente, a tarefa do momento seria a de organizar e orientar essa “força” – funções diretivas que o manifesto arrogou para o Clube. A sua “lanterna” apontaria sequencialmente a sua “luz” sobre os que seriam corruptos ou corruptores. Por contraposição, os que empunhavam a lanterna seriam os honestos, valor auto atribuído imediatamente para os que ingressarem nele. Essa díade, que envolvia recrutamento e denúncia, possibilitaria a persecução de um futuro idealizado. Nele, a moralidade pareceria ser a pedra angular da sociedade. O jogo de palavras do manifesto aglutinou antônimos – de fato ou sugeridos como tal – que apontam para uma forma de ver e de pensar aquele contexto. Este seria composto basicamente por dois campos antagônicos. O apelo sugeriu que havia uma batalha no horizonte e que aquele seria um momento de definição.

Ao lado do manifesto, foram divulgados 12 objetivos. Na maioria há a ideia de atuar como um tipo de agente de fiscalização, especialmente sobre o Estado. Ele pretendia “combater o desvirtuamento da intervenção do Estado nos diversos setores da atividade humana” e “condenar toda e qualquer atividade do Estado no setor de imprensa falada e escrita e, em geral, no ramo da informação e da formação da opinião pública”. Também

ambicionava divulgar direitos e deveres do cidadão e realizar eventos – palestras, conferências, enfim – para levar “ao povo o conhecimento da verdade e o debate dos assuntos que mais de perto lhe dizem respeito”. Os outros objetivos podem ser subdivididos em dois polos. O primeiro caracterizado por generalizações como “prestigiar” o Congresso Nacional ou “denunciar” os abusos com o erário. O segundo visava o crescimento do *Tribuna* como produto e como instituição. O Clube objetivava “promover e intensificar a penetração do seu órgão oficial” e “emprestar o seu integral apoio” ao periódico (Clube... 1953, p. 5).

O jornalista João Duarte Filho ingressou no Clube e escreveu no *Tribuna* sobre ele. O Clube possuiria políticos em seus quadros, mas as pessoas anônimas seriam majoritárias. Elas cobiçariam viver em um país “livre”, trabalhar pacificamente e ter um governo que aplicasse “bem” os impostos. Essas três variáveis conformariam o seu “civismo”. E a sua materialização ocorreria através da prática da defesa da liberdade e do dinheiro público. Nesse fluxo, os políticos no Clube compartilhariam desses ideais. Duarte Filho propôs a independência da associação – ela não pertenceria a qualquer partido ou expressaria interesses partidários (Duarte Filho, 1953, p. 3). Tal qual no manifesto de fundação, ele sugeriu uma elasticidade e uma liberdade para o Clube – reuniria pessoas diferentes entre si e seria uma organização insubordinada.

Duarte Filho produziu uma representação romântica sobre os associados. Suas referências eram os filmes de *cowboys* estadunidenses. Segundo ele, essas películas exibiam pessoas comuns que tinham paralisado os seus afazeres particulares para confrontar os *outsiders* e os *outlaws* que os ameaçavam. A defesa da ordem, da vida, da propriedade, da liberdade e do trabalho se sobreporiam aos interesses privados de cada um. Assim teriam surgido os grupos de vigilantes nos EUA. Na sua comparação, aos associados do Clube caberia esse mesmo papel de um certo altruísmo em nome do “bem-comum”. A fama e o dinheiro não os apeteçiam porque, vencida a disputa, eles retornariam ao anonimato e a pobreza:

Urge que se faça a convocação dos vigilantes e o Clube da Lanterna toca o seu clarim e reúne esses homens que amam a liberdade e querem preservá-la. O “outsider”, transformado em “outlaw” violador de Constituições que, quando pode, transforma em papel rasgado, se prepara, mais uma vez, para rasgar outra, vigente em seus princípios democráticos. Verdadeira figura do “fora da lei”, Getúlio confia na fraqueza e no egoísmo do povo e das classes, fiando em que o desinteresse geral pela coisa pública, o desencanto, a morfina do desalento e da desesperança tenha amortecido a consciência do cidadão, permitindo-lhe o golpe [...].

Não há, entre eles, nenhum beneficiário de cargo público, nenhum privilegiado de licenças do Banco do Brasil, qualquer aproveitador das facilidades que o governo amoral concede a quem se vende. São homens da faina particular, da vida privada, homens do trabalho afanoso, homens da família que a nada mais aspiram que a um país com liberdade e honra. São homens anônimos, de uma classe média, de uma existência medíocre, que têm por si, somente, estas coisas que tanto escasseiam no governo: a honestidade, a liberdade e o brio (Duarte Filho, 1954, p. 3).

A moral funcionava tanto como um elemento diferenciador dos espaços ocupados pelos honestos e pelos “corruptos” quanto como algo que instigaria a luta entre eles. A liberdade de imprensa acionava, mesmo que veladamente, um dos componentes de teorias do liberalismo político que foram difundidas nos séculos anteriores (Traquina, 2005). Outros aspectos, apesar de menos detalhados, também são apreensíveis e, de certo modo, foram estimulados pela ideia de liberdade de imprensa. O anti-estatismo ramificava-se para outras áreas do mundo social. Há também a ideia de que a sociedade precisava ser instruída e que existiria uma lacuna a ser preenchida por quem estaria habilitado a desempenhar essa função.

O ano de 1953 foi o de propaganda metódica da existência do Clube. A sua instalação oficial só ocorreu no ano seguinte. A condição para ser um associado era a compra de assinatura do *Tribuna*. Havia um sistema classificatório que tinha como parâmetros o modelo e a quantidade adquiridas. Por exemplo, um associado “platina” arcava com seis assinaturas semestrais ou anuais. O Clube solicitava a indicação dos nomes e dos endereços das pessoas para as quais tal sócio gostaria de remeter as edições. A expectativa era a de que as despesas do Clube fossem pagas com uma porcentagem de cada assinatura contratada desse modo e com doações. Porém, tanto essa condicionante quanto esse sistema foram aparentemente abandonados. O Clube anunciou que o valor da associação era decidido pelo proponente. Este, na inscrição, informaria com quanto poderia contribuir e receberia o seu cartão de sócio com validade anual (Hoje... 1954, p. 1). Aliado a isso, outra estratégia pecuniária foi a de produção e comercialização de produtos – estandartes, flâmulas e discos com o seu hino. Os diretórios municipais ou estaduais seriam favorecidos com um desconto em suas compras. Em 1956, o Clube publicou uma espécie de livreto assinado por Amaral Netto (A verdade... 1956, p. 3).

Essas três atividades eram geridas por uma Comissão Diretora. Esta que, por sua vez, era selecionada entre os membros do Conselho Deliberativo (eleito em assembleia). Inicialmente, o Clube tinha cerca de 50 conselheiros – efetivos e suplentes – e seis

diretores (Pela... 1953, p. 12). Portanto, a sua hierarquia era descendente quantitativamente e relativamente simples. O Clube chegou a divulgar a criação de departamentos de atribuições específicas, mas esses episódios ou eram motivados por contingências (como nas eleições) ou nem mesmo se concretizavam. Convém mencionar o caso de sua pretendida reestruturação, a qual seria motivada para agenciar o seu contato com as “massas”. Ele aspirava criar departamentos como os de propaganda, de assistência jurídica, de distribuição de remédios e de alocação de desempregados no mercado (Clube... 1956, p. 6). Entretanto, ao menos no *Tribuna*, não há notícia de que isso tenha sido desenvolvido.

O Clube obteve algum sucesso em sua expansão, não apenas em São Paulo. O *Tribuna* propagandeou as inaugurações de diretórios em cidades como Santos, Uberlândia, Salvador e Pernambuco. Em meio a isso, a diretoria passou a apresentar-se como a Comissão Diretora Nacional. Também definiu normas para organizar e controlar essa expansão. Todos os diretórios deveriam ser filiados. A Comissão emitiria os cartões de sócios em série única. A “independência de ação” era permitida de acordo com a geografia (cada diretório tinha liberdade de ação dentro do seu território). Nacionalmente, as decisões, as estratégias e as atividades eram de competência da Comissão (Clube... 1954, p. 3).

A interdição policial da sua sede parece ter gerado um impacto em sua estrutura. A associação permaneceu inativa por cerca de três meses. Posteriormente, o Clube passou a solicitar que os seus associados refizessem as suas matrículas por causa da apreensão do seu arquivo. Nesse momento, também há um incômodo de alguns dirigentes pela não devolução do dinheiro apreendido (Duarte Filho, 1956, p. 3). Havia, ainda, o problema do inquérito. Os diretores foram convocados para depor e, por isso, acabaram tornando-se personagens de notícias policiais. O delegado Olavo Rangel elencou 17 dirigentes como autores do manifesto. Eles foram acusados de pregarem a subversão da ordem. O delegado classificou o Clube como um “grupo de pressão” (Carlos... 1956, p. 2).

Junto ao inquérito supracitado, há um memorando do escrivão-chefe Alberto Machado para o chefe do Serviço de Informações. Nele, Machado anexou uma lista de associados do Clube, divididos por estados. A listagem contém 306 associados no Distrito Federal; 21 no Estado do Rio; 19 em São Paulo; 12 em Minas Gerais; e quatro no Rio Grande do Sul. No total, seriam 362 associados. Contudo, se, de fato, o registro de sócios era feito em série única, os números de matrículas entre os listados sugerem um

contingente muito maior. Therezinha Zamboni, funcionária pública, tinha o cartão de sócia nº 7.849 (APERJ, [1956], p. 7)

Cada registro geralmente possui nome, idade, estado civil, profissão e endereço. Assim, elaborou-se um quadro baseado no caso do Distrito Federal – distinto quantitativamente dos demais na documentação. Esse quadro se restringe aos ofícios declarados por um mínimo de dez pessoas. Algumas delas declararam mais de uma profissão e, assim, optou-se por registrar ambas no quadro elaborado pelo autor deste artigo. Diante da questão da diferença entre a lista policial e o número de inscrição, esse quadro é uma amostragem:

Quadro nº 1- Profissões dos Associados do Clube da Lanterna (DF)

Profissão	Quantitativo
Advogado	10
Bancário	11
Engenheiro	13
Funcionário Público	94
Jornalista	15
Médico	19
Militar	37

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Memorando nº 50 [1956], p. 1-39.

Chama a atenção o caso do funcionalismo público, subgrupo muito superior aos outros. Entre os militares, 48% declararam ser oficiais ou informaram patentes que indicam o pertencimento ao oficialato (capitães, majores e coronéis). Os registros como militares reformados são poucos. Há também o caso das profissões que dependiam de diploma no ensino superior para o seu exercício – Direito, Engenharia e Medicina.

A eleição de 1955 pode ser considerada como um marco importante na trajetória do Clube. A campanha eleitoral sugere um rearranjo nas forças com as quais ele articulava-se. Armando Falcão (PSD), seu conselheiro, o deixou em 1955. Neste ano, o Clube apoiou algumas dissidências do PSD. A questão da seleção dos concorrentes parece ter fomentado dissensos. Três de seus membros renunciaram aos seus postos quando o Clube aprovou o endosso ao nome de Etelvino Lins (O Clube... 1955, p. 3). A mudança de candidato – ao invés de Lins, Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão (PDC), concorreu para a presidência – aparentemente representou uma perda econômica.

Cartazes de Lins legendados pela frase “honesto e pobre como você”, que a associação estaria produzindo, tornaram-se inúteis (Nova... 1955, p. 1). Enfim, o manifesto de 1955 apelou para uma ação das Forças Armadas, usando o anticomunismo para colocar a democracia em xeque:

A realização das eleições, aparentemente normais, faz com que ressoem as trombetas de uma falsa legalidade, de uma legalidade podre, sob cuja bandeira pretende-se abrigar, novamente, a oligarquia deposta. [...]. FOI O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL a força que garantiu a minoria absoluta pelos candidatos dos ladrões, dos negociastas e dos peronistas. Perguntamos: podem tomar posse candidatos do roubo e da traição? Podem tomar posse candidatos da minoria absoluta? [...]. Se de nada valerem todas as advertências; se de nada valerem as palavras serenas e enérgicas dos líderes militares, é preciso que o bom-senso e o patriotismo apontem aos responsáveis por este país, a total impossibilidade de reconduzir a oligarquia ao Catete (Impedir... 1955, p. 4).

Os últimos meses de existência do Clube foram marcados pela disputa simbólica pela imagem de legalista. Alguns associados negaram em depoimento que o manifesto visava subverter a ordem. Talvez por isso, o Clube adotou como o seu *slogan* a frase “justiça para os patriotas; punição para os golpistas” (Nova... 1956, p. 3). Obviamente, os primeiros seriam os seus associados e os segundos os que tinham liderado o contragolpe. Na esteira disso, o Clube adotou um discurso reformista e propôs a sua própria reestruturação. Algo que, de certo modo, restringiu-se na dimensão do discurso devido ao seu fechamento cerca de cinco meses depois.

A diretoria

Preliminarmente, convém sinalizar algumas observações acerca da prosopografia. O primeiro procedimento foi o de selecionar como objeto os 17 implicados pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) no inquérito “para apurar os fatos relacionados com a divulgação pela imprensa e por meio de boletins, de um manifesto da Comissão Executiva e do Conselho Central do Clube da Lanterna, subscrito por seu presidente Fidélis dos Santos Amaral Netto” (APERJ, [1956], [s/p.]) . Tratava-se do manifesto supracitado divulgado após a eleição de JK e de Goulart. Essa decisão foi pautada em duas justificativas. A primeira, e mais evidente, é a de que eles estavam no comando do Clube naquele contexto crítico no país. A segunda é a de que o inquérito policial possui duas informações vitais para o desenvolvimento da pesquisa ulterior – o nome completo e a filiação de cada um deles. Apesar de parecer algo simples, seria

impossível mensurar a quantidade de esforço poupado na tentativa de localizar esses dados. Estes que também possibilitaram diminuir o risco de ocorrência de homônimos. Dos 17 dirigentes, apenas um permanece como uma incógnita. Portanto, a análise que segue abaixo embasa-se na pesquisa sobre 16 nomes.

O segundo procedimento foi o de buscar registros cartoriais de nascimento, de matrimônio ou de óbito. As certidões de casamento foram especialmente importantes. Elas sinalizam o momento de alteração no estado civil e complementam o leque de informações biográficas básicas. Também contêm endereços e profissões declaradas. Como foi visto, a profissão pode indicar um tipo específico de instrução educacional. Mas não só isso. Ela também serve como uma base de comparação com aquilo que porventura poderia ser encontrado em outras fontes.

O terceiro procedimento foi o de pesquisar ocorrências na imprensa periódica³, por palavras-chave, em décadas e em âmbito nacional. Além do nome completo, foram testadas variações de escrita. Um processo de tentativa e erro, enfim, possibilitado pela ferramenta de pesquisa. Cumpre ressaltar que isso não quer dizer que todas as menções foram localizadas. Elementos como o contraste entre letras podem impactar no alcance da busca (Moraes, 2020). Ou seja, mesmo propondo combinações, essas especificidades podem ter impactado no alcance da busca. Essa reflexão não invalida o esforço – o recurso aos periódicos gerou frutos notáveis no detalhe de que o objeto abrange 16 dos 17 diretores.

Adentrando na questão do perfil, foi dito que eles foram personagens de notícias policiais. O olhar retrospectivo tornou perceptível que os diretores ocuparam anteriormente outros espaços editoriais. O modo, o motivo e a inserção no produto eram determinados por outras razões. Foram encontradas fontes sobre eles em notícias políticas, classificados, notas sociais, boletins de instituições públicas e atas (ou balanços contábeis) de sociedades anônimas. Pensando nisso, tomam forma algumas considerações iniciais. Primeiro, a de que existiam aqueles que eram economicamente capazes de pagar para publicar algo, como um anúncio. Segundo, a de que alguns deles pertenceram a instituições estatais. Terceiro, a de que eles eram considerados por algum motivo dignos de registro na imprensa (nem todo matrimônio ou evento social é transformado em notícia).

³ Refere-se, aqui, aos periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 fev. 2024.

Quadro n° 2- Nome, Ano e Local de Nascimento dos Diretores do Clube da Lanterna

Nome	Nascimento	Local
Armando Monnerat	1896	Rio de Janeiro
Dídimo Estácio de Lima Brandão	1900 ⁴	Pernambuco
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	1914	Rio de Janeiro
Eurico da Silveira Amado	1928	Sergipe
Ever da Silva	1917	Rio de Janeiro
Fidélis dos Santos Amaral Netto	1921 ⁵	Rio de Janeiro
Hélio Pires Magalhães	1917	Pernambuco
Homero Renato Brantes	1915	Rio de Janeiro
Jayme Amaral Segurado Pinto	1898	São Paulo
João Duarte Filho	1907	Pernambuco
Joaquim Pinto Júnior	1925	Amazonas
Jorge Gross Lefebvre	1902	Rio de Janeiro
Jorge Machado de Lima Brandão	1920	Pernambuco
Milton Torres Barcelos e Silva	1928	Rio de Janeiro
Pedro Benjamin Garcia de Souza	1924	Rio de Janeiro
Raymundo Bandeira Vaughan	1889	Pernambuco

Fontes: Registro Civil (certidões de casamento ou de óbito) e Imprensa Periódica

No quadro, a categoria Rio de Janeiro engloba tanto os nascidos no Distrito Federal quanto os oriundos do Estado do Rio, à revelia da separação geográfica e política que existia. Não há diversidade de gênero ou de nacionalidade. A ausência de mulheres talvez seja a mais relevante. No manifesto de fundação há a presença feminina. O noticiário do *Tribuna* sobre a primeira diretoria mencionou uma mulher como conselheira. E, na lista de sócios citada, o quantitativo feminino é considerável. Tendo em vista os processos de fundação e de expansão do Clube, a categoria local de nascimento merece destaque. Havia a expectativa de que os seus diretores fossem exclusivamente cariocas. Porém, a metade deles eram originários de outros estados, notadamente os das regiões Norte e Nordeste (43%). Oito desses homens tinham em comum a experiência da migração para a capital, um dos principais centros urbanos da época. Esse processo é atravessado por mudanças

⁴ A data de nascimento de Dídimo Estácio de Lima Brandão é uma estimativa baseada em uma notícia, publicada no Diário Carioca, de que ele tinha 55 anos em 1955 (Lanterneiros..., 1955, p. 2).

⁵ KRAUSE, 2016, p. 15.

– no cotidiano, no trabalho, entre outros – que eles vivenciaram. Ao menos em relação ao subgrupo dos pernambucanos, pode-se afastar a pobreza como um potencial fator para a migração.

De acordo com o *Jornal Pequeno*, Pires Magalhães era filho do “acatado engenheiro” João da Cunha Magalhães. Ele seria uma pessoa de “alta distinção social” em Pernambuco – tanto seria sócio de uma empresa de construção civil (junto do pai) quanto uma “figura de expressão” do Exército (Álbum... 1943, p. 3). Parece que a família Magalhães dividia a sociedade da empresa com o também engenheiro Jaime Estácio de Lima Brandão (Dr. Jayme... 1940, p. 3). Este era o pai de Jorge Machado de Lima Brandão e, aparentemente, irmão de Dídimo Estácio de Lima Brandão. Bandeira Vaughan era filho do médico, professor, político e intelectual Raymundo Carneiro de Souza Bandeira. Este tinha sido deputado e vice-governador de Pernambuco (Dr. Raymundo... 1929, p. 3). O último do subgrupo era Duarte Filho. Segundo o necrológio escrito por José Costa, Duarte migrou para o Distrito Federal para “representar” o *Diário da Manhã*. Pelo texto, entende-se que ele era próximo de Agamenon Magalhães no tempo em que esse último foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-37):

Continuava firme, objetivo, trabalhando, madrugando, no sol ou na chuva, com o mesmo empenho dos seus primeiros dias no Rio, quando aqui chegou representando o Diário da Manhã, de Pernambuco, dirigido por Carlos de Lima Cavalcanti. [...]. Depois de ter se ligado a Agamenon Magalhães, então no Ministério do Trabalho, por longos anos dirigiu os trabalhos dos órgãos oficiais, sendo também escritor [...] (Costa, 1973, p. 4).

Ao subtrair o ano do inquérito policial (1955) pelo de nascimento de cada um dos membros do grupo, obtém-se a média de idade de 42 anos. Todos nasceram ao tempo da Primeira República (1889-1930), mas uma parcela significativa deles estava com dez anos ou menos quando a Revolução provocou o seu ocaso (37%). Em sua maioria, eles estavam com 18 anos ou mais quando ocorreu o golpe de 1937 (62%). Ou seja, pode-se fazer uma diferenciação geracional entre eles. Alguns viveram a infância e a adolescência sob a democracia, outros sob o autoritarismo.

Quadro n° 3- Escolaridade

Nome	Escolaridade
Dídimo Estácio de Lima Brandão	Ensino Superior
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	Ensino Superior

Eurico da Silveira Amado	Ensino Superior
Ever da Silva	Curso Particular
Fidélis dos Santos Amaral Netto	Curso Profissional
Hélio Pires Magalhães	Ensino Superior
Joaquim Pinto Júnior	Curso Profissional
Jorge Machado de Lima Brandão	Ensino Superior
Milton Torres Barcelos e Silva	Curso Profissional
Pedro Benjamin Garcia de Souza	Ensino Superior
Raymundo Bandeira Vaughan	Ensino Superior

Fontes: Registro Civil (certidões de casamento ou de óbito) e Imprensa Periódica

O quesito escolaridade foi, sem dúvida, o mais difícil de encontrar nos arquivos consultados (cinco casos desconhecidos). Apesar disso, a possibilidade de que algum deles fosse analfabeto ou mesmo apenas alfabetizado é remota, mesmo diante da constatação de que esse é o atributo que mais carece de dados. Entre os casos desconhecidos, três eram do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um de Pernambuco. Este último era o jornalista Duarte Filho. Recorrendo ao censo de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que Rio de Janeiro e São Paulo estavam entre as capitais de menor índice percentual de analfabetismo entre pessoas acima de dez anos (15,10% e 34,40%). O índice de alfabetizados no quadro urbano era de 78,63% (Brasil, 1950, p. X).

Entrementes, 68% do grupo tinha instrução educacional acima dos cursos básicos. Destes, sete tinham diplomas de ensino superior, três frequentaram escolas profissionalizantes e um fez um curso particular indeterminado. Em ordem crescente, havia um médico, dois advogados e quatro engenheiros (profissões também destacadas na amostragem de associados). Os engenheiros eram os pernambucanos que, convém sinalizar, contribuíram decididamente para a porcentagem de graduados no ensino superior (43%). Os restantes foram alunos de cursos diferentes entre si. Amaral Netto fez o curso de piloto da Escola de Marinha Mercante (Folha... 1956, p. 28). Silva estudou no curso de cadetes da Escola Militar (Concluíram... 1945, p. 7). Por último, Pinto Júnior tinha um diploma de técnico de contabilidade (Registro... 1951, p. 8).

Todos eles eram casados. Algo que sugere a formação de novas ramificações relacionais anteriormente. A imprensa noticiou a maioria desses casamentos, porém apenas algumas dessas notícias são detalhadas. Na notícia sobre a união de Magalhães, o

Jornal Pequeno publicou que Maria Guiomar de Sá Leitão era filha do falecido doutor João de Sá Leitão e cursava o terceiro ano de Direito. Segundo o periódico *Rio*, Heloísa Pinto de Oliveira era filha do general Trajano de Oliveira. Canrobert Pereira da Costa teria sido o seu padrinho de casamento com Amado (Na Igreja... 1950, [s/p]). O *Diário de Notícias* apontou que Sylvia Coelho de Magalhães descendia de um industrial. Por seu turno, seu marido Eduardo Gomensoro era filho do chefe da Câmara de Compensação de Cheques do Banco do Brasil (Casamentos... 1943, p. 9). Em 1945, Jorge Machado de Lima Brandão casou-se com Regina Corção, filha de Luiz Corção (Brasil, 1945, p. 116). Este era irmão do citado intelectual Gustavo Corção. Foram localizadas 11 dessas certidões de casamento:

Quadro n° 4- Matrimônio e Profissão Declarada

Nome	Matrimônio	Profissão
Armando Monnerat	1920	Lavrador
Jorge Gross Lefebvre	1930	Empregado do Comércio
Jayme Amaral Segurado Pinto	1925	Comércio
Eurico da Silveira Amado	1950	Industrial
Eduardo Vieira de Gomensoro	1943	Médico
Pedro Benjamin Garcia de Souza	1952	Advogado
Homero Renato Brantes	1947	Comerciante
Ever da Silva	1948	Industriário
Raymundo Bandeira Vaughan	1918	Engenheiro
Joaquim Pinto Júnior	1947	Comerciário
Jorge Machado de Lima Brandão	1945	Engenheiro

Fonte: Registro Civil (casamentos)

O padrão entre os graduados no ensino superior era o de informar a área de diplomação. Quatro deles labutavam no comércio quando de seus respectivos casamentos. Entre eles, um aparentemente era o proprietário do negócio. Por essa lógica, há a distinção entre o que seria um funcionário (industriário) e o que seria um dono (industrial) de indústria. Assim, em termos econômicos, eles podem ser situados tendencialmente na “classe média” brasileira:

A “classe média” das formações sociais capitalistas é, portanto, o conjunto dos seus trabalhadores predominantemente não-manuais e não o conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos. [...]. Essa é a

contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado (Saes, 2007, p. 536-537).

Essas profissões não esgotam a questão econômica. O autodeclarado lavrador Armando Monnerat publicou anúncios no *Jornal do Brasil*, entre 1944-51, sobre vendas de fazendas, sítios, granjas e lotes. Em um deles, ele tentou vender o que seria a sua fazenda: 489 mil metros quadrados, sete casas de “colonos” e mais de 30 mil pés de café e de árvores frutíferas. O preço era de Cr\$ 350.000,00 (Sítio... 1951, p. 15). Para ter-se uma ideia relativa do que representava esse valor à época, o salário-mínimo do país era de Cr\$ 1.200,00 (Laurenza, 1998). Vaughan também era produtor rural. Provavelmente, Vaughan e Monnerat se conheciam há algum tempo. Ambos residiam no município de Duas Barras (Estado do Rio) e eram correligionários do diretório local da UDN. Em 1927, Vaughan fundou e dirigiu a Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal para “defender os interesses das três grandes classes compreendidas no seu nome” (A fundação... 1927, p. 3). Alguns anos depois, Vaughan publicou um livro sobre técnicas de fermentação. Ele seria dono de destilarias e teria aperfeiçoado a sua produção após estudar no exterior (Publicações, 1934, p. 6).

Em 1938, Lefebvre teve o seu requerimento despachado no Departamento Nacional de Indústria e Comércio para registro de um comércio de “líquidos” (Departamento... 1938, p. 17). Algo que indica uma ascensão econômica de empregado para proprietário. Magalhães, para além da construtora mencionada, foi acionista da Indústria e Comércio Panamericana (Indústria... 1946, p. 2). Os Lima Brandão investiram capital em empresas de diversos ramos de atividade. Dídimo Estácio foi acionista do Banco Costa Monteiro (Banco... 1954, p. 4). Jorge Machado foi sócio e diretor da Comercial Metropolitana junto do seu sogro. Em 1951, a empresa publicou na imprensa que tinha “por objeto o comércio de importação e exportação em geral, a exploração de bens imobiliários e construções civis” (Comercial... 1951, p. 2). O nome de Garcia de Souza figurou em uma lista de subscritores de ações da construtora Estádio Nacional (Uma ideia... 1948, p. 5-6).

Amaral Netto foi acionista da Companhia Reis de Armazéns Gerais. A empresa tinha como escopo a estocagem de café (Companhia... 1956, p. 6). Um de seus parceiros no negócio foi Rui Gomes de Almeida, empresário e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Loureiro, 2012, p. 111). Outra pessoa aparentemente próxima dele seria Silva. A revista *Maquis*, que Amaral Netto dirigiu, classificou Silva como seu

“amigo íntimo”. À época, Silva possuía uma farmácia (Estes... 1956, p. 10). Duarte Filho, colunista do *Tribuna*, era acionista da editora criada para produzir tal periódico (Sociedade... 1956, p. 6). Há, ainda, a possibilidade de que Amado fosse outro proprietário de empresas. Ele declarou em cartório ser um industrial (Brasil, 1950, p. 112). A citada notícia do seu casamento mencionou que ele pertencia “a uma ilustre família de grandes industriais”. E, em 1955, ele foi um dos três que assinaram a publicação do relatório da diretoria da Sergitex Comércio e Indústria de Tecidos. Contudo, Amado foi o único que não teve o cargo de “diretor” adicionado após a sua assinatura (Sergitex... 1955, p. 19). Apesar dos seus limites, essa incursão sugere que a condição de proprietário foi um traço tendencial entre os dirigentes. No passado ou naquele presente, eles foram acionistas de empresas ou donos de imóveis/terras (68%). Reduzindo o foco, percebe-se que seis deles o eram durante a década de 1950 (37%). Isso reforça a ideia de que eles pertenciam majoritariamente à classe média. Também sugere que há a possibilidade de que alguns deles fizessem parte da elite econômica.

Amado foi tesoureiro do Clube. O seu antecessor foi o industrial Pedro Theberge. Este prestou depoimento no inquérito, mas não foi indiciado. Theberge foi gerente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (SIFT) e, em 1955, ele foi congratulado por estar há 25 anos no cargo (Amaral Netto... 1955, p. 7). Não foi possível encontrar alguma fonte que indicasse que Amado pertenceu ao mesmo sindicato. Contudo, a sua ligação ao setor têxtil e a sua escolha para substituir Theberge permitem sugerir essa hipótese. Outros dois dirigentes do Clube também trabalhavam lá. Amaral Netto afirmou ter sido o seu assessor econômico (Folha... 1956, p. 28). Segundo o *Tribuna*, Souza era advogado do departamento jurídico do SIFT (Casamentos, 1952, p. 5). Ou seja, um ex-diretor e dois diretores em exercício – três, possivelmente – tinham em comum essa conexão prévia com esse sindicato patronal.

As relações do grupo com a Igreja Católica também eram relevantes, seja com instituições ou com lideranças religiosas. Amado e Vaughan eram associados do Centro Dom Vital, o qual editava a revista *A Ordem* (Relação... 1954, p. 77 e 81). Essa relação com o Centro pode ser relativamente estendida caso se considere a origem familiar da esposa de Jorge Machado. Gustavo Corção, tio dela, foi uma das suas principais lideranças. O Centro era subordinado à Igreja e buscava “formar uma nova geração de intelectuais católicos” (Kornis, 2019). Em algum momento entre 1946-52, Vaughan saiu da UDN e ingressou no PDC. Neste, ele tornou-se uma espécie de prócer. Vaughan

presidiu o diretório pedecista do Estado do Rio entre 1952-54. Ele candidatou-se pelo partido para deputado federal (1954). Em entrevista concedida ao *Diário Carioca*, Vaughan prometeu que, se eleito, iria atuar em prol do “amparo à lavoura” e da “defesa da pequena propriedade rural”. Ao ser questionado pelo entrevistador, Vaughan apontou Lacerda como a figura mais popular do momento (Carvalho, 1954, p. 2).

Por fim, o serviço prestado ao Exército era uma experiência pregressa compartilhada entre alguns deles (31%), em sua maioria como tenentes durante a década de 1940. O tempo em que eles vivenciaram essa experiência é relevante. Por um lado, havia o contexto da 2ª Guerra Mundial. Conjuntura que, sem dúvida, teve impacto no processo de redemocratização do Brasil pós-45. Por outro, os anos 1940 fazem parte de um processo de transformações internas no Exército que teve início na Primeira República:

Temos, assim, dois modelos de organização militar. No primeiro, vigente até 1916, o Exército era todo profissionalizado, com precários canais de entrada e nenhum de saída. Era um Exército que apenas recebia da sociedade, sem devolvê-los, soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficiais e de graduados. Era uma organização fechada sobre si mesma, isolada da sociedade, sobretudo das classes dominantes. [...]. No outro modelo, criado a partir de 1918, havia muitos canais de entrada e de saída. O serviço militar atingia todas as classes, inclusive as dominantes, via CPOR. As saídas também abrangiam todos os níveis hierárquicos. Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar [...] (Carvalho, 2005, p. 77 e 78).

O patriotismo, o anticomunismo, o belicismo e a importância de um governo forte para estimular o progresso faziam parte da formação dada aos oficiais. Todos os alunos do ensino superior eram obrigados a frequentarem os cursos de preparação de reservistas (Carvalho, 2005). Entre 1942-43, Magalhães, Brandão e Gomensoro receberam a patente de tenente. Parece que a diferença entre eles era a de que apenas o último não era do serviço ativo do Exército. Magalhães e Brandão serviram em Pernambuco na década de 1940. Por exemplo, o primeiro foi alocado no quartel general da Sétima Região Militar (Boletim... 1943, p. 12). O jornal *A Manhã* incluiu o nome de Gomensoro em uma lista de médicos civis convocados para um “período de estágio de instrução” (Vida... 1942, p. 9). Aparentemente, ele concluiu o curso. O *Diário de Notícias* noticiou a sua “apresentação” na Primeira Região Militar como 2º tenente da reserva (Notícias... 1943, p. 3).

Os dois casos restantes eram diferentes tanto entre si quanto em relação aos anteriores. Principalmente porque eles ocorreram após a capitulação da Alemanha e do conseqüente desfecho da 2ª Guerra, no plano externo; e do processo de redemocratização do Brasil, no plano interno. Silva foi o único que se poderia dizer que construiu uma carreira no Exército – ele pertenceu ao militarismo por cerca de seis anos. O último deles foi Amado, nomeado para 2º substituto de auditor da Justiça Militar, por decreto presidencial (Vida... 1951, p. 9). Como ele cursou o ensino superior, é razoável supor que ele tenha frequentado algum dos cursos de preparação de oficiais. A mesma hipótese pode ser aplicada ao caso de Souza. De todo modo, é possível afirmar que ao menos quatro dos dezesseis dirigentes do Clube tinham a patente de tenente da reserva do Exército (25%). Eles tinham em comum a experiência em uma instituição calcada no ideal de preservação da ordem estabelecida e da segurança nacional.

Considerações Finais

O Clube da Lanterna foi uma associação vinculada ao polo das direitas do campo político brasileiro. Tendo Lacerda como inspirador de sua fundação, o Clube buscou ser um ator nas crises vivenciadas no país entre 1953-56. Ciente de que essas questões foram analisadas anteriormente, este artigo buscou evidenciar outros aspectos sobre a trajetória do Clube.

Em primeiro lugar, mostrou-se a sintonia discursiva entre os seus manifestos e Lacerda. A reação contra uma suposta subversão da moralidade e da liberdade justificariam a sua existência. A bandeira da liberdade de imprensa recuperava um dos argumentos do liberalismo político. O antiestatismo era estimulado pela presença de Vargas ou de seus “herdeiros” no poder. Porém, outro objetivo do Clube permite sugerir uma aproximação com o liberalismo econômico (o combate a uma alegada intervenção estatal em setores diversos). O Clube partia da premissa de que isso era um fato e, assim, existiria uma necessidade de luta. O anticomunismo foi um recurso mobilizado para tentar provocar um impasse em 1955. Apesar de questionar a validade da democracia, o Clube arrogou para si o adjetivo de patriota. A generalização ou a imprecisão na definição de ideias parece ter servido tanto para atrair associados diversos quanto para evitar dissensos internos.

Em segundo lugar, debateu-se qual era a sua organização. Evidentemente, o noticiário do *Tribuna* tentou propagá-lo. Nele, nota-se uma abordagem noticiosa

evolutiva – formação, estruturação e capilarização – independente do que ocorria ao seu redor. Isso seria um problema se inexistissem outras fontes sobre o assunto, como o inquérito policial. Por ele, respaldou-se que o Clube se expandiu criando diretórios locais. E que, nesse processo, a sua diretoria instituiu normas que indicam uma organização inspirada em moldes de um partido político. A documentação policial permitiu caracterizar alguns pontos sobre a sua composição local – o engajamento feminino e as profissões mais comuns entre os seus quadros. Infelizmente, a controvérsia sobre o número de associados limitou a profundidade desse debate. Na dimensão econômica, o Clube procurou conseguir dinheiro através das associações, de doações e das vendas de produtos próprios. Estes que, quando ostentados publicamente, indicavam um pertencimento para aqueles que reconheciam tais símbolos estampados em estandartes e flâmulas. Convém ressaltar que essas variáveis não excluem a possibilidade de que outras formas de monetização existissem. Afinal, o Clube aparentemente alugou uma sede e arcou com a confecção de materiais de propaganda política.

Em terceiro lugar, construiu-se um perfil de grupo sobre os seus dirigentes em 1955. Esse perfil contém coesões e tendências em características ou atributos. Todos eles eram homens, brasileiros, civis e casados. A média de idade era de 42 anos. Tendencialmente, eles possuíam nível educacional superior ou profissional. Talvez por isso eles tenham atribuído ao Clube o papel de orientar a alegada “força do povo”. As suas profissões declaradas indicam que eles eram de classe média (profissionais liberais e trabalhadores do comércio e da indústria). A comparação desse quesito com o noticiário da imprensa sobre eles, de algum modo, reforçou essa avaliação. Primeiro, pelas informações localizadas sobre origens familiares. Sete deles eram ou filhos de bacharéis, ou de funcionários públicos ou de industriais. Segundo, pela constatação de que a propriedade privada de terras, de imóveis ou de empresas era outro atributo recorrente. Ao menos seis deles eram acionistas de empresas ou proprietários de imóveis na década de 1950. Ou seja, mais ou menos em paralelo ao pertencimento ao Clube. O perfil também deixou latente algumas das ausências na diretoria – de mulheres, de estrangeiros e de trabalhadores de baixa remuneração, sejam eles urbanos ou rurais.

Em quarto lugar, desconstruiu-se o objeto tendo em mente o propósito de evidenciar algumas de suas redes de relações e de suas experiências. A que já tinha sido sinalizada pela bibliografia envolve Amaral Netto, Lacerda e Duarte Filho. Três sujeitos do *Tribuna* e do Clube, interagindo de modos relativamente distintos em cada um deles. Duarte,

Magalhães, Vaughan e os Lima Brandão formavam o subgrupo dos pernambucanos, decididamente importantes para os resultados deste artigo. Sem contabilizar Duarte, todos os outros eram oriundos de famílias das elites, eram graduados e eram parte do mundo empresarial (rural ou urbano). Em outro pólo do campo econômico estavam aqueles que atuavam no setor têxtil. Amado na condição de descendente de industriais; Amaral Netto e Souza como funcionários do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Parece justo sugerir que esse sindicato patronal foi um espaço importante de interação. Adiante, demonstrou-se alguns elos com instituições cristãs – o Centro Dom Vital, o PDC e o jornal da Cúria. As experiências de, ao menos, quatro deles com o militarismo envolveram um tipo de instrução característica do processo de transformação do Exército. Também conformam uma adição aos seus currículos profissionais, afinal, eles eram oficiais da reserva. Esses aspectos, para além da liderança de Lacerda, aprofundam a reflexão sobre o anticomunismo, a moralidade e o patriotismo evocados.

Em síntese, o Clube da Lanterna foi uma associação de discurso maniqueísta e reativo. Em um curto período, a associação construiu uma estrutura de âmbito nacional e despendeu capital em atividades políticas. A sua diretoria era composta por brasileiros nascidos em diversos estados do país e que eram casados. Foi possível entrever uma simetria entre as profissões dos diretores e dos membros. Através do rastreamento de suas profissões e de suas atividades laborais, indicou-se que a maioria deles pertencia à classe média, sem desconsiderar a possibilidade de que alguns fossem da elite econômica. Alguns fios de suas redes de relações interpessoais, pregressas ou paralelas, foram entrevistados. Esses aspectos do tecido social auxiliam no entendimento do engajamento no Clube, um coletivo que se envolveu nos jogos de poder da época. Assim, o percurso trilhado adicionou mais uma peça no quebra-cabeça do campo político do período democrático brasileiro.

Referências bibliográficas

Fontes

A FUNDAÇÃO, em Cordeiro, no E. do Rio, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1927, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/24420 Acesso em: 03/10/2023.

A VERDADE no banco dos réus. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 fev. 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26493 Acesso em: 03/10/2023.

ÁLBUM elegante. In: *Jornal Pequeno*, Recife, 06 nov. 1943, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/69916> Acesso em: 03/10/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. *Tribuna Econômica*. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1955, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21280 Acesso em: 03/10/2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Memorando n° 50* [1956]. Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 02. Notação: 15.

BANCO Costa Monteiro S.A. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1954, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_09/5623. Acesso em: 03/10/2023.

BOLETIM da Diretoria de Armas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1943, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16117 Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico* [1950]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_br.pdf Acesso em: 03/10/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2° Circunscrição. Entrada: 5443. 27 jan. 1947. P. 41. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67HJ-18?i=41&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 11. 28 set. 1920. P. 181. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-9X3?i=192&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV9-7H9P> Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 8° Circunscrição. Matrimônios [1930]. Entrada: 1353. 10 jun. 1930. S/P. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6MHQ-Z2S?i=56&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGVM-6V5N>. Acesso em: 04/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 3° Circunscrição. Matrimônios [1921]. Entrada: 13. 18 mar. 1925. P. 149. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6QL9-9XQ?i=154&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGM-HD7M>. Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1943-1944]. Entrada: 2723. 11 dez. 1943. P. 77. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-69Z9-BCG?i=77&cc=1582573>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 9º Circunscrição. Matrimônios [1950-51]. Entrada: 618. 28 jul. 1952. P. 168. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6SL9-FLY?i=209&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQQV9-JZRX>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 12º Circunscrição. Matrimônios [1947]. Entrada: 6183. 5 jul. 1947. P. 269. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DCYQ-4VD?i=273&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQQJ1-P349>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 16. 22 out. 1918. P. 165. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-MQP?i=175&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQQVM-5GDL>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1948]. Entrada: 6729. 29 jul. 1948. P. 149. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-P8?i=149&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQQJB-Q1TL>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL, *Registro Civil* [1829-2012]. Rio de Janeiro: 9º Circunscrição. Entrada: 83. 18 abr. 1945. P. 116. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D47Q-NGX?i=125&cc=1582573> Acesso em: 03/10/2023.

BRASIL. *Registro Civil* [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2º Circunscrição. Matrimônios [1949-1950]. Entrada: 8252. 31 jan. 1950. P. 112. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-4X?i=112&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQQJB-VMYL> Acesso em: 03/10/2023.

CARLOS Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1956, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26014. Acesso em: 03/10/2023.

CASAMENTOS. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1943, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16494 Acesso em: 03/10/2023.

CASAMENTOS. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1952, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/9346 Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna irá até às massas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26904 Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 out. 1954, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/18028. Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29-30 ago. 1953, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12691. Acesso em: 03/10/2023.

COMERCIAL Metropolitana S.A. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1951, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/8080. Acesso em: 03/10/2023.

COMPANHIA Reis de Armazéns Gerais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075 Acesso em: 03/10/2023.

CONCLUÍRAM o curso 266 cadetes. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1945, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/23946 Acesso em: 03/10/2023.

COSTA, José. A missa de João Duarte, filho. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 out. 1973, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/13870 Acesso em: 03/10/2023.

DEPARTAMENTO Nacional de Indústria e Comércio. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1938, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/54553. Acesso em: 03/10/2023.

DR. JAYME Brandão. In: *Jornal Pequeno*, Recife, 28 fev. 1940, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/65112> Acesso em: 03/10/2023.

DR. RAYMUNDO Carneiro de Souza Bandeira. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1929, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/41727 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. A Frente e o Clube. In: *Tribuna da Imprensa*, 26 nov. 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31898 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. Os vigilantes. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 maio 1954, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15685 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. O Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 out. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13065 Acesso em: 02/08/2023.

ESTES 5 homens cometeram um grande crime. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, set. 1956, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/152> Acesso em: 03/10/2023.

FILHO, João Duarte. O Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 01 out. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13065 Acesso em: 03/10/2023.

FOLHA corrida do diretor de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1956, p. 28. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/28> Acesso em: 03/10/2023.

HOJE no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 maio 1954, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15683 Acesso em: 03/10/2023.

IMPEDIR a todo custo a volta dos gregórios. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 13 out. 1955, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24165 Acesso em: 03/10/2023.

INDÚSTRIA e Comércio Panamericana S.A.. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 set. 1946, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/23497 Acesso em: 27/07/2023.

NA IGREJA Nossa Senhora da Glória do Outeiro. In: *Rio*, Rio de Janeiro, fev. 1950, s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/146854/7439> Acesso em: 03/10/2023.

LANTERNEIROS negam caracter subversivo do Clube. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1955, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/30893. Acesso em: 03/08/2023.

NETO, Horácio de Carvalho. Levantando o véu. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 set. 1954, Suplemento, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/25323. Acesso em: 03/08/2023.

NOTÍCIAS do Exército. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1943, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/13292 Acesso em: 03/10/2023.

NOVA definição de Etelvino hoje no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10 maio 1955, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/21390. Acesso em: 03/10/2023.

NOVA reunião pública do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 maio 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28069 Acesso em: 03/10/2023.

O CLUBE da Lanterna vai debater a corrupção e a fraude eleitorais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 maio 1955, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/21664. Acesso em: 03/10/2023.

PELA liberdade da imprensa e do rádio. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 out. 1953, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13086 Acesso em: 03/10/2023.

PUBLICAÇÕES. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1934, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/4673 Acesso em: 03/10/2023.

REGISTRO de diplomas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Segundo Caderno, 13 set. 1951, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/11900 Acesso em: 25/07/2023.

RELAÇÃO de sócios. In: *A Ordem*, Rio de Janeiro, 4. out. 1954, p. 77-81. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/367729/24993> Acesso em: 03/08/2023.

SERGITEX - Comércio e Indústria de Tecidos S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1955, p. 19. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/31219. Acesso em: 03/10/2023.

SÍTIO - oportunidade. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Segundo Caderno. 4 nov. 1951, Segundo Caderno, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/15237. Acesso em: 03/10/2023.

SOCIEDADE Anônima Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31809. Acesso em: 03/10/2023.

UMA IDEIA vitoriosa! In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro. 4 jul. 1948, p. 5-6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/39376. Acesso em: 03/10/2023.

VIDA Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1942, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/16082> Acesso em: 03/08/2023.

VIDA Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1951. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/55408> Acesso em: 03/08/2023.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, nº 04, p. 385-428, 2018.

DULLES, John Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERRARI, Marcela. Prosopografia y história política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun., p. 529-550, 2010.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1955, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPD/OC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso em: 23/08/2023.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Códex, 2002.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 10. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da

Manhã. In: SENKMAN, Leonardo. MILGRAM, Avraham. *Cultura, ideología y fascismo*. Espanha: Iberoamericana Vervuert, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. 2016. 411 f. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 10. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são*. 2º ed. Florianópolis: Insular, 2005.

**NEGAR O PASSADO PARA CONTROLAR O PRESENTE: DISPUTA DE
NARRATIVAS E BOLSONARISMO****DENYING THE PAST TO CONTROL THE PRESENT: NARRATIVE DISPUTE
AND BOLSONARISM**Ariel Cherxes Batista¹

Resumo

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República do Brasil (2019-2022), foi capitão do Exército brasileiro. Antes da estruturação e afirmação do movimento que atualmente é definido como *bolsonarismo*, ocorreu uma tentativa de busca pelo controle do passado, por Bolsonaro, seus aliados e correligionários, ao tentarem criar uma disputa de narrativas sobre a ditadura no Brasil com a negação de fatos ocorridos no período, apurados pelas Comissões da Verdade nacional e estaduais. Neste artigo, trataremos sobre os usos políticos do passado relacionados à ditadura militar no Brasil por este ex-militar, e ex-chefe do Executivo do país. Além disso, discutiremos como sua atuação contrária aos trabalhos da CNV estão relacionados ao golpe de 2016 e de que forma este fato contribuiu para a ascensão do bolsonarismo em 2018.

46

Palavras-chave: Ditadura militar; Narrativas; Opinião pública

Abstract

Jair Messias Bolsonaro, current president of the Republic of Brazil, was a captain in the Brazilian Army. Before the structuring and affirmation of the movement that is currently defined as Bolsonarism, there was an attempt to seek control of the past, by Bolsonaro, his allies and co-religionists, as they tried to create a dispute of narratives about the dictatorship in Brazil with the denial of facts that had occurred in the period, verified by the national and state Truth Commissions. In this article we will deal with the political

¹ Mestre em História Social das Relações Políticas (2020), pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente cursa o doutorado, com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na mesma instituição e no mesmo programa. Desde 2015 é pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes) e em 2024 ingressou no grupo de pesquisa Oniruuru: África, Islã, Diáspora africana e estudos anticoloniais. E-mail: xerxes-xerxes@hotmail.com.

uses of the past related to the military dictatorship in Brazil, by this ex-military, currently head of the Executive in the country. In addition, we will discuss how his actions contrary to the work of the CNV are related to the 2016 coup, and how this fact contributed to the rise of Bolsonarism in 2018.

Keywords: Military dictatorship; Narratives; Public opinion

Introdução

O Brasil apresenta uma fragilidade institucional que se desenvolveu a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013, protestos de rua organizados via rede social por organizações, coletivos e entidades diversas. Este evento histórico, de certa maneira, ainda influencia em acontecimentos recentes do Brasil. Essas mobilizações de massa ocorreram simultaneamente em mais de quinhentas cidades do país. Inicialmente o foco das reivindicações girava em torno do aumento das tarifas de transporte público, da violência policial nas cidades e na falta de investimentos em serviços públicos (como saúde e educação). As manifestações também criticavam os gastos com os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014.

Esses atos de rua “transformaram-se num conjunto de mobilizações sem foco determinante que serviram como laboratório para grupamentos das direitas ganharem voz e visibilidade na conjuntura” (BATISTA, 2020, p. 126). Esta afirmação se embasa na ideia de que as eleições gerais de 2014, ocorridas após as Jornadas de Junho de 2013, foram polarizadas. Assim, o segundo mandato de Dilma Rousseff foi iniciado em meio a uma crise econômica transformada em crise política, levando a presidenta à deposição. O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi uma manobra política e jurídica arquitetada e feita no cerne do Estado, e desse modo denominamos o afastamento da presidenta de Golpe de 2016.

O Golpe de 2016 — empreendido a partir de “um acordo nacional, com o supremo e com tudo”² (informação verbal) — tinha como objetivo depor Dilma Rousseff e colocar no poder o grupo derrotado nas eleições, isto é, o Partido da Social Democracia Brasileira

² Fala de Romero Jucá, presidente do PMDB nacional e ex-líder do partido no Senado Federal, em ligação telefônica para Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Mais sobre isto: Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 05 de março de 2024.

(PSDB) e seus aliados. Curiosamente, mesmo estando como base aliada do governo Dilma, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³ estreitou laços com o PSDB e o com o “Centrão”⁴, chegando com eles ao resultado, o Golpe.

O movimento golpista possuía como lema “Uma ponte para o futuro”⁵ e, inicialmente, foi liderado por Aécio Neves, candidato à Presidência pelo PSDB, derrotado por uma pequena margem de votos em relação à Dilma Rousseff nas eleições de 2014⁶. A partir desse evento, uma infinidade de indivíduos, entidades e organizações se aproveitaram da desmoralização pública lulopetista e “surfaram na onda” de aversão ao PT e a seus 13 anos de governo.⁷

Os apoiadores da deposição de Dilma Rousseff evocavam seu passado guerrilheiro, assim como o histórico de lutas da presidenta contra a ditadura, como algo abjeto e vergonhoso. Vale mencionar, também, os diversos ataques misóginos à sua figura. É interessante ressaltar que Dilma foi a primeira mulher a se tornar chefe do Poder Executivo no Brasil.

O Golpe de 2016 recebeu como adeptos pessoas insatisfeitas com a crise que se instaurou no país. Esses indivíduos foram contrários às medidas de austeridade tomadas pelo governo Dilma. Podemos dizer que eram antipetistas em potencial, e desse modo, não eram favoráveis às políticas públicas desenvolvidas pelo lulopetismo no país durante seus treze anos no poder (2003-2016). Para amplos setores, o Partido dos Trabalhadores (PT) representava a implantação do socialismo no Brasil e, semelhante ao período

³ A sigla atual do partido remonta as suas origens, ou seja, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), fundado em 1966 para ser o partido de oposição à ditadura, e refundado em 1980 após a reforma eleitoral ocorrida durante a Abertura política.

⁴ Na política brasileira, o termo Centrão refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possui uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade com o Poder Executivo, de modo que este lhe garanta vantagens e lhe permita distribuir privilégios por meio de trocas de favores. Apesar do nome, o grupo não necessariamente possui espectro político-ideológico centrista, pois, na verdade, é um agrupamento de siglas com orientação conservadora, geralmente composto por parlamentares com pouca influência na Casa de leis, e que atuam conforme seus próprios interesses, ou seja, desenvolvendo o fisiologismo.

⁵ Nome dado à plataforma de governo utilizada pelo governo Michel Temer após o Golpe de 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2024.

⁶ Dilma Rousseff venceu Aécio Neves nas eleições gerais de 2014 por uma pequena margem de votos. A candidata petista foi votada por 54.501.118 eleitores, o que equivale a 51,64% do total. O candidato tucano, por sua vez, foi escolhido por 51.041.155 pessoas nas urnas, percentual de 48,36%.

⁷ Entre os grupos que se mobilizaram na organização de manifestações contra a reeleição de Dilma Rousseff, destacam-se os contra-públicos de internet, Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados *Online*. A cientista política Camila Rocha desenvolveu pesquisa sobre esses vários grupamentos na tese: ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)** 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964⁸, uma campanha de boatos pejorativos relacionados à pessoa da presidenta, ou mesmo a personalidades ligadas ao governo ganhou o país. Ademais, também entraram em cena escândalos de corrupção em que personalidades importantes do partido figuravam como suspeitas.

As políticas públicas assistencialistas do PT em torno da inclusão social, como: a Lei de cotas em concursos e universidades públicas; as medidas ligadas à visibilidade LGBTQIA+; a ampliação das universidades, institutos federais e programas de acesso ao ensino superior; e mesmo o surgimento de uma classe C, que havia recebido crédito e, assim, poder de compra, por exemplo, eram criticadas por formadores de opinião na mídia.

Por fim, entre os meses de abril e agosto de 2016, adveio o processo de impeachment de Dilma Rousseff, substituída por seu vice Michel Temer, que, em alguma medida, foi um dos perpetradores do Golpe. Este fato é comprovado por uma fala do senador Romero Jucá, então presidente do PMDB nacional e ex-líder do partido no Senado Federal, no ano de 2016, em ligação telefônica para Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Ou seja, a ideia de conter a Operação Lava Jato, “[...] num grande acordo nacional. Com Supremo, com tudo”. O que foi proferido por Jucá indica os objetivos daqueles que arquitetaram o Golpe de 2016 contra Dilma Rousseff: impedir as investigações da Operação Lava Jato, depor a presidenta e ascender ao poder Michel Temer. O Golpe de 2016 deixou um legado: a aceleração do desmonte do Estado e de suas políticas públicas, o aumento dos privilégios da burguesia industrial e estrangeira, assim como a ascensão das “Novas Direitas”.

O plano inicial daqueles que conspiraram contra o lulopetismo não se concretizou, saindo do controle de seus idealizadores. O “clã” bolsonarista, ou seja, políticos de extrema-direita, personalidades e *influencers*, fez uso intenso do antipetismo, além dos disparos instantâneos de mensagens falsas, as chamadas *Fake News*, para vencer o pleito de 2018.

A vitória de Bolsonaro nas urnas surpreendeu o mundo político institucional. Em síntese, deve ser analisada levando em consideração a conjuntura pós-2013, e

⁸ Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, entre 31 de março e 15 de abril de 1964, subverteu a ordem existente no Brasil e deu início à Ditadura Militar, que se estendeu no país entre 1964 e 1985. A ditadura pode ser considerada um regime de força caracterizado por censura, desaparecimentos forçados, tortura e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe realizado em 1964, o presidente eleito democraticamente, João Goulart, foi deposto.

principalmente como um desdobramento do Golpe de 2016. O sucesso eleitoral foi uma consequência do antipetismo, que serviu de pretexto para a deposição de uma presidenta democraticamente eleita. O triunfo bolsonarista se inscreve num movimento mundial de forças antiemancipatórias, considerado por alguns autores como uma direita radical⁹.

Em suma, o Golpe parlamentar de 2016 utilizou o rito democrático para destruir a democracia internamente e, de certa maneira, isso é antidemocrático, utilizando aqui a palavra em sua forma estrita. Além disso, experiências golpistas desenvolvidas por meios legais, como foi o Golpe de 2016, são adversas à sociedade. A coletividade é feita refém de figuras que despontam como uma espécie de libertação política nacional, mas, que na realidade, acabam influenciando amplos segmentos a adotarem comportamentos políticos nocivos, questionáveis e anti-*establishment*. Nesse processo de radicalização, temas como a defesa da Ditadura passam a ser apresentados como uma manutenção dos ditos “valores tradicionais”.

Desse modo, a conjuntura de percalços econômicos sob a liderança do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), seguida pela descrença dos brasileiros com os ditos “políticos profissionais”, fizeram com que em 2018 o deputado Jair Messias Bolsonaro fosse eleito presidente da República.

A biografia de Bolsonaro nos ajuda a entender suas atitudes como pessoa pública e, também, como chefe de Estado. Nascido em uma família humilde e grande, na cidade de Glicério, situada no Vale do Ribeira, aos dezoito anos, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), apesar de desejar realizar sua formação na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Em 1973, prestou concurso para esta instituição de ensino militar, formando-se em 1977, quando se especializou em paraquedismo. Serviu como Aspirante a Oficial no estado do Rio de Janeiro e depois no Mato Grosso do Sul, até 1987, quando estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e chegou à patente de capitão do Exército.

Em 1986, Bolsonaro assinou um artigo na revista *Veja*, queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação, foi processado na Justiça Militar e sentenciado à prisão, ficando quinze dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos.

⁹ Mais sobre isto: GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Em 1989, ingressou na política.

Mesmo expulso e rejeitado pela cúpula do Exército, desde o início de sua carreira no parlamento, Bolsonaro portou-se como uma espécie de “líder sindical” dos oficiais de baixa patente e militares da reserva. Esse fato permitiu que ampliasse suas ações em outros setores ligados à segurança pública, como os policiais militares e civis. O discurso em defesa dos interesses da chamada “família militar” garantiu a Bolsonaro sete mandatos como deputado federal. Contudo, suas declarações polêmicas e radicais o confinaram na posição de deputado exótico do “baixo clero” do Congresso Nacional. Essa situação mudou bastante a partir das Jornadas de Junho, das manifestações pelo impeachment e, finalmente, devido ao cenário da campanha presidencial de 2018.

Desse modo, o voto em Bolsonaro por ampla parcela da sociedade brasileira é explicado como sendo mais que um protesto. Representa também uma demonstração de confiança numa mudança extrema. Os elementos prévios já citados – antipetismo e, paradoxalmente, o governo Temer – ajudam a explicar Jair Bolsonaro no poder. Além disso, devemos analisar a visão particular de Jair Bolsonaro sobre o período da ditadura no Brasil e como sua atuação na conjuntura de organização e atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) o colocaram em evidência como liderança política na extrema-direita brasileira. Desse modo, analisaremos o bolsonarismo em sua raiz e buscaremos organizar nosso pensamento em torno de dois aspectos da cultura política deste movimento político, sua visão anticomunista da realidade e o negacionismo desempenhado acerca da Ditadura Militar no Brasil.

Bolsonaro e o militarismo: submissão e indiferença

Os posicionamentos do governo Dilma em relação às políticas transicionais referentes à Ditadura, sendo a mais importante a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, causaram desconforto em setores da classe militar, os quais definiram esse ato como um “revanchismo” esquerdista.

O ano de 2012 ficou marcado pelo lançamento da Comissão Nacional da Verdade, grande símbolo dos anos iniciais do governo Dilma à frente da presidência. Inicialmente, os trabalhos da CNV foram coordenados por um grupo de trabalho composto por sete integrantes, em sua maioria juristas, auxiliados por outros profissionais de diversas áreas do conhecimento. O objetivo da comissão era apurar fatos sobre a Ditadura e promover,

a partir das informações levantadas, a reconstrução da história de graves violações aos direitos humanos no Brasil.

Em contrapartida, ao sucesso da instalação da CNV, as ações ligadas à economia não surtiram o efeito necessário. A crise econômica advinda contribuiu para a tensão política no governo de Dilma Rousseff, que a essa altura despertava certa rejeição em setores das Forças Armadas, ressentidos com a atuação da comissão recém-instalada.

Em nossa interpretação um dos alicerces do discurso bolsonarista é a construção de versões alternativas sobre a história. O negacionismo desempenhado por Bolsonaro e seus aliados se enquadra neste aspecto. Quando desempenham uma visão elogiosa acerca dos anos da Ditadura¹⁰ acabam por criar também uma versão alternativa da história oficial, ou seja, aquela que não nega o que de fato aconteceu. Todavia, mesmo esta “versão oficial”, é de certa maneira problemática. Marcos Napolitano (2014), a define como memória liberal hegemônica, segundo o autor:

[...] a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extra institucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada [...]. Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda, mas compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes da esquerda dentro da lógica abstrata da “luta por liberdade”. E, mais do que tudo, a memória liberal auto absolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964 -, culpando a incompetência de Goulart e a demagogia de esquerda pelo golpe (Napolitano, 2014, p. 319)

Desse modo, observamos que a visão “aceita” pela sociedade civil desde a transição apresenta problemas, entretanto, o fato de haver uma memória hegemônica não quer dizer que outras memórias, subordinadas, não tenham existido e não lutem para se afirmar (Napolitano, 2014, p. 319). É neste ponto que o bolsonarismo e seu negacionismo acerca da ditadura entram na discussão.

¹⁰ 10 vezes em que o clã Bolsonaro flertou com a Ditadura militar. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/10-vezes-em-que-o-cla-bolsonaro-flertou-com-a-Ditadura-militar.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Referências à Ditadura militar são recorrentes entre a família Bolsonaro e integrantes do governo. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/referencias-Ditadura-militar-sao-recorrentes-entre-familia-bolsonaro-integrantes-do-governo-1-24103165>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Em Itaipu, Bolsonaro exalta presidentes militares e ditador paraguaio. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/26/bolsonaro-exalta-presidentes-militares-e-ditador-paraguaio-em-itaipu.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Enquanto mobilizações em todo o país pediam por intervenção militar entre os anos de 2015 e 2016, Jair Messias Bolsonaro se destacava no Congresso Nacional justamente pela defesa da Ditadura Militar, fato corriqueiro durante sua carreira no parlamento. Desde o início da atuação como deputado, declarações favoráveis aos generais-presidentes, à tortura e à repressão foram marcantes em sua narrativa. Contudo, mesmo entre os militares, existiram críticas a tais manifestações públicas, exemplo dos depoimentos do ex-presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) e do político e militar Jarbas Passarinho.

Ernesto Geisel, em entrevista à cientista política Maria Celina D'Araújo, no ano de 1993, ao ser perguntado sobre parlamentares que diziam representar e falar pelos militares e que inclusive defendiam um novo Golpe Militar, respondeu: “neste momento em que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: ‘Temos que dar um golpe! Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à Ditadura militar!’ E não é só o Bolsonaro, não!”. Geisel ainda completou a fala, dizendo: “presentemente, o que há de militares no congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar” (D'Araújo; Castro, 1998, p. 112-113).

Jarbas Passarinho, ao ser entrevistado pelo Jornal *O Globo* em 2011, após declarações dadas por Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo Partido Progressista (PP)¹¹, ao programa *CQC*, da Rede Bandeirantes de Televisão, comentou:

Já tive com ele [Bolsonaro] aborrecimentos sérios. Ele é um radical e eu não suporto radicais, inclusive os radicais da direita. Eu não suportava os radicais da esquerda e não suporto os da direita. (informação verbal)

Passarinho também afirmou que Bolsonaro nunca foi um bom militar e que "só se salvou de não perder o posto de capitão porque foi salvo por um general que era amigo dele no Superior Tribunal Militar (STM)". Quando indagado sobre a influência dos pensamentos do deputado nas Forças Armadas, Passarinho indicou que as suas considerações não pertencem à maioria dos militares:

Nem todos os militares estão ligados a ele, mas como ele é o único que aparece falando ... os militares, inclusive depois do meu silêncio por doença, perderam espaço. Eu perdi meu espaço no "Estado de S. Paulo", no "JB" [Jornal do Brasil], que infelizmente faliu, no "Correio Braziliense", no "Estado de Minas". Então, desapareceu essa voz que tinha uma penetração na área mais nobre da mídia. Ele irrita muito os

¹¹ Atualmente o nome do Partido é Progressistas.

militares também, porque quando está em campanha, em vez de ele ir ao Clube Militar, como oficial, ele vai pernoitar no alojamento dos sargentos (risos) ¹². (informação verbal)

Em suma, observa-se que dois representantes do grupamento amplamente elogiado por Bolsonaro, naquele momento, não enxergavam sua atuação com bons olhos, por mais que o mesmo sempre tenha exaltado a Ditadura. De certa maneira, isso faz parte da educação militar que o formou enquanto serviu às Forças Armadas. O fato de Bolsonaro ter desrespeitado a hierarquia e a disciplina — um dos pilares das regras militares — foi um elemento que o marginalizou, nessa época, dentro das próprias Forças Armadas.

A formação de Bolsonaro no Exército aconteceu durante os anos de 1970 e 1980. As ideias que ele formou em relação à Ditadura estão diretamente ligadas ao que o alto oficialato determinou naquele contexto. Dentre elas, está a repudia ao comunismo, extirpando qualquer indivíduo que se enquadrasse no perfil de um subversivo. O temor anticomunista presente no discurso bolsonarista ainda hoje representa o vocabulário político que marcou sua formação. Segundo Caroline Bauer (2019),

[...] gran parte de la socialización en las Fuerzas Armadas se realiza en un contexto de gran carga afectiva, fundamental para la delimitación de un 'nosotros'. La formación de una identidad "militar" alienta a las nuevas generaciones a involucrarse con una interpretación del pasado predeterminada, acudiendo a la transmisión de sus memorias como 'mecanismo cultural' para fortalecer un 'sentido de pertenencia'. Sabemos que el Ejército está regido por un conjunto de valores, tales como el honor, el deber, el patriotismo, la lealtad y la disciplina, y que para el militar la defensa de la patria es un destino superior. Bolsonaro encarna esos valores (Bauer, 2019, p. 43).

A personalidade de Bolsonaro é diversa, indicando “orden y obediencia, por un lado, y falta de respeto y agresividad contra los que no son los suyos, por el otro” (Bauer, 2019, p. 44). Por exemplo, o fato de os militantes bolsonaristas o chamarem de “Capitão” é uma evidência de como essa graduação que conquistou nas Forças Armadas foi transportada como um trunfo para sua vida no parlamento. Entre os colegas de corporação, era ainda chamado de “Cavalão”, devido ao grande vigor físico que

¹² Jarbas Passarinho critica posições de Jair Bolsonaro e diz que não 'suporta' deputado. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/jarbas-passarinho-critica-posicoes-de-jair-bolsonaro-diz-que-nao-suporta-deputado-2802680>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2024.

apresentava. Inclusive, tendo vencido, segundo suas próprias declarações, várias provas de atletismo¹³.

Bolsonaro, em 1986, assinou um artigo na revista *Veja*, queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação, recebeu um processo militar e foi preso, ficando 15 dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos. Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Vale ressaltar que, por não ter uma carreira de destaque nas Forças Armadas, recebeu um apelido pejorativo. Em 1989, como dito anteriormente, ingressou na política, e após larga carreira no legislativo, elege-se, em 2018, presidente da República.

Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro, causou uma espécie de temor nos opositores, pois parecia ser a volta de um governo militar na Nova República. Por exemplo, o número de militares nas instâncias do governo federal foi o maior desde o fim da Ditadura¹⁴. Evidentemente, existem diferenças entre um governo militar e um governo composto por militares, principalmente em relação ao apoio da categoria no que diz respeito às decisões tomadas pelo Poder Executivo. Pode-se dizer que, no governo Bolsonaro, a estrutura institucional democrática permanece a mesma, salvo as mudanças na nomenclatura de alguns ministérios, assim como o fechamento de outros. Contudo, mesmo que isso não interfira no funcionamento das instituições, o Estado Democrático de Direito está em alerta. Os posicionamentos antidemocráticos do presidente e de grupos próximos a ele, como, por exemplo, os militares, influenciam esse contexto político.

Destaca-se que os simpatizantes da Ditadura que permaneceram em seu governo, compondo as fileiras do bolsonarismo, possuem concordância de ideias em dois aspectos. Primeiro, temiam a revogação da Lei da Anistia. Caso isso viesse a ocorrer poderia causar processos jurídicos relativos aos crimes cometidos durante a Ditadura. E segundo, eram contrários à Comissão Nacional da Verdade, pois os fatos esclarecidos por ela evidenciam a necessidade dos julgamentos desses crimes que foram “perdoados” em 1979 com a Anistia. Em suma, o discurso militarista, sobretudo o de defesa da “época da Ditadura” sempre esteve presente em parte das direitas brasileiras. Contudo, na última década,

¹³ Bolsonaro ganhou no Exército o apelido de 'Cavalão' devido à saúde de ferro. **O Globo**. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/bolsonaro-ganhou-no-exercito-o-apelido-de-cavalao-devido-saude-de-ferro.html>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

¹⁴ Mais sobre isto: Ministério terá mais militares do que em 1964. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/12/16/ministerio-tera-mais-militares-do-que-em-1964.htm>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

ganhou porta-vozes nas livrarias, nas redes sociais e no governo federal. Atrelado ao bolsonarismo, tal discurso ganhou espaço e força na esfera política e, assim como em uma espécie de elogio ao passado, tem papel de destaque nas decisões referentes aos destinos do país.

Conforme analisamos, o discurso anticomunista tem sido uma constante na cultura política brasileira, e ganhou novo fôlego, ressurgindo, de certa forma, como um dos traços mais importantes do discurso bolsonarista. Esse fato torna-se nítido quando verificamos a defesa feita por Bolsonaro ao “regime militar” como um acontecimento de grande importância na história do Brasil pelo trabalho de combate ao “perigo vermelho”.

Institucionalização da CNV e o fator Bolsonaro

Apesar de clamores de familiares e militantes dos direitos humanos, a institucionalização de uma Comissão da Verdade no Brasil começou apenas no final da década de 2000. Todavia, é válido mencionar os avanços em torno das políticas transicionais, as quais contribuíram positivamente no desvendamento de questões relacionadas ao passado ditatorial brasileiro. A promulgação da Lei de mortos e desaparecidos, nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 representou, à época, o compromisso do Estado Brasileiro com a reconciliação e pacificação nacional, expressos no texto da Lei da Anistia de 1979. As reparações indenizatórias a ex-militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos também representaram, no período pós-Ditadura, um passo importante na rememoração válida desse período, pois o ato, de certa maneira, mostrava a visão do país acerca desse período de nossa história.

Na década de 2000, aconteceram várias medidas transicionais que auxiliaram na produção de memórias sobre o período da Ditadura militar e indicaram a importância social de se evitar fatos como esse novamente. Os arquivos do ex-Serviço Nacional de Informações (SNI) foram alocados no Arquivo Nacional em 2005. O livro *Direito à memória e à verdade*, cuja importância se reconhece pelo fato de ser a primeira publicação do Estado brasileiro sobre a Ditadura, foi publicado em 2007. Em 2009, o projeto “Memórias Reveladas” foi criado, para coletar e organizar documentos sobre o regime, existentes no território nacional.

Por fim, no segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Na ocasião, formou-se um grupo de

trabalho (GT) destinado a elaborar um Projeto de Lei (PL) que visava a criação da Comissão Nacional da Verdade.

O texto apresentado no evento tinha como um de seus objetivos expressos a ideia de que a comissão buscava trazer à tona a “verdade histórica” sobre o período em que os militares estiveram no poder e que promoveria a “reconciliação nacional”¹⁵. Esse texto foi modificado algumas vezes, por conta da oposição militar surgida à CNV. Temia-se uma revisão da Lei da Anistia de 1979. Além disso, os militares também exigiam que a comissão tratasse das organizações de esquerda que foram participantes da luta armada. A expressão “repressão política” foi abolida do projeto, após o conjunto de reclamações feitas por integrantes das Forças Armadas. Por fim, vale lembrar que o período de análise foi ampliado. Inicialmente, compreendia os anos de 1964-1985, passando a contemplar o recorte de 1946-1988. A conclusão dos trabalhos do GT se deu no mês de abril de 2010 quando o PL nº 7.376/10 foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Todas essas medidas sofreram oposição de Jair Bolsonaro, na qualidade de parlamentar na Câmara dos Deputados, pois, para ele, rememorar a Ditadura não era sinônimo de reparação histórica, mas de exaltação do período em que as Forças Armadas evitaram o comunismo no Brasil.

É válido ressaltar que o pacto conciliatório firmado na Anistia ficou em evidência na sessão da Câmara que aprovou a criação da CNV, em 2011¹⁶. De forma quase unânime, mesmo com a existência de divergências político-partidárias, houve a preocupação entre os parlamentares de não reabrir as feridas do passado ditatorial, para que não se causassem revanchismos no país. Vale mencionar que este é um ponto problemático na discussão, indicando de certa maneira a hegemonia militar em relação ao período.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff. Durante dois anos, o colegiado constituído a fim de apurar as denúncias de violações aos direitos humanos, entre 1946-1988 no Brasil, colheu 1120 depoimentos (sendo 132 de agentes militares), produziu 21 laudos periciais e realizou 80 audiências públicas em 15 estados da federação. O nome escolhido, Comissão Nacional da Verdade, já deixava claro o objetivo de produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas “verdades

¹⁵ Decreto nº 7.037/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

¹⁶ Câmara aprova criação da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/09/camara-aprova-criacao-da-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 01 de março de 2024.

oficiais” das Ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes (NAPOLITANO, 2014, p.320). Além disso, era necessário romper com o silêncio mantido pelos agentes, quando interrogados ou questionados sobre o período. Silenciar sobre os tempos da Ditadura no Brasil serviria, segundo os militares, como a etapa inicial do esquecimento da sociedade. Além disso, consideravam que,

[...] o direito subjetivo à memória nem sempre [conseguiria] dar conta de todas as contradições objetivas da história, abrindo espaço para vitimizações, distorções ideológicas, ou mesmo para a invenção de um passado que nunca existiu (Napolitano, 2014, p. 322).

Em 2012, após a instalação da CNV houve um crescimento das estratégias revisionistas, intensificadas após a divulgação do relatório final da Comissão, em 2014. Tais estratégias contribuíram para as disputas de narrativas relacionadas à Ditadura militar¹⁷.

Com a instalação da CNV, alguns focos militares se agitaram, sobretudo entre os oficiais da reserva, fazendo eco em algumas vozes civis de direita, ainda minoritárias no debate. A principal argumentação é que a “Comissão” é revanchista e parcial, focando apenas as violências dos agentes do Estado e esquecendo a dos guerrilheiros de esquerda. Diga-se, uma argumentação frágil, pois, independentemente de qualquer consideração de ordem ideológica, o fato é que a maioria dos guerrilheiros foi de alguma forma punida, com prisão, exílio, tortura e morte. Já os agentes do Estado que participaram de atos ilícitos e crimes de lesa-humanidade sequer foram mencionados ou intimados oficialmente pela justiça (Napolitano, 2014, p. 332).

Foi nesta conjuntura que Bolsonaro ampliou sua visibilidade na opinião pública, sobretudo, nos setores negacionistas e ufanistas ao “regime militar”. Como destacamos, desde os anos 1990 o capitão reformado do Exército proferiu declarações polêmicas relacionadas à Ditadura, e em alguns casos era criticado por oficiais da alta cúpula das Forças Armadas.

¹⁷ Em 10 de dezembro de 2014, o Clube Militar, associação civil com sede no Rio de Janeiro, composta por oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, publicou uma nota, em sua página oficial, assinada pelo general Gilberto Rodrigues, intitulada Relatório Requentado. Em uma das passagens do texto, o líder da entidade à época afirmou que o Relatório Final da CNV, era “uma coleção de meias verdades, calúnias, e mentiras inteiras, embaladas com pedaços de verdade cuja divulgação confirma a orientação socialista dos comissários”. Em suma, é perceptível o caráter anticomunista e revisionista da nota. Mais sobre isto: Clube Militar vê coleção de 'calúnias' em relatório da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-cao-socialista-diz-clube-militar.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2022. A nota está disponível na íntegra em: <<http://rplib.com.br/index.php/artigos/item/4479-relatorio-requentado>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Durante os anos do governo Dilma e com o surgimento da CNV, o ex-militar e então deputado federal pelo Partido Progressista do Rio de Janeiro, semanalmente, era entrevistado em programas de auditório e entretenimento veiculados no horário nobre. Em tais ocasiões, evidenciava seu conservadorismo a partir de temas como casamento homoafetivo, política sobre drogas e através da defesa da moral e dos bons costumes. Vez por outra ainda tecia elogios à Ditadura Militar no Brasil, chegando a mencionar o temor de um perigo comunista em nossa República.

Diante do cenário de desgaste dos governos do PT, as vozes discordantes das diretivas políticas petistas ganharam destaque nas mídias tradicionais e nas redes sociais. Em 11 de fevereiro de 2011, quando Bolsonaro ainda compunha os quadros do Partido Progressista (PP), assinou um artigo na coluna Opinião da *Folha de São Paulo*, intitulado “Comissão da inverdade” criticando o Projeto de Lei de criação da CNV. O parlamentar abriu o artigo exaltando a ordem e a hierarquia presentes nas Forças Armadas. Em seguida, afirmou que a esquerda havia chegado ao poder, pelo voto, graças aos militares que impediram uma revolução do proletariado. Novamente, como se lê no artigo, Bolsonaro enaltece os militares, apontando que o período em que estiveram à frente da República representou “vinte anos de ordem e de progresso”. Porém, duas dimensões não foram mencionadas pelo parlamentar sobre esse período. Primeiro, a grave crise econômica que tomou os anos 1980, considerados como “a década perdida”. E a baixa aceitação da sociedade civil em relação aos militares nos anos finais da Ditadura.

O ponto-chave do texto é observado quando Bolsonaro cita exemplos de ações bem-sucedidas dos movimentos de guerrilha urbana e, a partir disso, afirma que o “regime, dito de força, negociou e foi além das expectativas dos derrotados ao propor anistia até mesmo para crimes de terrorismo praticados pela esquerda”.¹⁸ Assim, os objetivos do texto ficam claros: criticar os trabalhos desempenhados pela CNV e proteger a Lei da Anistia de modificações, pois, uma vez que isso acontecesse, agentes do Estado receberiam as devidas punições por seus atos durante a Ditadura. O autor completa a narrativa tecendo uma crítica ao governo, afirmando que “no poder, eles querem escrever a história sob sua ótica, de olhos vendados para a verdade”. Segundo o então parlamentar, a comissão seria parcial, pois era composta por pessoas indicadas pela presidenta Dilma Rousseff e, para que houvesse veracidade nos fatos apurados, integrantes dos Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica deveriam integrar o grupo.

¹⁸ *Ibid.*

Além disso, direcionou críticas ao fato de que os crimes a serem aferidos seriam apenas os dos militares, tergiversando os atos cometidos pela esquerda, que estaria buscando, com a comissão, “passar para a história como a grande vítima que lutou pelo Estado Democrático atual, invertendo completamente o papel dos militares”¹⁹. Nesse ponto do texto, Bolsonaro destaca que os militares apenas haviam atendido a solicitações de entidades da sociedade civil: Igreja, empresários, agricultores e mulheres (nesta parte, sem querer, confirma o caráter Civil-Militar do Golpe de 1964). Por fim, o autor se coloca como porta-voz das Forças Armadas, indicando que elas nunca se ausentaram das responsabilidades que lhes cabiam e que, em nome da verdade, mais uma vez, não se ausentariam e estariam dispostas a cumprir seu papel, caso fosse necessário.

O referido artigo saiu logo após as primeiras sessões em que a matéria da criação da Comissão da Verdade entraria em votação para aprovação na Câmara, fato que aconteceu apenas sete meses depois, no dia 21 de setembro de 2011. Na sessão, Bolsonaro se exaltou. Em discurso no plenário da Câmara, afirmou que “os argumentos para a criação da comissão são piadas”. Além disso, proferiu ofensas à presidenta Dilma Rousseff e aos parlamentares favoráveis à aprovação do projeto. Segundo Bolsonaro, as verdades sobre o período seriam apagadas com a comissão, e, repetindo argumentos de seu artigo para a *Folha*, aos gritos, disse que houve ligação entre a atividade de guerrilha e Fidel Castro, assim como que os guerrilheiros tinham feito cursos em Cuba, Coreia do Norte e China. Na realidade, todo esse afincamento em criticar a aprovação do Projeto de Lei e os trabalhos da comissão representava o temor de que se modificasse a Lei da Anistia, possibilitando uma expansão nas ideias a que se destinava inicialmente, ou seja, o perdão político a torturadores e torturados.

Disputas pela memória no tempo presente brasileiro

Mesmo com a oposição de Bolsonaro, a CNV foi criada e desenvolveu seus trabalhos, entre 2012 e 2014. Em 10 de dezembro de 2014, dia internacional dos direitos humanos, ocorreu a solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, com a participação de ex-presos políticos, entre eles, a presidenta Dilma Rousseff, parlamentares e familiares de desaparecidos no período. Dividido em três volumes, compostos por 18 capítulos e nove textos temáticos, o relatório trata de graves

¹⁹ A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/fz1101201107.htm>>. Acesso em: 01 de março de 2024.

violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Vale ressaltar que o terceiro volume do texto possui 29 recomendações, com base na legislação brasileira, relacionadas ao assunto elucidado. Contudo, nenhuma dessas recomendações expressa a “revisão” da Lei da Anistia.

Nesse período, emergiram autores e editoras especializadas em publicar “novas versões” sobre a história do país, como, por exemplo, os *Guias politicamente incorretos*. Como dissemos, parte desses argumentos alimentaram a retórica do deputado Bolsonaro. Em ambiente de “tempestade perfeita” contra o governo Dilma Rousseff, alguns discursos — antes vistos como exóticos — estavam em consonância com as teses defendidas por amplos setores da sociedade. De tal maneira, o discurso de Bolsonaro rompeu seu círculo de eleitores e atingiu milhares de brasileiros. Em tempos de relativização do passado, o ufanismo da “intervenção militar” passou a ser defendido publicamente como alternativa para impedir a “implantação do comunismo” no Brasil.

Em suma, negar a história não é o mesmo que revisá-la. E mesmo esse processo de revisão deve ser feito com responsabilidade. A partir do momento em que se nega algo comprovadamente existente, o que parecia ser um revisionismo transforma-se em negacionismo. Por fim, revisionismo e negacionismo ainda se diferem do saudosismo, que significa uma admiração exacerbada por aspectos do passado, no que tange a comportamentos, hábitos, princípios e ideias. A melancolia em tratar desses aspectos evidencia uma espécie de nostalgia por parte do indivíduo que a transporece.

De acordo com as particularidades referentes aos três termos — negacionismo, revisionismo e saudosismo — fica evidente que no Brasil ocorre a prática do negacionismo histórico. O processo é explicado pela ação de rememorar e, de certa forma, de reinventar versões sobre o período da Ditadura, assim como negar o acontecimento de situações ocorridas. Dentro desta dimensão destaca-se o anticomunismo, elemento que justificou golpes de Estado no Brasil e duas experiências ditatoriais, a do Estado Novo, com Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, e a Ditadura Militar, entre 1964 e 1985.

Isto posto, cabe observar que, os abusos da memória, seja na hora de escrever a história, seja através dos discursos bolsonaristas, buscaram evidenciar o antipetismo. A construção de uma versão “positiva” sobre a Ditadura militar foi uma das abordagens mais utilizadas para hostilizar os governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, esta visão negacionista flertou com uma reinvenção anticomunista contrária aos anos de governo do lulopetismo, assim como dos elementos ligados a tal conjuntura. Em suma,

os governos reformistas da Nova República representaram a tentativa de construir uma normalidade democrática na política brasileira. Apesar de contradições, a democracia tem se afirmado durante trinta anos ininterruptos.

O bolsonarismo, por sua vez, tem buscado o retorno a um passado traumático e autoritário, que deve permanecer onde está, no pretérito. Assim, a normalidade democrática da Nova República frente à ascensão bolsonarista retrata de forma literal o embate de ideias e práticas na política brasileira reproduzidas numa disputa de narrativas entre a modernidade e as forças do atraso.

A Nova República construiu sua memória a partir das experiências obtidas em nossa última fase autoritária: a Ditadura militar. É válido reforçar o fato de que a institucionalidade, e mesmo determinadas diretrizes jurídicas presentes na atualidade remetem a esse passado. Assim, a contemporaneidade brasileira possui a Ditadura como uma espécie de evento não superado, que determina situações sociopolíticas.

Desde o início do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, em 2012 e da efeméride dos cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964, em 2014, acontece, no Brasil, uma disputa de narrativas, relacionada à memória e à versão oficial sobre o que de fato ocorreu no país entre as décadas de 1960 e 1980. O conflito é representado por grupos da sociedade que demonstram preferências distintas, entre o esquecimento e o elogio aos acontecimentos do período, ou mesmo no que tange à memória, verdade e justiça.

O Brasil bolsonarista é negacionista. Nossa conjuntura está marcada por negacionismos de várias ordens. Sendo assim, o tempo presente brasileiro atravessa uma “febre memorialística” relativista. Por exemplo, durante os anos de 2015 e 2016, ocorreram manifestações, em várias cidades brasileiras, contrárias ao lulopetismo. Foi possível observar nelas grupos mais radicais. Segundo a pauta extremista, a solução para “todos os problemas” passava por uma intervenção militar como forma de superar os “males” do governo Dilma.

Desse modo, os grupos que foram, e que ainda vão, às ruas pedir intervenção militar defendem um tipo de “passado que nunca existiu”. Segundo suas versões da história recente, os setores militares foram superiores aos civis. Ao listar as justificativas revisionistas os militares seriam: mais patriotas, mais preparados tecnicamente e, principalmente seriam um exemplo de retidão moral. Assim, o retorno dos militares ao poder sanaria os principais problemas do país: a corrupção, o comunismo e as ameaças à

“família tradicional”. Ou seja, os enxergam como os únicos capazes de resolver os problemas da nação.

Eventos ligados a uma visão apologética da Ditadura também aconteceram em 2018, e agitaram a opinião pública brasileira. Entre os dias 21 de maio e 1º de junho do ano citado, a categoria dos caminhoneiros paralisou suas atividades em todo o território nacional. Os grevistas manifestavam-se contra os frequentes reajustes no preço dos combustíveis, principalmente do óleo diesel. Todavia, durante as ações do grupo paredista, ocorriam, de forma isolada, pedidos de intervenção militar como forma de resolver o imbróglio junto ao governo.

O segundo caso sucedeu em 1º de outubro de 2018, quando o ministro e atual presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, se referiu ao Golpe Civil-Militar de 1964 como apenas um “Movimento”, e não como um regime de exceção imposto através da força. Nas palavras de Toffoli: “Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro à movimento de 1964”. O ministro sustentou seu argumento utilizando como base a análise de Daniel Aarão Reis Filho sobre a deposição de João Goulart. Este historiador rebateu a fala do presidente do Supremo, em entrevista ao jornal *El País*, repudiando a visão sobre 1964 que, segundo ele, recebe um novo significado pela extrema direita. De acordo com Reis Filho, “[...] a interpretação é vesgamente enviesada, procura um ponto de equilíbrio que não existe em história e tem como resultado a absolvição histórica do golpe e dos golpistas” (informação verbal).

Dessa maneira, afirmamos a expressão multifacetada do negacionismo bolsonarista. Seus argumentos estão presentes em diferentes ambientes, situações e instâncias da sociedade brasileira. E se manifesta por meio de ações da classe média e dos caminhoneiros, pedindo por intervenção militar, assim como via declarações do presidente do STF.

O negacionismo é a vulgarização de ideias, fatos e elementos indiscutíveis que ganham espaço na opinião pública, pois se integra ao processo histórico e, muito em particular, à história política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública (Becker, 2003, p. 201). Todavia, não é por desempenhar um papel no processo histórico que a opinião pública tenha razão. Em suma, é analisando a ideologia e sua popularização em meio à sociedade que observamos os usos e abusos da memória sendo desenvolvidos de maneira mais usual.

Manipular a história é a expressão do desenvolvimento de um processo ideológico que orienta a construção de narrativas. Nesta perspectiva, a manipulação ocorre de maneira complexa, e analisar ou mesmo entender a sustentação desse movimento requer cautela, pois, a partir da construção de memórias por determinados grupos, contrafações podem ocorrer na história, tornando fatos irreais, oficiais.

Estamos imersos em tempos negacionistas. A formação do pensamento vigente no Brasil apresenta heranças do período ditatorial. O pacto de conciliação e de acomodação, que findou os governos militares e que ascendeu ao poder um civil, fez com que, institucionalmente, a sociedade se guiasse por uma união pela paz, buscando o desenvolvimento social e ainda criando certo esquecimento relacionado à repressão. À época, a sociedade civil preferiu obliterar sobre a real necessidade de se julgar os crimes da Ditadura, em outras palavras, não havia demandas significativas da sociedade civil para responsabilização penal dos membros do aparato repressivo. Naquele contexto, construir um novo Brasil estava na ordem do dia. O pronunciamento de Tancredo Neves, em entrevista coletiva, no dia 17 de janeiro de 1985, como o primeiro civil a assumir a Presidência da República, após vinte e um anos de Ditadura, confirma essa hipótese:

Os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime no Congresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse processo seria implantar no Brasil o revanchismo, e não cuidaríamos nem do presente, nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso (Neves, 1985 *apud* Napolitano, 2015, p. 23).

À vista disso, a análise de Tancredo Neves serve ao país até os tempos atuais, e explica o motivo de nossa democracia se mostrar frágil em alguns momentos. Durante os trinta anos que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 da eleição de Jair Bolsonaro, o pacto conciliatório esteve em vigor.

Concretamente, as discussões sobre o passado autoritário sempre foram vistas como tabu por diversos setores da elite política brasileira. Além desse fato, o receio e a omissão em tratar do tema da Ditadura nos apresentaram eventos no mínimo curiosos. Citamos, como exemplo, o momento de promulgação da CNV no Congresso Nacional, quando membros de partidos opositores se uniram a partir da ideia de que a comissão deveria tomar os cuidados devidos ao apurar os crimes do período, pois o trabalho desenvolvido não poderia levar o país ao revanchismo.

Entretanto, é necessário discutir se, na verdade, o revanchismo temido pelos parlamentares representa a justiça sendo feita, ao invés de algo ligado apenas à reparação por desagravo. Questionamos por não ter ocorrido julgamento dos crimes políticos ocorridos durante a Ditadura no Brasil, além de que aqueles que foram resistência ao regime à época, sendo participantes da luta armada ou não, foram execrados e sofreram punições baseadas na jurisprudência vigente no período. Em contrapartida, reforçamos, seus perpetradores e algozes permanecem impunes na atualidade, ou morreram sem pagar por suas ações.

O uso do passado, no debate público, atende a critérios que, não necessariamente, são de comprovação e verificação da veracidade histórica. De fato, sua utilização está servindo para o fortalecimento de identidades políticas e ideológicas que, mediante orientação, visam o esquecimento dos fatos oficiais relacionados à repressão. Segundo a análise de Marcos Napolitano, mencionada acima, isso pode ser chamado de nostalgia, tendo em vista que a exaltação do autoritarismo é nostálgica. De certa forma, a “comemoração” do que foi a Ditadura não ocorre apenas quando ela é festejada no sentido estrito da palavra, mas também quando ela é saudada, mesmo longe no tempo e no espaço.

Considerações finais

Períodos históricos como os analisados neste artigo reforçam a ideia da existência permanente de reflexos do passado em nossa contemporaneidade. Portanto, é necessário que nosso tempo seja analisado, compreendido, mas não justificado. Temos a responsabilidade de fazer o possível para que traumas históricos emblemáticos, como os já analisados neste texto, não aconteçam novamente. Compreender não significa aceitar as práticas desenvolvidas nessas épocas, mas considerar que, de certa maneira, elas ainda não estão ultrapassadas e seguem sendo combatidas. Surge aqui a importância da história e dos bons usos da memória.

Ao mesmo tempo que Bolsonaro apresenta-se como um exaltador dos governos militares no Brasil, nega a existência de uma Ditadura, ou seja, geralmente, entra em contradição no desenvolvimento de suas análises. Ora, para ele, a Ditadura aconteceu e foi muito branda, ora nada ocorreu, sendo apenas uma falácia daqueles que buscam execrar as Forças Armadas. O objetivo de Bolsonaro, nesse tipo de ação, é que se volte ao silêncio sobre o período. Geralmente quando questionado por algum posicionamento considerado polêmico pela opinião pública, além de ataques gratuitos às esquerdas, a

militantes e desaparecidos políticos do período, um elemento sempre é defendido: a preservação da Lei da Anistia de 1979, que perdoou e ainda serve de proteção aos agentes que contribuíram na repressão, à época da Ditadura.

Assim, lembrar pelo viés de quem foi execrado não faz parte da defesa do presidente, pois rememorar sob esse ponto de vista colocaria em questão o quanto pessoas comuns, defensoras de ideias contrárias à Ditadura, foram lesadas pelo uso da força e de métodos coercitivos. Com base nisso, é nítido o fato de Bolsonaro buscar contar uma nova história, embora sua versão não seja correta, pois se pauta em uma invenção, criada por quem idealizou o Golpe Civil-Militar de 1964 e ainda o exalta no tempo presente.

Além do anticomunismo e da aversão ao assistencialismo lulopetista, o negacionismo relacionado à Ditadura no Brasil apareceu na votação definitiva para o prosseguimento da ação, na qual o então deputado federal Jair Bolsonaro saúda Brilhante Ustra, o primeiro agente da Ditadura condenado pela Justiça brasileira por ter torturado pessoas durante a Ditadura militar. Vale ressaltar o fato de que o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade registrou em torno de quinhentos e dois casos de tortura e mais de quarenta assassinatos ocorridos no DOI-Codi sob o comando de Ustra. O parlamentar em questão votou favorável, e mesmo que sua menção ao coronel algoz de diversas vítimas durante a Ditadura configurasse em elemento cabível para o afastamento de suas funções, nada ocorreu, pelo contrário, seu parecer foi aplaudido por maioria no plenário e lhe deu visibilidade o bastante para empreender uma campanha à Presidência da República, centrada no antipetismo que derrubou Dilma, assim como através do saudosismo revisionista sobre a Ditadura no Brasil.

Em 2018, esse deputado venceu as eleições gerais, e a partir de janeiro de 2019 tornou-se chefe do Poder Executivo brasileiro. As ações de seu primeiro ano de governo pautaram-se nos elementos centrais de sua campanha, o antipetismo e o negacionismo. Tais caracteres são provados com base nas medidas adotadas desde o período da transição governamental, ainda em 2018, a partir da montagem do gabinete ministerial com presença maciça de militares, o maior número desde a Ditadura, por meio declarações públicas marcadas por ataques à democracia e ao lulopetismo, que saiu do governo ainda em 2016, e, por fim através dos elogios à Ditadura feitos pelo próprio presidente, ministros e correligionários. Em suma, o Brasil do negacionismo bolsonarista foi marcado pela confluência de interesses políticos, ligada em uma espécie de casamento entre antipetismo e defesa à Ditadura. O bolsonarismo representa uma nova forma de

conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda.

Portanto, o passado ditatorial brasileiro deve ser lembrado para jamais ser repetido. Os abusos da memória, por sua vez, precisam ser constantemente repudiados em nossa contemporaneidade, para que não afete a escrita da história e para que não produza versões alternativas de fatos históricos. Ressalta-se, por fim, a importância de se recuperar o passado como tarefa fundamental para entender a evolução de nossos tempos. Todavia, o presente não pode ser controlado pelos eventos anteriores de uma sociedade, pois assim, a atualidade estará comprometida e seu desenvolvimento será obsoleto.

Referências bibliográficas

Legislações

BRASIL. *Lei n.º 9.140*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em 05 de março de 2024.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro (PMDB)*. Brasília, 2015.

Relatórios

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

Entrevista

NEVES, Tancredo. Tancredo e a transição democrática. *Carta Maior*. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 jan. 1985. Entrevista transcrita e testemunhada por Mauro Santayana. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Tancredo-e-a-transicao-democratica/21509>>. Acesso em 05 de março de 2024.

Periódicos

Acervo on line Jornal *Folha de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *GI*.

Acervo on line Jornal *O Estado de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *O Globo*.

Acervo on line Jornal *UOL*.

Acervo on line Revista *Carta Maior*.

Acervo on line Revista *Veja*.

Bibliografia

BATISTA, Ariel Cherxes. *Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019)*. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales de la UNAM*, n. 57, p.37-51, set./dez. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15 esp., p. 9-44, nov. 2015.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018)*. 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

**TEMPLOS ABERTOS: A DISTOPIA PRÓXIMA DO LONGA-METRAGEM
DIVINO AMOR****OPEN TEMPLES: THE NEAR DYSTOPIA OF THE FEATURE FILM DIVINE
LOVE**Caius Costa Amaral¹

Resumo

Este artigo propõe uma análise da produção audiovisual *Divino Amor* (2019), dirigido por Gabriel Mascaro. A obra de ficção possui como foco narrativo um futuro distópico, de um Brasil, do ano de 2027, governado por um projeto de poder neofundamentalista. Nesse sentido, investigam-se as alegorias presentes na obra que dialogam com a realidade, a partir de três eixos centrais. O primeiro diz respeito a quem são os evangélicos no atual campo religioso nacional. O segundo discorre sobre a relação entre o enredo apresentado no filme com o crescimento de evangélicos e seus espaços de sociabilidade. Por fim, analisamos a aproximação entre o conceito de judeu não judeu de Michel Gherman com o universo criado por Mascaro.

Palavras-chave: Evangélicos; Distopias; *Divino Amor*

Abstract

This article proposes an analysis of the audiovisual production *Divine Love* (2019), directed by Gabriel Mascaro. The work of fiction focuses on a dystopian future in Brazil in 2027, governed by a neo-fundamentalist power project. In this sense, the allegories present in the work that dialog with reality are investigated from three central axes. The first concerns who the evangelicals are in the current national religious field. The second discusses the relationship between the plot presented in the film and the growth of evangelicals and their spaces of sociability. Finally, we analyze the approximation

¹ Mestrando em História pela Universidade de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em História Social - com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em Licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do grupo de pesquisa "O fenômeno religioso em Londrina (1930-1950)". E-mail: caiusamaral@usp.br.

between Michel Gherman's concept of the non-Jewish Jew and the universe created by Mascaro.

Keywords: Evangelicals; Dystopias; Divine Love

Introdução

A inserção política de igrejas pentecostais ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, com a denominação “O Brasil para Cristo” sendo a primeira a eleger representantes para cargos federais e estaduais, respectivamente em 1961 e 1966 (DIP, 2019). Nos termos da sociologia de Paul Freston (2008) o protagonismo na esfera política do evangelismo latino-americano ocorre devido a seus traços de ativismo e conversionalismo, não obstante a participação de evangélicos² no parlamento acompanhou o crescimento na quantidade de fiéis do país. Com base no Censo 2010 do IBGE, a pesquisa revelou que a proporção da população de evangélicos subiu cerca de 61,5% em dez anos, com 16 milhões de novos cristãos (VEJA, 2012).

No Congresso Nacional, a tendência seguiu esse aumento desde a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)³ em 1986, conhecida popularmente como “bancada evangélica”, sendo que desde então a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) passou a ter um quadro emergente de políticos pertencentes a categoria religiosa, representando 38% dos deputados (194) e 10% de senadores (08) em 2018 (PORTAL UNIT, 2018). Conforme Ricardo Mariano afirma, a participação de políticos ligados a igrejas pentecostais e neopentecostais considera duas causas primordiais: “conquista de poder e atendimento dos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas” (2014, p.91). Assim, seus projetos políticos versam, essencialmente, sobre os chamados valores morais, ou seja, defesas como oposição à legalização do aborto, união civil de homossexuais e censura nos meios de comunicação (MARIANO, 2014).

² As igrejas evangélicas no Brasil dividem-se primordialmente em duas vertentes: 1) protestantismo histórico refere-se aos movimentos que surgem com os desdobramentos da Reforma Protestante no século XVI – luteranos, batistas, presbiterianos, metodistas episcopais entre outros; 2) pentecostalismo e neopentecostalismo trata-se de movimentos mais recentes no Brasil, datados do século XX com a fundação da Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, sendo fiéis mais disciplinados em relação ao texto bíblico e que incorporam com maior aderência aspectos sobrenaturais à experiência religiosa (SPYER, 2020).

³ Ressalta-se que, embora a Frente tenha em sua nomenclatura o termo evangélico, o bloco teocrata não é formado exclusivamente pela categoria religiosa, em sua composição há também a presença de católicos (AVELAR, 2021). Essa heterogeneidade no interior do bloco também aparece no movimento evangélico marcado pelo seu mosaico de fiéis e denominações.

As bandeiras içadas por grupos evangélicos passaram a ter maior concretude após o sucesso eleitoral de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, uma vez que o candidato “quase evangélico”⁴ soube manusear a linguagem desse universo a seu favor. Como assinalou José Wellington Bezerra, um dos principais líderes das Assembleias de Deus: “o único candidato que fala o idioma evangélico”, aquele capaz de defender um Brasil mais próximo da Bíblia e que prioriza também a família (ÉPOCA, 2018). A afinidade com o discurso cristão por meio de frases de representação simbólica, tais como: “Deus acima de todos”, conduziu não somente ao apoio de lideranças políticas evangélicas, mas também de uma direita que até então se mantinha “envergonhada”⁵ no cenário nacional. Dessa forma, a vitória do posto de 38º presidente da República pelo ex-capitão da reserva foi acompanhada, no segundo turno, por um apoio enfático da chamada nova direita,⁶ mobilizada pelo combate de uma suposta “hegemonia cultural esquerdista” e organizando-se em torno de pautas como: um radicalismo de mercado, um conservadorismo programático e táticas de política de choque que visam romper o pacto democrático de 1988.

Nesse contexto de crescimento da extrema-direita e desfalecimento de futuros mais otimistas para o Brasil, o cinema nacional passa a produzir cada vez mais longas-metragens que abordam o tema da distopia no gênero de ficção. Buscando aproximação do tempo/espço em suas exibições, são exemplos de algumas dessas distopias⁷: *Branco Sai, Preto Fica* (2015), de Adirley Queirós, *Bacurau* (2019), de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, *Tremor Iê* (2019), de Livia de Paiva e Elena Meirelles, *Medida*

⁴ A preferência por tratar a identificação do ex-presidente como “quase evangélico” alinha-se às considerações feitas por Paul Freston: “um candidato híbrido ideal, talvez o primeiro presidente pan-cristão, reunindo vantagens eleitorais da identidade evangélica, mas evitando as desvantagens” (FRESTON, 2020, p.372).

⁵ Timothy Power (2000) define a “direita envergonhada” como movimento que sucede a redemocratização no Brasil, onde cada vez mais ser de direita era sinônimo de autoritarismo, fazendo com que políticos, simpatizantes e eleitores tivessem vergonha em se afirmarem como pertencentes a esse grupo político.

⁶ O termo “nova direita” não é consenso entre especialistas (CALDEIRA NETO, 2020). Porém, a expressão é empregada entendendo que essas novas formações políticas decorrem da tentativa de rompimento do pacto democrático de 1988 e a manutenção de seu principal arranjo, o chamado presidencialismo de coalizão, por meio de práticas mais ostensivas, sobretudo nas redes sociais. Nessa perspectiva, a nova direita concentra ideias “ultraliberais-conservadoras” (ROCHA, 2023, p.17) propondo inovações no campo econômico e recusas com relação à “modernidade cultural” (HABERMAS, 2015, p.15-18). Conforme Camila Rocha (2013, p.172) afirma, no segundo turno das eleições de 2018, praticamente toda a nova direita, com algumas poucas exceções, declarou voto em Bolsonaro. Essa eleição, segundo a autora, também sinalizou para um crescimento de candidatos e partidos de direita, como Marcel van Hattem, Kim Kataguiiri, Fábio Ostermann e Joice Hasselmann.

⁷ A palavra “distopia” foi utilizada pela primeira vez pelo filósofo John Stuart Mill. Em um de seus discursos no Parlamento britânico, Mill denunciou a inversão de valores provocado pela era industrial seu objetivo era sintetizar um conceito que se opusesse a ideia de utopia.

Provisória (2020), de Lázaro Ramos e, mais recentemente, *A Nuvem Rosa* (2021), de Iuli Gerbase.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é de analisar a produção *Divino Amor* (2019), de Gabriel Mascaro, também responsável por *Boi Neon* (2015) e *Ventos de Agosto* (2014), desenvolvendo um tratamento da obra como fonte histórica. A escolha metodológica se deu não pelo método proposto por Rosenstone (2012, p.25), de investigação a distância “evitando detalhes infinitos de uma imagem ou sequência específica”, mas organizando-a como “específico filmico”, a partir de um procedimento que prioriza o entendimento da produção audiovisual em um plano mais amplo de seu fluxo narrativo. Como aquele descrito por Marcos Napolitano, que parte de uma perspectiva de dar conta “dos códigos de linguagem estruturante do filme: o código verbal (diálogos), o código visual (corpos, *decór*, figurinos, cores, textura, ângulos e enquadramentos) e o código sonoro” (2022, p.17).

A narrativa de *Divino Amor* está inserida em uma distopia neofundamentalista de um Brasil do ano de 2027, onde a tecnologia regula as relações sociais e as pessoas tornaram-se “cúmplices ou servos voluntários de um controle baseado na fé e na tecnologia” (FOLHA, 2019). No longa acompanhamos a história da protagonista Joana, vivida por Dira Paes. A personagem é escritã de um cartório, sendo responsável pelo preenchimento de requerimentos e petições, com o intuito de desfazer laços conjugais. No entanto, observamos a interferência de Joana no processo de separação, à medida que convida esses casais a se reconciliarem no seio de sua Igreja, a “Divino Amor”. Imersos nesse espaço sagrado, a terapia de casal irá percorrer a prática sexual entre seus membros, que deve ser interrompida no momento da ejaculação masculina para que o homem possa fecundar exclusivamente com sua mulher, considerando que “a entrega do corpo era a promessa de glória eterna” (DIVINO AMOR, 2019). Mas a entrega a outros corpos pela protagonista e seu marido, Danilo (Julio Machado), não resulta no nascimento de seu filho, pois seu esposo é infértil. O arco do filme é desenvolvido, então, a partir do abalo da fé de Joana com a impossibilidade de uma gravidez, quando sua frustração passa a gerar consequências e conflitos.

Mascaro pertence ao chamado Novo Cinema Pernambucano,⁸ movimento iniciado na década de 1980 por cineastas – Paulo Caldas, Marcelo Gomes, Cláudio Assis e Lírrio

⁸ A nova fase do cinema pernambucano não está associada ao período de “retomada” do cinema brasileiro que tem como marco temporal *Carlota Joaquina: princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati. O início

Ferreira - da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que se caracteriza por uma “política do autor” assumindo uma proposta individualizada frente a uma estética mais tradicional do cinema. Essa abordagem autoral, estaria mais próxima da escrita da historiografia contemporânea, como propõe Michelle Lagny, tendo em vista que “apresenta uma narrativa propondo uma crítica dela, respondendo uma nova exigência dos historiadores: mostrar simultaneamente as certezas e os limites de suas pesquisas e de sua reflexão” (LAGNY, 2009, p.110). Em vista disso, essa combinação de uma marca autoral e inovação no novo filme histórico resulta em um estilo de cinema mais realista, no qual o sujeito passa a encarar sua impotência diante da História. Tal perda de referencial como indivíduo ativo ocorre para Joana quando o engenho tecnológico que identifica sua gravidez expõe: “feto sem registro – paternidade indefinida”.

Portanto, o texto deste artigo, aborda três questões centrais: quem são os evangélicos? As semelhanças entre a distopia neopentecostal e o contexto histórico do Brasil contemporâneo e a definição do conceito de *evangélico não evangélico* diante do fenômeno do bolsonarismo.

Quem são os Evangélicos

O longa-metragem *Divino Amor* não acompanha a tradicional e clichê representação de evangélicos, apresentados na cinematografia brasileira de forma corriqueira, como sujeitos de saís próximas aos pés, jeito acanhado e Bíblia sempre na mão, como afirma o diretor Adirley Queirós “historicamente, a gente tem uma visão estereotipada dos evangélicos. É um erro tremendo que a classe cinematográfica cometeu, fazendo parecer que esse universo é um monólito” (ESTADO DE MINAS, 2023). A nova roupagem evangélica proposta por Mascaro:

Intensifica esse efeito de curto-circuito na representação – e no processo des/identificação – na medida em que o preconceito contra evangélicos é ainda hoje uma carta branca através da qual boa parte dos potenciais espectadores de um filme autoral brasileiro pode despejar seu ódio de classe e seu racismo livremente. Consciente deste jogo, o filme parece especialmente direcionado a um possível autodeslocamento gradativo que esse espectador imaginado possa ter, através da confusão das distâncias pré-fabricas entre tais experiências onde estes personagens parecem estranhos iguais. (GOMES, 2019)

desse ciclo para o cinema pernambucano ocorre com o lançamento de *Baile perfumado* (1997), de Lírio Ferreira e Paulo Caldas.

Em outros termos, a produção apresenta um perfil evangélico às avessas, deixando de assumir percepções tradicionais acerca do grupo religioso, como aquelas descritas pelo sociólogo David Smilde (2012), ao argumentar que na visão neomarxista os rituais evangélicos na melhor das hipóteses seriam “expressão de inutilidade; na pior, de imperialismo cultural”.

Por outro lado, *Divino Amor* busca a superação desses estereótipos, ao passo que, simultaneamente Mascaro “elabora um atento panorama da fé evangélica” (CULT, 2019), mas também exhibe fiéis em *swings* religiosos, engenhos tecnológicos e festas com estética *vaporwave*,⁹ isto é, o diretor traz para seu projeto de burocracia neopentecostal um “barroquismo visual” caracterizado pelo: “anti-naturalismo, pela encenação empastada, pelos excessos performáticos e pela forma de tornar estranhos espaços (cidades, paisagens, ambientes) muitos familiares”. (PHRYSTON, 2014, p.138). Nesta distopia, a articulação entre elementos como fé, corpo e desejo cria no filme, segundo Almeida (2019), uma sacralização da narrativa em forma dessacralizada incorporando trocas sexuais liberais e um *ethos* religioso evangélico de caráter conservador. Mascaro, ao deixar de representar o evangélico em seu *lugar-comum*, possibilita diálogos para entendermos as possibilidades do *ser* evangélico no Brasil.

O movimento pentecostal chega ao país no início do século XIX, embora haja literatura que demonstre a presença de protestantes entre os séculos XVIII e XIX por meio de grupos de “imigração” (luteranos alemães) que eram mais representativos e “missão” (metodistas, presbiterianos, batistas, etc.) que tinham como objetivo implementar igrejas e escolas para conversão de fiéis (ALVES, 2021). A permanência definitiva dos primeiros missionários pentecostais ocorre em 1910 com a chegada de Daniel Berg e Gunnar Vingren responsáveis por fundar a Assembleia de Deus em 1911, maior igreja pentecostal clássica em território nacional. Com relação às suas principais características, podemos citar: anticatolicismo, o dom das línguas, comportamentos sectaristas, de ascetismo e a crença na volta iminente de Cristo (MARIANO, 2014). A mensagem que Jesus, salva, cura, batiza e sobretudo irá retornar é descrita como a essência do pentecostal (OLIVEIRA, 2017), ideário apresentado em *Divino Amor* no festival do ‘Amor

⁹ A estética visual e musical *vaporwave* está presente na paleta de cores de *Divino Amor*, por meio do amplo uso de cores rosa e lilás, além de luzes néon e LED. O movimento cultural por sua vez foi capturado por partidos de extrema-direita internacional, surgindo derivações como o *Trumpwave* e *fashwave* (fascismo + vaporwave). Segundo Nancy Love (2017), o *fashwave* faria parte do “*trendy fascism*”, o fascismo definido pelo uso da cultura hipermoderna e mídias sociais com o fim de criar uma comunidade global.

Supremo’,¹⁰ festival que se torna a festa mais importante do Brasil ao comemorar “a espera pela vinda do Messias” (DIVINO AMOR, 2019).

O recorte histórico-institucional proposto por Paul Freston (1993) para a compreensão do pentecostalismo brasileiro divide-se em três ondas de implementação de igrejas¹¹. Com o surgimento da Assembleia de Deus, temos o início da primeira onda na cidade de Belém, a expansão da denominação acompanha o retorno de imigrantes aos seus estados de origem, em especial para áreas e bairros periféricos, em razão da crise da cultura extrativista do ciclo da borracha. Nesse cenário, um terço de seus fiéis viviam em situação de pobreza aguda, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e eram predominantemente negros e pardos (60%). As pesquisas contemporâneas tipificam os evangélicos de forma semelhante às aquelas descritas no século XX, o Datafolha (2020) traz no mapeamento de 176 municípios a descrição do grupo religioso como formado por: mulheres (58%), pardas (43%) e com fonte de renda de até dois salários mínimos (48%). Os dados sobre gênero e cor são mais perceptíveis em *Divino Amor*, como ilustrado no fotograma abaixo:

Figura 1 – Membros da igreja Divino Amor



Fonte: Divino Amor (2019)

¹⁰ É principalmente nas cenas que se passam no festival e nos espaços internos da igreja *Divino Amor* que é possível observar o uso da estética *vaporwave*, em contraposição aos demais ambientes do filme em que há o predomínio de uma paleta de cores acinzentada.

¹¹ A divisão de Freston (1993) torna o pentecostalismo mais ordenado e inteligível. Sua análise direciona-se a apresentar os evangélicos como grupo não homogêneo: a primeira onda ocorre com a chegada da Congregação Cristã e Assembleia de Deus; a segunda onde é predominantemente paulista, surgindo novas denominações como a Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962); por último, a terceira onda acompanha o surgimento do movimento neopentecostal e a fundação de suas principais igrejas, Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

A direção de Gabriel Mascaro introduz um olhar necessário sobre a categoria religiosa de maior representação na contemporaneidade. A crítica do diretor no longa-metragem é feita em torno de projetos eclesiais corporativistas, conduzidos a sua máxima expressão em um Brasil tecnológico do ano de 2027¹². Por outro lado, sua distopia também favorece a desconstrução de estereótipos e preconceitos contra os evangélicos.

Próximos à Distopia

A pesquisa da *Pew Research Center*, publicada em 2014 apontou o Brasil como o país com o maior número proporcional de evangélicos na América Latina, para José Eustáquio Alves há um crescimento evangélico em média de 0,8% desde 2010, enquanto a quantidade de católicos diminuiu 1,2% a partir do mesmo período. No ritmo dessa progressão geométrica, a população evangélica deve ultrapassar o total de católicos em 2032 e ser predominante por volta de 2050 (VEJA, 2020).

A conjuntura em parte é explicada pela maior evasão de católicos para o campo pentecostal e neopentecostal: “cerca de 20 milhões de católicos deixaram a religião e 143 milhões ingressaram no segmento evangélico” (ANDRADE, 2014, p.116). Para Steil e Toniol, os fatores que explicam essa migração religiosa são de nível interno, pois a queda ocorre pela instituição religiosa não conseguir acompanhar os processos de mudança do indivíduo moderno. As igrejas evangélicas, por sua vez assimilaram com maior habilidade as inovações tecnológicas do mundo contemporâneo, as mídias eletrônicas e diferentes canais passaram a ser utilizados para a transmissão de sua fé¹³. Logo, surgiu o televangelismo, fenômeno com origem nos Estados Unidos entre os anos 1950 e 1960, mas que se diferencia no Brasil ao não propor uma dissociação entre denominação e fiel, mas ter como objetivo central o crescimento denominacional (ASSMANN, 1986, p.16).

A inovação em utilizar diferentes estratégias para divulgação do Evangelho levou à criação, em 2010, de um *drive-thru* de Orações (*Prayer Drive-Thru*) pelo bispo Renato

¹² O comportamento “crente não se mete em política” alterou-se a partir da redemocratização do país. O limiar para esse evento foi quando a igreja Assembleia de Deus abandonou sua tradicional posição apolítica ao apresentar uma lista oficial de candidatos (MARIANO; PIERUCCI, 1996). Surgiu aí a troca de votos e o apoio entre “irmãos”.

¹³ Além do televangelismo, os evangélicos se expressam principalmente na música gospel para a transmissão de sua fé. O ritmo musical seria toda música que fale de Deus, de seus atributos e propósitos (MARIANO, 2014, p.213). No longa-metragem *Divino Amor*, o gospel é um elemento que faz parte da indústria musical, tocando não somente em locais sagrados, mas em grandes festivais como a festa do ‘Amor Supremo’.

Cardoso da Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no Texas. O amplo sucesso da ideia conduziu após alguns meses a implementação de exemplos semelhantes em diversas igrejas brasileiras. Nesse novo contexto, a busca por esse modelo de comunicação da fé, de acordo com Andréa Basílio, ocorria por motivos “variados, porém, segundo os pastores, a maioria dos problemas relatados pelas pessoas que passavam no Drive-thru era composta por dificuldades financeiras e por questões amorosas” (CHAGAS, 2013, p.130).

Ainda que Mascaro retrate uma distopia neopentecostal, o futuro narrativo criado pelo diretor se avizinha, à medida que o *drive-thru* da fé aparece como um dos elementos centrais da trama. É nesse cenário de atendimento *express* que Joana busca conselhos com seu pastor (Emílio de Mello), na tentativa de aliviar suas angústias, mas que encontram seu apogeu ao saber que não está grávida de seu marido e na desaprovação de seu conselheiro espiritual ao optar por ter um filho bastardo. O fotograma abaixo apresenta o espaço de inovação da fé.

Figura 2 – Joana em visita ao *drive-thru* conversa com seu pastor



Fonte: Divino Amor (2019)

As mídias eletrônicas, progressivamente, se constituem como ferramentas e meios para levar a mensagem de denominações evangélicas, a fim de atrair maiores quantidades de fiéis. Os espaços sagrados, antes confinados em templos, se multiplicam aproximando-se “aonde o povo está” (MASCARO, 2019 apud BARROS, 2019). Dessa maneira as distopias de *Divino Amor* que delineiam um universo com tendências extremas parecem cada vez mais próximo *fast foods* da fé e devotos de sofá já são reais e multiplicam-se no Brasil de 2023.

Na produção cinematográfica nacional, o tema da narrativa distópica está associado ao gênero de ficção, responsável por influenciar e popularizar a estética de documentários no final dos anos 1990, período que coincidiu com o fim da Embrafilme e crise no governo Fernando Collor, provocando assim uma prática documental que servisse a aproximar realidade e ficção, como em “*Notícias de uma guerra particular*” (1999) de João Moreira Salles e Kátia Lund; e “*Santo Forte*” (1999) e “*Babilônia 2000*” (1999) ambos de Eduardo Coutinho.

De acordo com Lúcia Nagib (2005), a temática distópica surge atrelado tanto à ideia de negação da utopia como em *Cronicamente Inviável* (1999) e *O Invasor* (2001), como em um resgate a esse projeto já proposto em algumas obras do Cinema Novo, como em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) de Glauber Rocha, mas que ressurgem com maior ênfase somente no processo de Retomado do Cinema Brasileiro em longas como *Central do Brasil* (1998). Gabriel Mascaro, ao abordar sobre o assunto da distopia, estava inserido em um quadro de (re)-articulação da nova direita e do conservadorismo consolidado com a vitória de Jair Bolsonaro. Seu longa-metragem atravessaria, nesse sentido, o inconsciente coletivo de um país, cujo Estado é laico, mas as práticas naquele momento “mostravam o contrário” (SPYER, 2019, p.102). Neste encontro entre fé e política, Bolsonaro trouxe a percepção de que “um homem de Deus” assumiu a presidência, e que uma Frente Parlamentar Evangélica estaria na Câmara Federal para lhe dar sustentação. Portanto, a distopia em *Divino Amor* converge para um:

Retrato amargo do futuro, com base em elementos do presente [...] Talvez a melancolia tenha mudado de natureza e de matéria-prima. [...] Com a depressão política que atravessamos nos últimos anos, o presente parece ter perdido um pouco da vocação para acolher movimentos históricos. Ressurgem, com mais força, os futurismos, os desencantos, as batalhas imponderáveis e a sensibilidade distópica de maneira geral. (PICHONELLI, 2019).

Apesar de em entrevistas o realizador e a equipe do filme afirmarem que *Divino Amor* tenha sido concebido em 2015 e filmado em 2017, período anterior à vitória de Bolsonaro para presidência, seu enredo tinha caráter premonitório do Brasil de amanhã, ao aproximar ficção e realidade. Já em sua época de lançamento (2019), após um ano do fenômeno bolsonarista, seu material de divulgação já trazia notícias reais em paralelo às cenas ficcionais. Entre as manchetes estavam: “Menina apedrejada: fanatismo e intolerância religiosa no RJ” (18 jun. 2015) e vídeos com frases da Ministra da Mulher,

família e Direitos Humanos Damares Alves: “Queremos um Brasil sem aborto”; “Ideologia de gênero é morte” e “Gravidez é problema que dura só 9 meses”.

Evangélicos não Evangélicos

A aproximação de Bolsonaro com o universo evangélico não se limitou à sua vitória. Um dos fios condutores de sua candidatura foi a sacralização máxima de suas políticas, feita por meio de releituras a seu favor das regras e normas da religião evangélica.

Casos como seu batismo em águas do Rio Jordão, seguindo a tradição cristão, mesmo sendo católico, e o episódio da facada,¹⁴ narrada sob forma de um testemunho, são somente alguns exemplos. A apropriação feita pelo ex-presidente é lida por Michel Gherman (2022) como um fenômeno de colonização, embora o autor desdobre sua investigação na desapropriação de símbolos judeus, é possível trazer o debate para o campo religioso evangélico.

O autor aborda o conceito de *judeu não judeu e não judeu judeu*, com base nos escritos do ativista marxista Isaac Deutscher (1907-1967) e tendo como referência a visita de Bolsonaro ao Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em 2017. De acordo com Gherman, a visita ocasionou uma espécie de divisão entre aqueles que assistiam à palestra do ex-presidente do lado de dentro, os *não judeus judeus* e aqueles que protestavam do lado de fora, *judeus não judeus*. A justificativa para essas separações encontra-se na condição de releitura feita por Bolsonaro em seu discurso sobre a definição do que é se sentir judeu (judeidade), conceito que após sua fala adquire uma dimensão política. Em outras palavras, o ex-presidente define o ser judeu como sendo de direita e o não judeu como sendo de esquerda. A discussão trazida por Gherman, é central para compreendermos os minutos finais de *Divino Amor*.

No decorrer do longa-metragem observamos Joana e sua tentativa por engravidar, a notícia da maternidade, contudo é acompanhada pela ausência de informação com relação a quem seria o pai, nessa condição seu filho seria um “fruto amargo” (bastardo) destinado à marginalização e o abandono em lares de acolhimento. A escolha por manter a criança é amparada por acreditar que Deus a havia tocado, a chegada do possível Messias, porém esbarra no abandono de seu marido e na desaprovação de seu pastor que

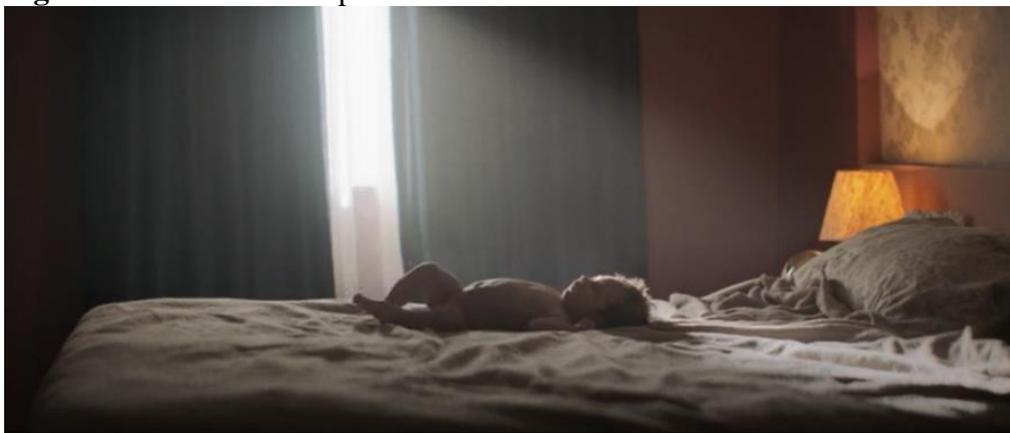
¹⁴ Flávio Bolsonaro dias após o atentado, em entrevista à Globonews disse: “Deus agiu naquele momento. Tinha uma pessoa perto e percebeu que alguém ia tentar dar uma facada na altura do coração, quase. Mas não entrou como ele gostaria. Deus desviou a faca” (PORTAL DE ALAGOAS, 2018).

sugere mentir ou abortar, mesmo que as práticas não estejam de acordo com ordem institucionalizada, demonstrando que as convenções sociais somente são burladas quando convém.

A questão do aborto dentro do universo evangélico é debatida desde 1940 (MIGUEL, BIROLI, MARIANO, 2016), a oposição à prática justifica-se com a concepção de proteção à integridade familiar e à vida das mulheres, especialmente aquelas residentes de locais mais carentes. Observa-se que a figura feminina é tratada sob a ótica dos argumentos religiosos mais como um ente familiar do que como indivíduo político autônomo. A partir dos anos 2000, há uma ampliação de manifestações contrárias à política de legalização (LACERDA, 2019), na mesma medida que surgem reações favoráveis à descriminalização. Diante das ameaças de mudanças, setores evangélicos intensificaram a radicalização de seus discursos, cenário que levou em 2006 o deputado Eduardo Cunha a defender projetos que enquadrassem o aborto como crime hediondo e para que, em 2007 surgisse a proposta do “Estatuto do Nascituro” que proibia o aborto em casos de estupro e conferia ao filho gerado nessas circunstâncias uma pensão, razão pela qual foi apelidado posteriormente, por movimentos feministas, de “Bolsa Estupro” (LEMES, 2013).

No fotograma abaixo é possível visualizar a decisão de Joana de ter o filho.

Figura 3 – Joana coberta por um véu branco e seu filho



Fonte: Divino Amor (2019)

Ao desafiar as regras impostas, Joana é expulsa do seu grupo religioso. Mesmo não renunciando à sua fé, passa a ser considerada uma *evangélica não evangélica*. Por outro lado, temos uma sociedade de *não evangélicos evangélicos*, responsáveis por dar significado ao *ser* evangélico.

Considerações Finais

O longa-metragem de Gabriel Mascaro faz parte do chamado Novo Cinema Pernambuco. Diferentemente do Cinema de Retomada que apresenta narrativas convencionais e foco na construção de personagens, em função do gênero, esse novo ciclo do cinema no Estado destacou-se, principalmente, por caminhos mais autorais e individualizados, não assumindo uma proposta fílmica convencional. Nessa perspectiva, o cinema de autor “e a reflexão sobre o problema do gênero fílmico acabou por gerar impacto também no campo do filme histórico e na escritura fílmica da história” (NAPOLITANO, 2022, p.22). Esse novo filme histórico distancia-se de soluções e atores coletivos como motores de mudança da História. Sob outro enfoque, a inovação aproximou-se da subjetividade do indivíduo, há aqui conforme descreve Brunet (2012) a coletivização do sujeito que não consegue agir diante da realidade insuportável e da imposição das estruturas.

Em *Divino Amor* (2019), acompanhamos a solidão de Joana e o fim de seu projeto utópico, o qual de forma alegórica, aproximou-se com a vitória de Jair Bolsonaro. Esse encurtamento entre ideologia política e obra ficcional pode ser lido criticamente, segundo Walter Benjamin (2006, p.504) como um processo de “imagem dialética” que abre nosso pensamento histórico e político (CAPENEMA, 2022). Dessa forma, a personagem que ao longo da narrativa dedicou-se a sua congregação acaba por encontrar realização pessoal não mais no espaço sagrado, pois a purificação pela água já lhe é negada, mas por meio da maternidade. A opção por manter um “fruto amargo” concretiza a perda de seu acesso às redes de sociabilidade da fé evangélica, à medida que a personagem é expulsa de sua comunidade, tendo como única missão sobreviver em um mundo sem referência de passado ou utopias de futuro (HARTOG, 2013). Contudo, Joana também alcança certa liberdade revolucionária ao se tornar mãe solo e opor-se ao projeto religioso de sua sociedade, como seu filho narra ao final em voz *off* “quem nasce sem nome, cresce sem medo”.

Referências bibliográficas

Bibliografia

ALMEIDA, Carol. Divino amor, de Gabriel Mascaro. *Fora de Quadro*, 2019. Disponível em: <https://foradequadro.com/2019/07/07/divino-amor-de-gabriel-mascaro/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALVES, Eduardo Leandro. *A sociedade brasileira e o pentecostalismo clássico: razões socioculturais para a afinidade entre a teologia pentecostal e a religiosidade brasileira*. Rio de Janeiro: CPAD, 2021.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. O censo de 2010 e as religiões no Brasil: reflexões teológicas em uma perspectiva católica. In: BINGEMER, Maria Clara; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro (Orgs). *O censo e as religiões no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p.111-122, 2014.

ASSMANN, Hugo. *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.

AVELAR, Idelber. *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BARROS, Ernesto. O Estadocorpo de Divino Amor, na visão de Gabriel Mascaro. *JC*, 3 0/06/209. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/cinema/noticia/2019/06/30/o-estado-corpo-de-divino-amor-na-visao-de-gabriel-mascaro-382070.php>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRUNET, Catherine. “Ettore Scola et l’histoire”. In: *Le monde d’Ettore Scola. La famille, la politique et l’histoire*. Paris: L’Harmattan, p.251-306, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. O Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: Debater entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CAPANEMA, Letícia Xavier de Lemos. Fantasmagorias da escravidão no cinema brasileiro: anacronismos e sobrevivências de um passado traumático. *Logos*, v.28, n.3, p.17-34, 2022.

CHAGAS, Andréa Basílio da Silva. *Entre sinos e drive-thrus no reino de Deus: tramas tecnoestéticas e atmosferas sensoriais*. 2013. Dissertação de Mestrado, UFMT, Instituto de Linguagens de Cuiabá, 2013.

DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ESTADO DE MINAS, “Novelas, séries e filmes ‘exorcizam’ estereótipos sobre evangélicos”, 27/02/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/02/27/interna_cultura,1462166/novelas-series-e-filmes-exorcizam-estereotipos-sobre-evangelicos.shtml. Acesso em: 06 dez. 2023.

ÉPOCA. “Como Bolsonaro se tornou candidato dos evangélicos”, 06/10/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Gabriel Mascaro reafirma talento para provocação com ataque frontal a valores carolas”, 25/06/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/06/gabriel-mascaro-reafirma-talento-para-provocacao-com-ataque-frontal-a-valores-carolas.shtml#:~:text=reafirma%20seu%20talento%20para%20a,%E2%80%9CO%20Conto%20da%20Aia%E2%80%9D>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra aponta Datafolha”, 13/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FRESTON, Paul. *Evangelical Christianity and democracy in Latin America*. Oxford: Oxford UP, 2008.

FRESTON, Paul. *Protestante e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas, Tese de Doutorado em sociologia, IFCH-Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina. In: GUADALUPE, José; CARRANZA, Brenda (Orgs). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

GHERMAN, Michel. *O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.

GOMES, Juliana. A chance para sonhar, a chance para nascer. *Revista Cinética*, 2019. Disponível em: <http://revistacinetica.com.br/nova/a-chance-para-sonhar-a-chance-para-nascer/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HABERMAS, Jürgen. *A Nova Obscuridade*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAGNY, Michelle. O cinema como fonte de História. In: FEIGELSON, Kristian; NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Biscouto (Orgs). *Cinematógrafo: um olha sobre a história*. São Paulo: UNESP, 2009.

LEMES, Conceição. “Projeto ‘Bolsa Estupro’ ameaça direitos das mulheres no Brasil, 24/04/2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/bolsa-estupro-direitos-das-mulheres-ameacados-no-brasil.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

LOVE, Nancy. Back to the Future: Trendy Fascism, the Trump Effect, and the Alt-Right. *New Political Science*, n.39, v.2, p.263-268, 2017.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani, 2016. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda Editorial, p.54-127, 2017.

NAGIB, Lucia. *A utopia no Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Variáveis do filme histórico e o debate sobre a escritura fílmica. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.70, n.1, p.12-44, 2022.

OLIVEIRA, David Mesquiati. Lutero, o Espírito e os Pentecostais. In: ZWETSCH, Roberto (Org). *Lutero e a teologia pentecostal*. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

PORTAL DA ALAGOAS, “Deus agiu e desviou a faca, diz filho de Jair Bolsonaro após ataque”, 09/09/2018. Disponível em: <https://adalagoas.com.br/noticias/12977/deus-agiu-e-desviou-a-faca-diz-filho-de-jair-bolsonaro-apos-ataque>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PICHONELLI, Matheus. Filme aponta futuro sombrio com evangélicos dominando o Brasil. *TAB*, 27/06/2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/27/nordeste-devolve-prestigio-ao-cinema-nacional-mas-aponta-futuro-sombrio.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio; MARIANO, Ricardo. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, v. 3, n. 34, p.92-106, 1992.

PORTAL UNIT. “Como a bancada evangélica é influente na política brasileira”, 26/10/2021. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/como-a-bancada-evangelica-e-influente-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

POWER, Timothy. “*The Thrid Way in the World: Theoretical Considerations and a Case Study of Cardoso’s PSDB in Brazil*”. World Congresso of the International Political Science Association, Quebec, 2000.

PRYSTHON, Angela. *Utopias da frivolidade*. Recife: Cesarea, 2014.

REVISTA CULT. “Divino amor: um corpo para a fé evangélica”, 17/06/2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/divino-amor-gabriel-mascaro/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2023.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

SMILDE, David. *Razão para crer: agência cultural no movimento evangélico latino-americano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no Censo de 2010. In: BINGEMER, Maria Clara; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro (Orgs.). *O censo e as religiões no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 11-30, 2014.

VEJA. “O IBGE e a religião – Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6% ; evangélicos já são 22,2%”, 29/06/2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VEJA. “Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032”, 04/02/2020. Disponível em: [Evangelicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032 | VEJA \(abril.com.br\)](https://veja.abril.com.br/coluna/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032). Acesso em: 14 jun. 2023.

ARTIGOS LIVRES

**O MEDO DO PRAZER NA LEITURA DA HISTÓRIA: UM POUCO SOBRE O
HISTORIADOR E A SUSPEITA DA BOA ESCRITA****THE FEAR OF PLEASURE IN THE READING OF HISTORY: SOMETHING
ABOUT THE HISTORIAN'S SUSPICION OF WELL WRITTEN
HISTORIOGRAPHY**Lina Alegria dos Santos Reis¹

Resumo

Neste artigo, tenho o intuito de analisar as suspeitas da disciplina historiográfica em relação a textos prazerosos. A dizer, aqueles nos quais, geralmente, mobilizam-se recursos estéticos associados à literatura, como as figuras de linguagem. Para isso, procuro, em arcos de longa duração: apresentar uma definição de prazer; recuperar o seu afastamento dos aspectos cognitivos da mente e do corpo humano; e as implicações desse movimento para a produção textual dos historiadores. O cerne do meu argumento está na constatação de que há uma correlação entre *vontade de verdade* e a disposição material ou gráfica do texto na página, produzindo, por consequência, expectativas estéticas específicas para o discurso médio da disciplina historiográfica. Por isso, também exponho no artigo um breve balanço sobre as discussões e preocupações do campo com a materialidade da comunicação. A partir desses debates e provocações, procuro conduzir uma reflexão sobre os limites da segurança e do conforto, permitidos pela disposição tradicional do texto, em contraposição ao alerta e à suspeita despertados pela fruição.

Palavras-chave: historiografia; escrita da história; prazer; paixões; materialidade da comunicação.

¹ Mestrada da UNICAMP, na linha Dinâmicas e Linguagens Políticas: Representações, Espacialidade e Historiografia, na qual desenvolve a pesquisa "Sentimento do Mundo: a práxis revolucionária e a produção passional na poesia de resistência francesa (1940-1945)", sob orientação da Prof. Maria Stella Bresciani. Ademais, integra os grupos de estudos "História e linguagens políticas: razão, sentimentos e sensibilidades" (CNPq/UNICAMP) e "Limites do tempo" (PUC-Rio/UFJF). Atua como editora na Revista História Social (RHS) do PPGH da UNICAMP. E-mail: linaemailnovo@gmail.com.

Abstract

In this article, I intend to analyze the suspicions of the historiographic discipline in relation to pleasurable texts. That is, texts in which aesthetic resources associated with literature, such as figures of speech, are employed. To this end, I seek to, in long-term arcs: present a definition of pleasure; recover its detachment from the cognitive aspects of the human body and mind; and the implications of this transformation to the writing of historians. The core of my argument lies in the observation that there is a correlation between the *will to truth* and the material or graphic arrangement of the text on the page, producing specific aesthetic expectations for the average discourse of the historiographical discipline. Based on these discussions, I seek to reflect on the limits of the sensation of security and comfort allowed by the traditional arrangement of the text, as opposed to the alert and suspicion aroused by fruition.

Keywords: history; historiographical texts; pleasure; passions; materiality of communication.

Introdução

A leitura de textos historiográficos, ao contrário do que se imagina, pode abrir muito espaço para desconforto, e um que não deriva apenas de discordâncias teórico metodológicas. Formulações como “Esse era o lugar da clandestinidade, cujos habitantes, inflamáveis em qualquer época, explodiam nos últimos vinte e cinco anos do *Anciën Regime*” (DARNTON, 1987, p. 28) ou “O exercício da subliterate sufocava o respeito e o amor. A luta feroz para continuar vivo trazia à tona sentimentos mais mesquinhos [...]” (DARNTON, 1987, p. 36), com suas metáforas, adjetivos e descrições vívidas, altamente sedutoras, costumam ser o suficiente para deixar qualquer historiador ou cientista com a pulga atrás da orelha, como se entrassem em um estado de alerta e suspeita. Então, o leitor especialista, autoconfiante de sua criticidade, se prepara para, a qualquer momento, desmascarar aquele jornalista ou romancista que ousa se passar por estudioso do assunto. Mas, por que tanta desconfiança? Especialmente em casos como este, no qual quem escreve é considerado um dos maiores especialistas em sua área, ou, ao menos, um dos mais lidos e aceitos.

Me parece que há duas possíveis explicações, altamente questionáveis, para essa suspeita: 1 - o prazer da leitura parece atrapalhar o julgamento, impede a apreensão clara e crítica dos dados da pesquisa, seduz; 2- a construção estética não faz parte dos argumentos, é concebida apenas como um acessório, um arabesco, que distrai, e é absolutamente descartável. O germe e o desenvolvimento dessas duas formas de pensar podem ser rastreados e organizados historicamente, em arcos de longa duração. E o meu, nada modesto, objetivo para este texto é, precisamente, tentar rastrear as origens da atenção e da suspeita do leitor especializado frente à experiência de prazer, ao ler um trabalho de pesquisa historiográfica. Friso o verbo tentar, tendo consciência das minhas limitações e da inexistência de uma única explicação verdadeira para qualquer fenômeno histórico. Ainda assim, o meu esforço foi o de retomar a relação do historiador com a escrita, definir prazer, reconstituir o processo histórico através do qual ele foi suprimido e negado e correlacionar isso com a constituição da materialidade do texto historiográfico.

1. O que nós fazemos?

Em uma sociedade orientada para a produção, como é o caso da nossa, reflexões sobre a natureza do trabalho, no geral, mas, também, sobre as diferentes facetas e etapas de um ofício, parecem inevitáveis. E nós, historiadores, nunca nos privamos delas. Exemplo clássico é o livro de Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (2007), no qual o autor procurou inserir a historiografia em uma longuíssima tradição de ciências e saberes indiciários. Sob esse enorme guarda-chuva, que abrigaria a caça, a adivinhação, a medicina, o estudo de pinturas, a psicanálise, a investigação policial e a história, o autor localizou formas de conhecimento cujo método consiste em reconstituir narrativamente — ou, ainda, tornar visíveis — eventos singulares ocultos ou que não foram experimentados diretamente pelo escritor. Algo tornado possível pela coleta e organização dos indícios, sinais ou sintomas do dado acontecimento (GINZBURG, 2007, p. 143-169).

No entanto, apesar de ter indicado a íntima relação entre o saber indiciário e a narração, assim como as dificuldades de codificar um saber proveniente de experiências concretas e particulares, a ênfase do seu trabalho, me parece, estava menos no exercício da escrita e mais no método de pesquisa. Evidentemente, tal constatação não abarca toda a trajetória e produção de Ginzburg, como fica explícito em sua polêmica com Hayden

White acerca da escrita da história². À época, por exemplo, o autor reforçou as possibilidades de conciliação entre a exposição de fatos, supostamente objetivos, e sua articulação narrativa através do emprego de recursos retóricos. Ainda assim, tanto nessa circunstância, quanto nos estudos que realizou sobre a escrita historiográfica, tematizando desde a citação até a paráfrase, a composição textual aparece como uma consequência inescapável daquilo que fundamenta a suposta verdadeira essência do ofício do historiador: a pesquisa. Nesse sentido, o seu esforço parece ser o de reduzir a distância entre a linguagem e o fato, ou entre a linguagem e os métodos de pesquisa. Como se os processos envolvidos na constituição de um texto (a escritura), na sua composição material ou na sua disposição tipográfica não fizessem parte da estrutura do argumento proposto³. Mais ainda, como se eles não influenciassem diretamente a experiência de leitura, fazendo parte do processo de convencimento e persuasão do leitor⁴.

Em última instância, desconsiderar a cadeia produtiva e a materialidade de um texto equivale a tornar invisível, secundário ou irrelevante a recepção do público, especialmente a do grande público, para o nosso exercício profissional. Afinal, se aquilo que o historiador vê são as evidências, o texto por ele composto é o que está à vista do leitor. Há muitas consequências negativas para a escolha de apresentar a pesquisa como o único elemento definidor da nossa profissão: desde ignorar uma potencial função social da história e de seus dilemas, até tornar o próprio trabalho historiográfico uma nota de rodapé da vida pública⁵.

Ainda assim, ao retomar as discussões feitas nas últimas décadas, pude notar um interesse crescente, seja na historiografia, seja na crítica literária, pela materialidade da comunicação e pelos seus efeitos na produção de sentido. Esses estudos, os quais irei exemplificar a seguir, ressaltam a importância dos processos e instrumentos de produção,

² Para maior profundidade no debate: (CUNHA, 2014. p. 16-33) e (GINZBURG, 2007).

³ Jeanne Marie Gagnebin, em “As formas literárias da filosofia” (2006, p. 201-210), ao falar sobre a expressão literária da filosofia, argumentou que, dado que o pensamento, quando formulado, é mediado pela linguagem, seria impossível desconsiderar o elo entre a composição, disposição e enunciação de um texto e o argumento por ele oferecido. Assim, a linguagem e os recursos retóricos não seriam apenas “concessões ao público, ornamentos estilísticos prescindíveis, ou, ainda, como algo meramente metafórico ou meramente retórico” (*Ibidem*, p. 202).

⁴ Usualmente, se distingue *persuasão* e *convencimento*, a primeira corresponderia aos elementos do discurso que movem o *ethos* e o *pathos*, enquanto a segunda, corresponderia aos elementos que agem na razão, os argumentos. No entanto, é interessante notar a posição de Reboul, segundo a qual, dado que, na arte retórica, razão e paixão são indissociáveis, recursos de convencimento e de oratória só podem ser separados didaticamente, e todos eles fazem parte da persuasão. (REBOUL, 2000, p. XVII-XVIII).

⁵ Formulação excelente sobre as demandas éticas e suas consequências formais no fazer historiográfico contemporâneo se encontra no ensaio “Verdade e memória do passado” (GAGNEBIN, 2006, p. 38-47).

de reprodução e circulação, assim como de recepção, na construção de sentidos, experiências e interpretações possíveis de um texto. A premissa subjacente a essa análise talvez seja a aceitação, explícita ou implícita, do argumento benjaminiano, formulado no famoso “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (2002, p. 217-254), segundo o qual as transformações técnicas, econômicas e sociais alteram as estruturas de percepção dos sujeitos e vice-versa. Sinteticamente, isso equivale a dizer que os diferentes modelos de produção, circulação, reprodução e recepção de um texto oferecem possibilidades interpretativas diversas; e, igualmente, que diferentes condições de possibilidade mental originam instrumentos e técnicas distintas. A isso se soma o argumento de que a relação entre as condições de possibilidade mental, os instrumentos e as técnicas, estaria necessariamente inserida em um contexto histórico-social condicionante, o qual permite a sua análise.

Na historiografia, por exemplo, Robert Darnton constatava, já nos anos 80, um crescente interesse pela história dos livros, responsável por reunir especialistas de diversos campos: historiadores da literatura, sociólogos, bibliógrafos e afins. Em artigo intitulado “O que é a história dos livros?” (1990, p. 109-131), o autor propunha, ao estudioso desse objeto, um percurso de investigação cioso de todo o *ciclo de vida* do dispositivo em questão — que inclui os leitores, suas interpretações e os efeitos que elas produzem sobre os próprios autores (DARNTON, 1990, p. 112). Darnton, aliás, se dedicou ao estudo de algumas dessas esferas de produção e circulação do texto, no caso, escrito e impresso. Nesse artigo, ele exemplificou parte de seus procedimentos com um estudo de caso sobre o livreiro Rigaud. O autor pontuou a ação do livreiro enquanto agente mediador entre os impressores e o público, assim como sua influência na curadoria dos livros que circulavam, à época, na região de Montpellier. Comentou, ademais, a relação de Rigaud com os demais livreiros da cidade, as disputas pelo mercado, e a influência das condições naturais, políticas e econômicas na compra e venda de livros. Além disso, Darnton também se dedicou à análise da organização interna de uma obra, no caso, a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert, e sua correlação com as condições de possibilidade mental da época (DARNTON, 1988, p. 247-271).

Igualmente, é possível comentar a iniciativa de críticos literários, filósofos e medievalistas que, nos anos 90, tentaram compor um campo chamado *Materialidades da comunicação*, iniciativa que culminou, em 1994, na publicação do livro *Materialities of Communication* (1994). O aspecto mais emblemático deste esforço provavelmente foi a

tentativa de deslocar a ênfase analítica, ao interpretar um significante, da procura pelo significado para o estudo dos seus meios e impactos materiais. Portanto, o trabalho dedicava-se às potencialidades, limitações e efeitos das dimensões técnicas, tecnológicas, materiais, procedimentais e midiáticas de um texto (GUMBRECHT; PFEIFFER, 1994, p. 6-7).

Mas, esse tipo de preocupação não se restringiu à *Materialidade da Comunicação*. Em “O livro como uma Forma Expressiva” (2018, p. 21-47), D.F McKenzie demonstrou a importância dos aspectos formais de um texto na construção de suas possíveis interpretações. O exemplo dado é a comparação entre duas formatações tipográficas de uma mesma citação de Congreve, a original, do século XVIII, e a sua reprodução como a epígrafe do texto “Falácia Intencional” de Wimsatt e Beardsley, em 1946. Dentre as muitas alterações realizadas pelos autores no século XX, estão a supressão de vírgulas e letras maiúsculas, além da substituição da fonte por uma mais adequada às novas técnicas de impressão e às novas sensibilidades. A consequência destas alterações foi a transformação de suas possíveis interpretações, de uma passagem que valorizava e enfatizava o fazer e a intenção do escritor a um fragmento que sustenta a abertura do texto a leituras díspares.

Inspirando-se nos estudos bibliográficos, outro historiador, António Manuel Hespanha, em artigo intitulado “Form and content in early modern legal books: Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought” (2008, p. 15-50), tratou das mudanças nos textos jurídicos na primeira modernidade, focando-se nas alterações resultantes da difusão de textos impressos em um meio ainda repleto de manuscritos. Mais especificamente, ele relacionou as transformações na formatação dos textos jurídicos, mediados pelas novas demandas do processo de impressão, às mudanças no aprendizado do direito e no sistema legal, resultantes da consolidação dos Estados Modernos e da reforma dos currículos universitários. Essas três esferas teriam se influenciado mutuamente, sem que houvesse uma relação hierárquica entre elas. Assim, Hespanha descreveu o processo através do qual se desenvolveram mecanismos de disposição, mas também de concepção do direito, que permitiram com que os livros se tornassem mais compactos e objetivos, facilitando sua comercialização, circulação e difusão, por exemplo, entre públicos não especializados. Nesse processo, o ascendente racionalismo desempenhou papel fundamental no fornecimento de estruturas para a organização, inclusive material, do saber (HESPANHA, 2008, p. 33-37). A título de

exemplo, é possível falar do desenvolvimento de índices, cujo objetivo era a sistematização do crescente corpus de textos que um advogado supostamente deveria conhecer para praticar o seu ofício (HESPANHA, 2008, p. 27). Em suma, Hespanha concluiu que

[...] o conhecimento também é resultado de um processo sócio-material de produção, no qual a figura tradicional que costumávamos chamar de ‘autor’ compartilha o processo criativo com as condições técnicas de comunicação, o interesse de empreendedores, a constituição da audiência, a disponibilidade de dispositivos intelectuais, para não tratar diretamente de fatores mais diretamente relacionados com os interesses sociais e expectativas sobre a lei⁶ (HESPANHA, 2008, p. 37).

Até aqui, quis demonstrar a íntima conexão entre pensamento, construção de conhecimento, linguagem, escrita e materialidade, especialmente no fazer historiográfico. Igualmente, tentei indicar o interesse crescente por esse tipo de abordagem metodológica. O meu objetivo neste trabalho, no entanto, concerne uma esfera específica do encontro da obra com o público, a dizer, a experiência sensorial proporcionada pela materialidade da expressão do argumento, e que gera não apenas engajamento intelectual, mas físico — a visão das letras, o som das palavras, a sensação do livro ou do computador na mão, o posicionamento do corpo — e, portanto, afetivo⁷. Tipo de engajamento capaz de gerar prazer ou desprazer, ou seja, adesão ou tédio, fator decisivo, embora frequentemente ignorado, na aceitação ou rejeição de uma pesquisa.

2. O prazer

Oferecer uma definição precisa de prazer é uma tarefa ingrata, especialmente considerando as minhas limitações teóricas, consequência de uma curta trajetória acadêmica. Dentro dos meus limites, entretanto, posso identificar, como sua característica mais importante, o fato do prazer ser um efeito físico no corpo, resultado do encontro com o exterior — seja com a ação de outrem, ou com um elemento do mundo. Nesse sentido, ele se insere em um processo mais amplo, o da paixão, ou, para usar uma terminologia antiga, o do páthos. Aristóteles, por exemplo, na primeira seção do *Livro II* da *Retórica*,

⁶ [L.T] “[...] knowledge is also a result of a material social process of production, where the traditional personage we used to call ‘author’ shares the creative process with the state of communicative technique, the interests of entrepreneurs, the constitution of the audience, the available intellectual devices, not to speak of factors more directly related to social interests and expectation about law”.

⁷ Essa preocupação nada tem de original e bebe de trabalhos de Gumbrecht, ver: (GUMBRECHT, 2014) e (GUMBRECHT, 2016).

definiu o páthos como “[...] as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor ou prazer [...]” (ARISTÓTELES, 2005, p.160). De maneira geral, para o autor, a paixão era um movimento, estabelecido na relação com o Outro, coletivo ou singular, que desperta uma reação no indivíduo, alterando seus julgamentos e seus modos de pensamento através das impressões de prazer ou dor. Consequência em potencial: associação entre prazer (ou dor) e o obscurecimento do juízo.

O papel atribuído ao prazer no processo cognitivo, aliás, não é uma exclusividade aristotélica ou antiga. Em *Emílio* (1995), por exemplo, tratado de Rousseau dedicado à educação, é possível ler:

Nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados pelos objetos que nos cercam. Mal tomamos por assim dizer consciência de nossas sensações e já nos dispomos a procurar os objetos que as produzem ou a deles fugir, primeiramente segundo sejam eles agradáveis ou desagradáveis, depois segundo a conveniência ou inconveniência que encontramos entre esses objetos e nós, e, finalmente, segundo os juízos que fazemos deles em relação à idéia de felicidade ou de perfeição que a razão nos fornece. Essas disposições se estendem e se afirmam na medida em que nos tornamos mais sensíveis e mais esclarecidos; mas, constrangidos por nossos hábitos, elas se alteram mais ou menos sob a influência de nossas opiniões. Antes dessa alteração, elas são aquilo a que chamo em nós a natureza (ROUSSEAU, 1995, p. 12).

Para o autor, portanto, a nossa natureza, que, eventualmente, pode ser mediada pela razão e pelos hábitos sociais, seria formada por meio das sensações de prazer (o agradável) e desprazer (o desagradável) que o mundo suscita ao nos encontrarmos com ele. À natureza do indivíduo, formada pelas impressões sensoriais oriundas dos *encontros*⁸, poderíamos chamar de caráter, e vincular a discussão rousseuniana a outra tradição do pensamento ocidental, a qual defende que as paixões, justamente pelo aprendizado de prazer e dor, são formadoras de *tendências* comportamentais, que constituindo aquilo que há de singular em um indivíduo.

É precisamente essa reflexão que Gérard Lebrun, em artigo intitulado “O conceito de Paixão” (1987, p.12-33), no qual busca reconstituir os ecos da antiguidade que conduziram à patologização das paixões na modernidade, identificou em Hegel:

[Hegel afirma na Estética que] “A palavra *pathos* é de difícil tradução, pois *paixão* implica algo insignificante, baixo - como quando dizemos que um homem não deve sucumbir às paixões.

⁸ Para uma definição de “encontro” ver: (EUGÊNIO; FIADEIRO, 2012).

Aqui, tomamos o *pathos* em plano mais elevado [...] deve-se limitar o *pathos* às ações humanas e pensá-lo como conteúdo racional essencial no ‘eu’ humano, preenchendo e penetrando a alma inteira”. “Nada de grande se fez sem paixão”. [...] a “paixão” de que se trata [na *Estética*] não é um impulso que nos leva, *malgrado nosso*, a praticar uma ação. Ela é o que dá estilo a uma personalidade, uma unidade a todas as suas condutas. [...] trata-se antes da tonalidade específica de suas condutas, da tensão que unifica seus atos - sem importar que situação estejam enfrentando. Em suma, a “paixão” é então constitutiva de um personagem (HEGEL *apud* LEBRUN, 1987, p. 23).

Não é gratuito, portanto, que Alfredo Bosi, partindo de uma matriz hegeliana para falar dos laços entre resistência e literatura, tenha afirmado, como uma das potencialidades da narrativa, a capacidade de, através de figuras de linguagem, construir fisionomias e singularidade para valores e comportamentos. Em outra palavra, dar-lhes materialidade e concretude, responsável pela função retórica de despertar reações afetivas (BOSI, 2002, p. 118-135).

Nesse sentido, é interessante observar que o temido nas paixões, desde a antiguidade, é, por um lado, a sua capacidade de enganar a razão ou nublar o julgamento, processo decorrente das sensações de prazer e desprazer; e, por outro lado, a de criar tendências tendenciosas, a redundância é intencional, e comportamentos irracionais. O modelo estoico, por exemplo, apresentava o homem como um animal racional. A sua natureza é o *logos*, que pela força e potência, não pode ser diminuído ou derrotado, mas que, ainda assim, seria capaz de produzir, por fraqueza interna, um fenômeno irracional, que o prejudica e ameaça: as paixões ou *alogon*, representações fantasiosas da realidade.

Percebo alguma coisa, tenho um sentimento de prazer ou dor - e é essa representação que transforma esse fato psicológico em tendência. [...] a tendência é sempre precedida de um juízo a respeito do que devo procurar ou evitar. E é esse tipo de juízo que pode me induzir ao erro [...] dessa maneira, nasce a tendência irracional, ou *pathos*, que submete minha conduta ao meu sentimento de prazer ou dor (LEBRUN, 1987, p. 25).

A solução ofertada era extirpar as paixões, “impedindo que a emoção se transforme numa tendência” (LEBRUN, 1987, p.25). No entanto, essa apatia não equivale nem à anestesia, nem à insensibilidade. O sábio ainda sente, “[...] mas é suficientemente treinado a ponto de não interpretá-la de uma maneira fantasiosa, jamais se deixando tragar por ela” (LEBRUN, 1987, p. 25).

Na modernidade, por terem se apresentado dilemas radicalmente distintos dos já mencionados, e que desembocaram na medicalização das paixões, como indica o próprio

Lebrun no artigo acima mencionado, uma solução diversa foi oferecida para os desvios passionais: o trabalho árduo e a frivolidade do prazer. No clássico de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (2004, p. 141-169), o autor argumentou que a ascese puritana forneceu os insumos necessários não apenas para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista, como também para o estilo de vida que é seu sustentáculo. Mais especificamente, essa operação se deu pela recriminação do tempo ocioso e do dedicado à fruição, tal qual previsto no ideal de vida aristocrático, assim como pela indicação do lucro e da realização integral da vocação profissional como os únicos indícios da graça divina. O pleno exercício da vocação profissional dependia de uma vida sistemática e racionalmente organizada, a fim de que os indivíduos não se desviassem do caminho escolhido por Deus, e para que todas as forças do corpo fossem reservadas ao trabalho. Nesse contexto, portanto, havia uma forte oposição à moral da nobreza, que mantinha profundos laços com os valores medievais; no conforto burguês, novo ideal de vida, não havia espaço para o prazer.

3. A ascensão do interesse e a supressão da paixão

O processo de reformulação dos lugares destinados, na modernidade, à razão e à paixão, e, por consequência, também ao prazer, encontrou um nóculo central no século XVIII, chamado, pelos homens do período, de século das Luzes ou da Razão. Já por esta autodenominação é possível notar a centralidade atribuída à racionalidade no pensamento da época. Ao menos, é o que indicou Ernst Cassirer, em “O pensamento da Era do Iluminismo” (1992, p. 19-61). Segundo o autor, neste contexto, a razão deixou de designar uma *possessão* e passou a corresponder a uma forma de *aquisição*. Ou seja, deixou de ter como objetivo a apreensão da essência dos elementos do mundo, verdades inatas, e passou a designar um processo de desvelamento do funcionamento da realidade. “[No século XVIII,] A potência da razão humana não está em romper os limites do mundo da experiência a fim de encontrar um caminho de saída para o domínio da transcendência, mas em ensinar-nos a percorrer esse domínio empírico com toda a segurança e a habitá-lo comodamente” (CASSIRER, 1992, p. 31-32). Para que isso fosse possível, a razão não apenas teria adquirido natureza processual, como assumira um caráter uno, imutável e indivisível (CASSIRER, 1992, p. 23).

Dentre as principais consequências desta concepção estava o estabelecimento de um único modelo procedimental para o estudo de todos os campos do conhecimento: a

análise. Baseada no trabalho newtoniano, seu método consiste em, a partir da observação dos fenômenos, identificar uma forma que os une e os ordena; forma obtida através da decomposição dos fatos, da sua observação em partes mais simples, da sua recomposição e re-elaboração em uma formulação sintética (e matemática) (CASSIRER, 1992, p. 27-32). E essa reformulação do conhecimento, feita a partir de uma concepção unitária da razão, reverberou na manifestação material e na organização textual do saber. Nesse sentido, os dois pressupostos básicos da nova razão e do método analítico — proceder sempre de maneira uniforme, independentemente dos campos do saber no qual é realizada a pesquisa, e se supor uma conexão ou identidade interna à multiplicidade de fenômenos (CASSIRER, 1992, p. 43-50) — ganham corporeidade.

Caso paradigmático disso é a *Encyclopédie*, que, como indicou Darnton, tinha na base de sua organização duas metáforas centrais: a árvore do conhecimento e o mapa mundo (DARNTON, 1988, p. 250-252). A primeira implicava uma certa unicidade e organicidade do saber, que, se pressupunha, se desenrolava a partir de princípios comuns. Já a segunda, partia da possibilidade, implícita no método analítico, de que a razão fosse capaz de percorrer todas as etapas e extensão do saber humano, visto que nele não mais penetraria nada de transcendental (CASSIRER, 1992, p. 33). Aliás, como indicou o autor de *O Grande Massacre de Gatos*, a inovação e a radicalidade da enciclopédia de Diderot e D'Alembert estaria precisamente na re-delimitação do cognoscível — o qual, como previamente comentado, deixava de incorporar o divino e o eterno, elementos ausentes ou de pequena relevância em sua enciclopédia, ao contrário do que acontecia nas de seus predecessores, Chambers, Bacon e afins (DARNTON, 1988 p. 252-7).

O século das luzes, no entanto, precisa ser inserido em um processo muito mais amplo de transformação do par *paixão-razão* e da sua relação interna — que passa a ser uma de oposição e, eventualmente, de supressão da paixão e dos seus elementos correlatos, dentre os quais se destacam o corpo e o prazer. Afinal, a gradual sobreposição da razão com o *interesse* burguês e a conseqüente ascensão do ideal utilitário, quando associada à necessidade de controle do corpo social, levou ao esvaziamento das potencialidades cognitivas dos aspectos, a partir de então, ditos decorativos da comunicação, e estimulou o desenvolvimento e a defesa de uma linguagem supostamente clara, transparente e objetiva. Esse movimento se relaciona intimamente com o desenvolvimento técnico e com as novas qualidades do texto impresso. Em alguma medida, os escritos, pelas suas novas características, parecem ter perdido sua aura e

unicidade, tornando-se um conteúdo de caráter intercambiável (HESPANHA, 2008, p. 13-16): a mensagem é separada de sua forma.

Segundo Marilena Chauí, em artigo intitulado “Sobre o Medo” (1987, p. 33-83), na modernidade, o antagonismo entre paixão e razão, já presente na antiguidade e na Idade Média, se transformou e se acentuou. As paixões se tornaram sinônimo de desrazão ou irracionalidade, uma espécie de furor bêbado, motivado pela entrega ao prazer ou à dor, e responsável por aproximar os homens de condições animais ou bestiais; enquanto isso, a razão se identificou com a fonte de autocontrole e passou a representar a possibilidade de livre arbítrio. Na opinião da autora, a chave para compreensão desse movimento está na formação da moral burguesa, cuja origem é marcada por uma relação tensa com o ethos passional aristocrático. A moral burguesa teria surgido como uma alternativa à configuração socioafetiva vigente até então.

Exemplo paradigmático desta disputa entre moralidades, e eixo central do texto de Chauí, é a reconfiguração do medo. Se, desde a antiguidade, o medo se opunha à coragem e à valentia, no século XVI, com Montaigne, teria surgido uma nova polarização, agora, entre medo e prudência. Tal deslocamento só foi possível porque o autor afastou as noções de bem e mal das de vício e virtude — enquanto as primeiras estavam associadas a disposições naturais e imutáveis, as segundas correspondiam à presença ou ausência de razão.

Fraqueza de ânimo e covardia não são a mesma coisa: a primeira vem da Natureza ou do costume; a segunda, da surdez aos conselhos da razão. Por isso o medo [...] é o que nos torna insensatos pondo ‘asas em nossos pés’ quando não deveríamos fugir, e ‘pregando-os ao solo’ quando a fuga seria necessária. Rouba-nos a coragem e dá ensejo à crueldade. Acidente dotado de causas e fruto da insensatez, o medo não se opõe à valentia, mas à prudência. [...] A bravura é tão insensata quanto o medo. Insensatez, sabemos, é o termo médico para classificar o irracional como louco. O extravagante (CHAUÍ, 1987, p. 44-45).

No entanto, a razão que calcula o equilíbrio e a prudência é uma muito específica, como é possível entrever na discussão previamente apresentada sobre a razão iluminista. A razão adquiriu, e não por acaso, um sentido de origem mercantil, o *interesse*, ou razão calculadora, que permite a abstração dos valores de objetos materiais e de fenômenos passionais, sua quantificação e inserção em um sistema de trocas, possibilitando, com base no valor atribuído, permutações e hierarquização. Muitos desses aspectos aparecem no método analítico, afinal, o processo de decomposição em partes cada vez mais simples e sua recomposição sintética em uma linguagem análoga à matemática, pressupõe um

movimento de abstração dos fenômenos e sua sistematização em uma grade de elementos que se tornam minimamente intercambiáveis. Como comentou Cassirer, no limite, a razão iluminista corre o risco de obliterar a pluralidade e difundir o nivelamento: “O pensamento analítico arranca a máscara que dissimula os fenômenos [...], mas a realidade assim desmascarada só vai mostrar em seguida, em lugar da diversidade anterior e da mobilidade interna, a mais nua uniformidade” (CASSIRER, 1992, p. 48).

A reconfiguração das definições da razão e, conseqüentemente, da paixão, do prazer e da formação de conhecimento, todavia, é resultado de mudanças em todas as esferas da vida. Aparece com destaque, por exemplo, na dimensão político-econômica. Nesse sentido, Silvia Federici, em *O Calibã e a Bruxa* (2017), afirmou que, durante o período de acumulação primitiva, a grande tarefa das incipientes organizações burguesas era transformar os corpos humanos, ainda depositários de uma autoimagem pré-capitalista, em máquinas de produção. Tal missão só seria possível caso houvesse uma convergência das investigações filosóficas e anatômicas com as práticas governamentais e econômicas, permitindo, tal qual havia sido feito com a natureza, a decomposição, ou desmembramento, e dessacralização do corpo e sua conseqüente submissão à razão. No caso, à razão burguesa, ao interesse, à produtividade e à utilidade. Assim, a elaboração de uma nova concepção de pessoa, na qual se separava uma dimensão corpórea e sensorial, de outra, anímica ou racional, permitindo a instrumentalização do corpo, dependia tanto da investigação e classificação das capacidades humanas, operações efetuadas pela filosofia mecanicista e pela anatomia, quanto da agência do Estado, cujas práticas coercitivas e violentas seriam capazes extirpar “uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradizia a regulação do comportamento corporal prometido pela filosofia mecanicista” (FEDERICI, 2017, p. 257).

O que se testemunha, em retrospecto, portanto, é um contínuo afastamento entre mente e corpo, razão e paixão, objetividade e prazer. No qual, os segundos passam a representar um risco à plena atividade dos primeiros. Aliás, a transformação do corpo em algo simbolicamente próximo dos autómatos e das máquinas, sujeitos ao controle dos homens, e cujo ritmo produtivo é previsível pela possibilidade de desmembrá-lo em partes, é elemento constitutivo da formação do sujeito moderno. As paixões, as funções biológicas e as sensações corporais, dentre as quais está o prazer, não fazem parte da essência e personalidade do sujeito, mas constituem um objeto que o homem deve

instrumentalizar e dominar, com o intuito de vender a sua força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 240-284).

Assim, o que Silvia Federici parece sugerir é o surgimento, no interior do capitalismo, de um sistema metafórico de representações e interpretação do mundo. O corpo era antagônico e inferior à razão, e comportava uma ambiguidade fundamental: ao mesmo tempo em que representava uma ameaça à plena realização do racional, poderia, caso fosse dominado, se tornar o instrumento da ação da vontade no mundo. Essa tensão se produzia tanto no interior dos indivíduos, processo através do qual o corpo se tornou um objeto cada vez mais estranho e distante, quanto em âmbito social, no qual a população passou a constituir o corpo submetido à razão do Estado absoluto, ou ainda, no qual o proletariado tornou-se o corpo, máquina de trabalho, e a burguesia, a razão produtora. A elaboração desse sistema analógico de representações é central, também, porque parece sugerir uma origem para a versão moderna da associação do proletariado, e, especialmente, das mulheres e dos não-brancos, à selvageria, aos instintos e à sensualidade corporal. Se justificaria, assim, a sua inferioridade e a necessidade de subjugar-los a uma razão externa. O processo de domesticação do corpo das mulheres e dos não brancos, inclusive, esteve intimamente ligado a um movimento posterior, no século XIX, de feminilização⁹ da literatura, que passaria a ser compreendida como uma forma de saber menor, cuja potência está ligada ao instinto, à sensualidade e aos estímulos sensoriais (WHITE, 2011, p. 503-504).

No século XIX, essa longa e tensa trajetória desembocou na consolidação da lógica utilitarista. Em artigo intitulado “Razão e Paixão na política” (1996, p. 13-23), Maria Stella Bresciani indicou como, na sua origem, o cálculo racional, que orienta o pensamento liberal e utilitarista, tinha, pelo menos no interior dessas duas escolas, uma função aparentemente emancipatória. A mesma orientação já estaria presente nos pensadores iluministas, assim como nos liberais ingleses, seus contemporâneos. Teria sido na época das luzes que surgiu a associação entre felicidade e utilidade, assim como a sua centralidade política (BRESCIANI, 1996, p.16) e, quiçá, até econômica. Nesse sentido, retomando a reflexão estabelecida até aqui, parece ser possível supor que a razão calculadora, ainda que seja um instrumento de geração de lucro, tinha, entre seus intuítos iniciais, a conquista do conforto e da comodidade no mundo. Nesse sentido, foi a

⁹ White fala não do aumento do número de mulheres artistas ou escritoras, mas de uma associação da literatura a um arquétipo ou performance feminina (WHITE, 2011, p. 499-515).

associação do substantivo razão ao adjetivo universal, ainda, a eliminação de toda pluralidade em prol da descoberta de uma uniformidade geral, que tornou a razão burguesa altamente criticável. Gradativamente, a razão, supostamente neutra, deixou de ser um instrumento para a realização da felicidade humana e passou a ser a própria estrutura que orienta os movimentos dos humanos no mundo (BRESCIANI, 1996, p. 19).

4.Linguagem e verdade em tempos utilitários e a organização da escrita da história

Talvez não seja preciso enfatizar que todo esse movimento intelectual, político, social e afetivo, especialmente quando associado às revoluções técnicas que marcaram a modernidade, como é o caso paradigmático da invenção da imprensa, tiveram um fortíssimo impacto na concepção da linguagem e da escrita, o que influenciou diretamente a historiografia no contexto de seu surgimento e consolidação. Já no século XVI, por exemplo, a escola ramista, cujos impactos são sentidos até hoje, separou as cinco partes constitutivas da Retórica antiga. A partir de então, a *Inventio* ou criação do argumento, a *Dispositio* ou elaboração do argumento e a *Memória* passaram a pertencer à Dialética; e a Retórica ficou restrita à associação entre a *Elocutio* ou textualização do discurso e a *Oratória* ou apresentação do orador. Consequência direta: todos os aspectos formais de um texto escrito ou falado foram separados do conteúdo propriamente dito e os elementos persuasivos se transformam em mera decoração (HAWKES, 1972, p. 22-30). Já no século XVIII, o legado ramista, em convívio com a difusão da imprensa e a ascensão da razão universalizante, levou à procura por uma linguagem clara e objetiva, capaz de tornar mais evidente e menos mediado o contato com o pensamento. Ela deveria, portanto, ser desprovida de tudo aquilo que remetesse ao singular e ao individual, como as metáforas (HAWKES, 1972, p. 30-33). Essa conclusão, aliás, não parece muito distante daquela de Hespanha, posto que o autor frisa a crescente fixidez que adquiriu o conteúdo do texto jurídico impresso, cada vez menos aberto a interpretações desviantes do cânone. O livro gradualmente deixou de ser um objeto vivo e autêntico, e se transformou em um aporte de conteúdo intercambiável (MÜLLER, 1994, p. 32-45). Algo que se manifesta na, ou então é proporcionado pela, organização do layout do texto (HESPANHA, 2008, p.23-29)

O impacto das transformações culturais da Europa moderna na linguagem, nos textos e na comunicação é também analisado por Hayden White em “La supresión de la retórica en el siglo XIX” (2011, p. 499-515). Para o autor, no período oitocentista, teria

se encerrado um processo de reorganização dos gêneros e estruturas discursivas, resultado da supressão da Retórica — que ele define como a técnica, existente desde a antiguidade, de estudo, sistematização e ensino das diferentes práticas discursivas, e que estaria baseada na pressuposição de que os todos tipos de discurso estão correlacionados, visto que dependem da figuração e do uso de *tropos*. Esse movimento teria três motivações — pouco importa se elas foram iniciativas conscientes ou não. A primeira consiste na capacidade crítica e de agência política que o conhecimento das técnicas de convencimento e persuasão proporciona. Em sociedades crescentemente massivas e supostamente mais democráticas, era preciso garantir a domesticação das massas, que deveriam entender as mensagens do poder, não as criticar. Em segundo lugar, de Kant a Bentham, houve um crescente julgamento moral e ético da retórica, que gradualmente é transformada em uma prática incapaz de sinceridade, autenticidade e fidelidade à realidade. Afinal, o orador se preocuparia apenas com a forma, não com a verdade, o bem ou a beleza; quando muito, esses valores seriam mobilizados para provocar as reações desejadas no auditório. Finalmente, a retórica passou a ser considerada, justamente pelo uso das figuras de linguagem, uma forma inútil de comunicação. A escrita ideal deveria ser específica, clara, neutra, dotada de ortografia estandardizada e caracterizada pelo pensamento lógico e linear, típico do texto escrito.

Ainda segundo o autor, o processo de supressão da retórica ocasionou o surgimento de dois diferentes tipos de escrita, aparentemente irreconciliáveis, a escrita clara e gramaticalmente correta, que pode e deve ser ensinada, e a escrita literária, caracterizada pela preocupação formal e pelo uso da figuração, a qual depende do talento e não pode ser nem estudada nem ensinada. A primeira, se distinguiria pelo conteúdo, informa fatos objetivos e, quando muito, convence. A segunda, se distinguiria pela forma, trata de questões relacionadas à subjetividade, às paixões, à individualidade e tende a seduzir. De um lado, o útil, que é mera transmissão do real. Do outro, o belo e prazeroso, resultado da criação subjetiva e do talento. Duplo movimento de negação: das propriedades cognitivas próprias dos aspectos ditos decorativos, responsáveis, também, pelo engajamento físico e afetivo com o texto; e do caráter propriamente retórico deste discurso anti retórico.

Curiosamente ou não, foi também entre os séculos XVI e XVIII, especialmente nos territórios germânicos, que a história se autonomizou. Já não era mais preciso pensar na dimensão formal do argumento, pois a história narraria a si mesma. Ou seja, a escrita

passava a ser entendida como decorrência direta do próprio processo histórico, do qual o historiador é apenas o olho e a mão que articula tempo, vida e texto (HARTOG, 2011, p. 180). No entanto, tal qual acontece com a retórica, cabe se perguntar se o fim do questionamento sobre a narrativa, ainda, se o seu ocultamento, elimina o dilema propriamente dito?

Nesse sentido, é interessante observar como, no século XIX, contexto de formação da disciplina historiográfica moderna, se optou por um ofício abertamente inspirado não na arte, mas nas ciências naturais (HARTOG, 2011, p. 174). Foi uma escolha feita em prol do argumento e não da “decoração”, pela dialética e não pela retórica, pela precisão e não pelo prazer. Efeito de médio prazo: especialmente a partir da fundação e popularização da escola dos *Annales*, ainda que se discutisse o limite entre o verdadeiro e o ficcional, se aprofundou o apagamento da narrativa no fazer historiográfico. A reflexão sobre a escrita foi sobrepujada por discussões concernentes ao método (HARTOG, 2011, p. 176-178). Em suma, a questão central se tornou como, tendo consciência das implicações da subjetividade do historiador nos seus estudos e na construção do seu objeto, praticar uma ciência portadora de alguma verdade? Como diminuir a distância entre realidade e linguagem?

Não que não tenham existido, também, questionamentos e disputas sobre as formas adequadas de apresentação, ao leitor, das evidências no texto historiográfico. François Hartog, em *Evidência da História* (2011), frisa como, tanto no século XIX, quanto a partir da década de 70 do século passado, houve, em primeiro lugar, disputas sobre os meios apropriados de formatação da história e da verdade; e, em segundo, tensionamentos dos limites entre História e ficção, que promoveram experimentações com os limites narrativos da disciplina. Mais especificamente sobre o século XIX, o autor apresenta os modelos da história liberal, da de Michelet e da de Fustel de Coulanges (HARTOG, 2011, p. 145-172). Através deles seria possível notar um gradual distanciamento da disciplina em relação aos métodos representativos inspirados nas artes, e a tentativa de aproximação de uma estética das ciências naturais.

Assim, para os liberais, a verdade só poderia ser desvelada através de uma narrativa vivaz, inspirada no romance e na pintura. Já para Michelet, só seria possível encontrá-la por meio de um mergulho pessoal do historiador nas profundezas da morte, permitindo uma percepção afetiva da totalidade e complexidade de um tempo passado, tão intensa que anula o historiador, agora *aedo* da verdade. E, finalmente, para Fustel de Coulanges,

seria preciso abdicar de princípios artísticos de investigação e, através da aplicação de um método científico para a análise documental e arquivística, mergulhar nos dados do passado e esquecer-se do presente e de si mesmo. Nesse modelo, já não haveria questionamento sobre a literariedade do fazer historiográfico. Apesar de todas as diferenças, algo unificaria e associaria essas posturas, aproximando-as, também, da prática contemporânea: a ambição de constituir “um discurso da verdade” (HARTOG, 2011, p. 164), objetivo e com claras implicações textuais e argumentativas. O que Hartog não explicitou é que, além do desejo de verdade, uma outra fonte de estabilidade para o fazer moderno do historiador está na articulação entre novas sensibilidades, novas tecnologias de produção e reprodução, e a organização das evidências na página.

Neste momento, quem dá pistas é Michel Foucault (2014). O filósofo afirmou que toda época tem ordens do discurso que lhe são próprias, e cujo objetivo, supostamente, é o de conter os perigos inerentes à fala e garantir o melhor uso possível da palavra. Para isso, existiriam mecanismos de *controle*, *separação* e *exclusão* (FOUCAULT, 2014, p. 8-42) — cujo estudo, diga-se de passagem, termina por evidenciar a função mascarada do discurso na manutenção e na disputa por poder. Tais recursos agiriam em três frentes: controlar os poderes da fala, as circunstâncias de sua enunciação e os sujeitos que podem tomar a palavra em cada contexto e para cada tipo de discurso.

No âmbito deste argumento, no entanto, é interessante ressaltar três mecanismos específicos. A *vontade de verdade*, que estabelece a separação entre aquilo que é considerado verdadeiro ou falso, cognoscível ou incognoscível. A *disciplina*, um sistema composto por teoria, metodologia e formas de codificação que, através da garantia da repetição de seus pressupostos, permite a formulação indefinida de enunciados novos. Esses novos enunciados, aliás, não constituem nem a soma de tudo que pode ser dito, nem de tudo que é verdadeiro sobre um fato, posto que a disciplina consiste em um modelo de sistematização das formas de produção dos enunciados, requerindo coerência interna, não externa. E, finalmente, a *doutrina*, responsável por criar relações de pertencimento e validação mútua entre determinados sujeitos sociais e formas específicas de discurso. O que Foucault parecia sugerir é que todos esses mecanismos são perpetuados e produzidos por uma complexa rede de relações entre as instituições, os interesses econômicos e os meios e técnicas de produção e reprodução de textos (FOUCAULT, 2014, p. 16-17). Constatação que abre espaço para a seguinte conclusão: os meios materiais de difusão da palavra desempenham um papel central na delimitação da *vontade de verdade*,

influenciam e são influenciados pela constituição de uma disciplina, e criam, em consonância com a formulação das doutrinas, o conjunto de métodos textuais que permite identificar e restringir o grupo de sujeitos capaz de realizar um dado discurso.

Não parece exagero, a partir das formulações acima apresentadas, defender que a história é uma *disciplina*, possuidora de um arcabouço de regras específicas para a formulação indefinida de enunciados novos. Igualmente, não parece absurdo concluir que sua investigação é orientada pela *vontade de verdade* moderna, ou mesmo, que ela apresenta caráter doutrinário, visto que o domínio de um conjunto determinado de técnicas identifica e valida o seu autor, e que, em muitos momentos, a identidade do autor possibilita ou não a validação do seu trabalho. Assim, considerando que, na Europa moderna, a *vontade de verdade* esteve associada à tentativa de aproximar pensamento ou acontecimento da palavra¹⁰, tornando-a portadora de uma verdade inquestionável; ainda, que isso possibilitou a busca pela transformação o discurso em significante (FOUCAULT, 2014, p. 45-48), pode ser interessante evidenciar alguns dos artifícios visuais e materiais do texto historiográfico que possibilitaram e foram possibilitados por essas mudanças.

Nesse sentido, um texto fundamental é “Descrição e citação” de Carlo Ginzburg (2007, p. 17-40), no qual o autor analisou o surgimento de novas formas de evidência no texto historiográfico, como a citação, as notas marginais e as referências. No entanto, é importante ressaltar que o mais interessante nesse texto são, para usar uma terminologia do próprio autor, os indícios ou os sintomas que ele apresenta, e não a sua conclusão. Isto porque Ginzburg estava preocupado com o que ele chama de *efeitos de verdade*, isto é, o rebuscado estético que permite com que o leitor perceba o texto como verdadeiro. Ora, todo o meu esforço tem sido o de defender que a separação entre estética e fato ou pensamento é falaciosa, ou, ao menos, é resultado de um projeto e de um modelo de conhecimento que é historicamente datável.

De qualquer maneira, vale recapitular o movimento narrado por Ginzburg. Segundo o autor, na antiguidade, tanto na Grécia quanto em Roma, a história, concebida como vertente da retórica, tinha, nesta arte do discurso, a base para sua formulação textual. Consequentemente, a veracidade estaria relacionada à *enargeia* ou *demonstratio*. A dizer,

¹⁰ O que teria ocorrido através da autonomização do texto, a partir de então, aparentemente, objetivo e claro, dissociado do prazer e da paixão, e, supostamente, distante da construção por técnicas discursivas, retóricas e figurativas.

uma descrição vívida e clara, que permitiria a sensação de presença e imediatez do acontecimento. Ainda, possibilitaria ao leitor se transformar em testemunha do fato narrado. Materialmente, isso poderia ser produzido de diversos modos: pela acumulação de detalhes, que garantia a integridade da experiência original; pelas cacofonias e onomatopeias, de efeito sinestésico; e pela *ekphrasis*, descrições detalhadas, inspiradas nas pinturas. Da antiguidade para a modernidade, no entanto, teria ocorrido uma mudança: a substituição da *enargeia* (descrição) pela evidência (documentos) enquanto núcleo constitutivo da verdade do fazer historiográfico (GINZBURG, 2007, p. 17-25), da unidade entre argumento e disposição à ênfase metodológica. Tal movimento teria sido resultado da incorporação dos métodos de pesquisa antiquários e do abandono da história política tucidideana. Em outras palavras, deslocava-se a centralidade: da testemunha e da *enargeia* para a erudição e a análise de documentos e objetos. Algo complementar à incorporação, nas narrativas cronológicas, de características do modelo sistemático de organização do argumento (MOMIGLIANO, 2004, p. 102-117).

Para compreender tais mudanças, no entanto, é necessário pincelar parte do quadro da época. Em primeiro lugar, havia uma tendência antirretórica, fruto das disputas religiosas dos séculos XVI e XVII. De acordo com Ginzburg (2007, p. 29-35), esse teria sido um movimento oriundo do esforço da Igreja católica para, utilizando os métodos antiquários, resistir aos mecanismos de difusão do protestantismo. Assim, seus eruditos defendiam, por exemplo, a superioridade dos anais, mais simples e objetivos, em relação às narrativas históricas. À época, aquela forma de organização era percebida como mais verdadeira e base de dados ideal para o silogismo — o sustentáculo da estrutura argumentativa lógica. Momigliano, todavia, complexifica um pouco mais esse contexto, defendendo que tanto católicos quanto protestantes utilizavam métodos antiquários para combater um ao outro. No entanto, enquanto os protestantes tendiam à crítica filológica, demonstrando a falibilidade dos dogmas católicos, o catolicismo, tendo a vantagem de “controlar Roma, com todos os seus documentos cristãos e pagãos” (MOMIGLIANO, 2004, p. 110), pendiam à *archeologia*. O ponto central, todavia, é a constatação de um clima antirretórico e antitrópico, reinante na época — o próprio Pierre de la Ramée, ou Petrus Ramus, que operou a divisão da retórica no século XVI, era um calvinista.

Outros três elementos, me parece, também ajudaram a criar o clima geral para as transformações argumentativas presentes na historiografia moderna. Começemos por uma dupla imaterial: o surgimento e difusão dos estudos de galileu e do método

demonstrativo, futura inspiração de Newton, e a ascensão do pirronismo, uma forma de pensamento cético que induzia ao questionamento da autenticidade, da fidedignidade e da realidade das narrativas historiográficas (MOMIGLIANO, 2004, p. 85-95). O ceticismo e o método galileano apresentaram, respectivamente, o problema e a solução para o descrédito daquilo que Momigliano chamou de História Política ou Tucidideana. Afinal, a investigação científica de objetos do passado autênticos permitiria a constatação dos fatos, da verdade. Assim, à historiografia coube incorporar, não sem alguma resistência, os métodos de crítica de fonte dos antiquários.

Nesse sentido, a revolução da imprensa, que alterou a relação da sociedade europeia com os livros e com o conhecimento, também é um elemento central. Pois, como indica o próprio Ginzburg: “A *enargeia* era ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade; as citações na margem, as remissões ao texto e os colchetes, a uma cultura dominada pelos gráficos. A *enargeia* queria comunicar a ilusão da presença do passado [...]” (GINZBURG, 2007, p. 37). E o fazia, diga-se de passagem, pela composição retórica de uma experiência mediada pelo texto, algo possível pelo uso de figuras de linguagem, que promoviam o engajamento físico e o estímulo sensorial, gerando prazer ou dor e criando a sensação, ainda que mitigada, de imediatez dos acontecimentos. Com a supressão da retórica, mas, mais importante, das figuras de linguagem, o prazer era gradualmente excluído do texto do historiador, movimento favorecido pelas novas sensibilidades e técnicas de impressão.

5. À guisa de conclusão de um trabalho ainda incompleto

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre o fazer historiográfico e a sua relação com a escrita e o prazer, mais especificamente, com a experiência sensorial e retórica por ele promovida, que permite ou não o engajamento e a simpatia do leitor. Nesse sentido, foi necessário historicizar as escolhas metodológicas e argumentativas da historiografia enquanto disciplina moderna, desnaturalizando a sua formatação e sua organização textual. Assim, tornou-se possível acompanhar como a ascensão de uma nova *vontade de verdade*, de uma nova vontade de saber e de novos meios de produção e reprodução, criaram um ambiente propício para a separação entre a razão e o corpo, a razão e os sentidos, e a razão e a paixão. Curiosamente, o corpo, os sentidos e a paixão são, ainda, entendidos como elementos instáveis e imprevisíveis, que, por estarem vinculados ao prazer ou à dor, nublam a capacidade de raciocínio.

Materialmente, isso implicou na busca por métodos que propiciassem o contato direto e claro com a Verdade, resultado de pesquisa científica. Assim, teriam surgido as marcações tipográficas que indicam os caminhos do método historiográfico: as notas de rodapé, as aspas e citações, dentre outros. Igualmente, se optou por um texto organizado linearmente, dotado de pouco espaço de interpretação, e com narrador em terceira pessoa — pois, já que a história se autonomiza, ela é agora capaz de narrar a si mesma. Ficava em segundo plano o engajamento sensorial, vinculado à retórica e, mais especificamente, as figuras de linguagem, potencialmente culpadas de dois grandes crimes: não designar seus objetos diretamente, visto que são percebidas como obscuras, ambíguas ou falseadoras; e de incapacitar o julgamento, dado que geram engajamento físico e prazer ou desprazer.

Evidentemente, já no século XX, o cenário mudou. Surgiram, ou talvez nunca tenha deixado de existir, uma série de autores que flertam com os limites argumentativos da disciplina, mas que, nem por isso deixam de ser considerados historiadores — ainda que, nesses casos, seja de praxe frisar a trajetória desviante ou o interesse interdisciplinar do autor. Retomando a provocação inicial, é assim que se costuma receber textos como os de Darnton. Tudo acontece como se, quando o intuito da leitura é a pesquisa, fossemos imediatamente acometidos por um sentimento de medo, motivado pela possibilidade de ter nosso raciocínio incapacitado, e concordar acriticamente com o argumento; ou então, enchemo-nos de suspeita, desconfiamos da seriedade da pesquisa do historiador. Em contrapartida, um texto denso e pesado, cheio de notas de rodapé não nos gera nenhum receio. Sentimo-nos seguros e tranquilos, como se ali houvesse clareza o suficiente para a mente atuar.

Espero ter consigo demonstrar que ambas as posturas são resultado de uma sensibilidade historicamente produzida e correspondem a um projeto de ciência e *vontade de verdade* muito específicos e questionáveis. Até porque, não apenas a postura crítica e a leitura atenta devem ser assumidas frente a qualquer texto, como sentir prazer não significa concordar com a fonte dele. Nesse sentido, não deixa de ser interessante perguntar: onde estaremos mais desatentos e menos críticos, junto ao texto que nos deixa alerta pela sua potencial obscuridade? Ou ao lado do que nos relaxa pela familiaridade?

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 217-254.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Razão e paixão na política. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 13-23.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In.: NOVAES, Adauto (org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 33-83.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. *Revista Sinais*, Vitória, n.15, Jun, p. 16-33, 2014.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- EUGÊNIO, Fernanda; FIADEIRO, João. “O encontro é uma ferida - Excerto da conferência-performance Secalharidade”. Julho de 2012. Disponível em: <https://ladcor.files.wordpress.com/2013/06/o-encontro-c3a9-uma-ferida.pdf>. Acesso em: Abr. de 2019.
- FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras: São Paulo, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Serenidade, Presença e Poesia*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2014.

GUMBRECHT, H.U; PFEIFFER, K. L (org). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HARTOG, François. *Evidência da História*: O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

HAWKES, Terrence. *Metaphor*. Bristol: Methuen & Co LTD, 1972.

HESPANHA, Antonio Manuel. Form and content in early modern legal books: Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. *Rechtsgeschichte*, Frankfurt, n. 12, p.12-50, 2008.

LEBRUN, G. O conceito de paixão. In: NOVAES, Adauto (org). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12-33.

MCKENZIE, Donald. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: edUSP, 2018.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 85-117.

MÜLLER, J.D. The Body of The Book: The Media Transition from Manuscript to Print. In: GUMBRECHT, H.U; PFEIFFER, K. L (org). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994, p. 32-45.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX. In: _____. *La ficción de la narrativa*. Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007. Buenos Aires: Estrela Cadencia, p. 499-515.

REPRESENTAÇÕES PRESENTES DO PASSADO: A REVOLUÇÃO HAITIANA NOS LIVROS DIDÁTICOS

PRESENT REPRESENTATIONS OF THE PAST: THE HAITIAN REVOLUTION IN TEXTBOOKS

Eric Patrick Silva de Faria Rocha¹

Resumo

A revolução haitiana se caracterizou por ser a única entre as várias independências ocorridas em solo americano nos séculos XVIII e XIX que aliava sua emancipação com a abolição da escravidão. Fenômeno peculiar e de grande importância para a história da resistência negra no continente, a revolução haitiana sofreu com um posterior “silenciamento” e sua compreensão não possuía precedentes no quadro de referências de seus contemporâneos ocidentais, entrando para a esfera do “impensável”. Poluindo a historiografia ulteriormente, este artigo investiga um dos principais meios de veiculação do trabalho historiográfico na atualidade: os livros didáticos. Comparando, dentro das obras, a abordagem em relação a outros movimentos de independência, objetiva-se notar o grau de relevância dado para a independência da ilha de São Domingos, a primeira em solo latinoamericano.

110

Palavras-chave: Revolução haitiana; Resistência negra; Livros Didáticos.

Abstract

The haitian revolution was characterized by being the only one among the various independences that occurred on American soil in the eighteenth and nineteenth centuries that combined the end of the colonial yoke with the abolition of slavery. A peculiar phenomenon of great importance for the history of black resistance on the continent, the haitian revolution suffered from a subsequent “silencing” and its understanding had no

¹ Mestrando em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Funcionário público da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro. Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Campograndenses. E-mail: eric_patrickcg@yahoo.com.br.

precedente in the frame of reference of its Western contemporaries, entering the sphere of the “unthinkable”. Polluting historiography further, this article investigates one of the main means of dissemination of historiographic work today: textbooks. Comparing, within the works, the approach in relation to other independence movements, it is intended to note the degree of relevance given to the independence of the island of São Domingos, the first on Latin American soil.

Keywords: Haitian Revolution; Black resistance; Textbooks.

Introdução

O historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (2016) acredita que uma relação passado-presente deve ser estabelecida levando em consideração a autenticidade, cuja qual poderia ser medida não por uma representação fiel deste passado e sim pelo reconhecimento do presente como representante deste passado. Trouillot (2016) entende que o passado representado dentro do espectro presentista racista acaba por tolher a capacidade destes que tentam reconstruir o passado escravista, e isso deve ser denunciado. Direcionando o olhar para atualidade, o autor observa que:

De fato, nenhum de nós pode, hoje em dia, ser sincero em relação à escravidão afro-americana – seja a favor ou contra – da mesma maneira como podemos ser sinceros em relação às práticas correntes de discriminação. Do mesmo modo, as pessoas no Velho Mundo ou na América Latina de hoje não podem ser sinceras ou insinceras em relação a um colonialismo que elas não viveram. Aquilo que sabemos a respeito da escravidão ou do colonialismo pode – deve, na verdade – intensificar nosso ardor nas lutas contra a discriminação e a opressão, atravessando barreiras raciais e nacionais (TROUILLOT, 2016, p. 247).

A revolução haitiana é um dos temas que abrangem tanto colonialismo quanto a escravidão, entrando para a história como a única revolução escrava vitoriosa e que impôs sua independência, devendo, necessariamente, aliar sua emancipação com o término da escravidão para garantir sua sobrevivência. O fato demorou a ser reconhecido pelo Ocidente, e somente em 1825, diante de pesadas multas indenizatórias à própria França, o Haiti foi reconhecido como país independente, se tornando um país de estrutura econômica camponesa posteriormente. Apesar da dura realidade que atinge hoje os haitianos, possuindo o pior Índice de Desenvolvimento Humano² fora do continente

² Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/haiti> (acessado em 09/08/2023).

africano, o evento é um marco para a resistência anticolonial e antiescravista e a representação de seu passado hodiernamente deve considerar este fato.

O presente artigo objetiva analisar um dos principais e populares meios de representação do passado: os livros didáticos. O estudo será dividido em três etapas. A primeira visa situar historicamente o evento da revolução haitiana e a sangrenta guerra que ocorreu entre escravos e senhores, chegando a atingir um nível de batalha racial onde os dois lados promoviam massacres incessantes com o fim de assustar e impor o medo uns aos outros, com o lado europeu levando a pior. A abordagem da historiografia sobre a emancipação da antiga Ilha de São Domingos apresentou-se muito eivada pela análise de seus contemporâneos, e um quadro referencial impotente para distinguir o evento submergiu suas avaliações para a esfera do “impensável”.

Em seguida, exporemos a trajetória e o ganho de importância dos livros didáticos no Brasil, crescendo em produção e importância desde o próprio regime militar, sendo também fonte de um renovado interesse em se perpetrar pesquisas utilizando a temática em relação ao seu uso nas escolas do final do século XX até os dias atuais, sendo um dos principais meios de acesso ao saber histórico e também no que concerne o próprio governo Goulart. Considerando sua construção mercadológica e seu modelo de retratação às vezes confundido como verdade única, os livros didáticos são produções que ganharam um olhar especial dos pesquisadores recentemente, direcionando esta pesquisa para a reconstituição histórica.

Derradeiramente, far-se-á uma análise de livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras na atualidade realizando uma comparação, dentro das próprias obras, dos espaços dedicados à revolução haitiana perante a outros movimentos de independência das Américas. Vista a importância historiográfica aqui entendida, analisaremos se os livros didáticos dedicaram espaço satisfatório de explanação, usando como régua a representação dos movimentos independentistas realizados nas obras.

O presente estudo se justifica na medida que uma grande parcela da população tem acesso aos livros didáticos e muitos têm seu primeiro contato com determinadas temáticas históricas através do seu uso, e espera-se que esta pesquisa contribua para o estudo das revoltas anticoloniais e antiescravistas e sua abordagem nos livros didáticos brasileiros, com o fim de sempre se apoiar uma escrita historiográfica capaz de reafirmar os grupos subalternizados como sujeitos da história, enfraquecendo tendências de reconstituição que não valorizam suas capacidades de interferir no curso do movimento histórico.

A Revolução no Haiti e o silêncio historiográfico

A Revolução do Haiti, iniciada em 1791 e findada em 1804, foi responsável por tornar independente o primeiro país da América Latina, apresentando-se como um marco da resistência escravista e anticolonial de forma contemporânea ao que se entende ser um ponto de inflexão na história humana: a Revolução Francesa. A revolução dos haitianos apresentou-se como um evento que expôs os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade dos franceses, que, em sua maioria, ainda pugnavam pelo modo escravista de produção e não enxergavam negros – libertos ou não – como seres que eram merecedores dos ideais iluministas que pregava equalização de direitos de qualquer homem (entendido à época como branco).

De acordo com Marco Morel (2017), a revolução haitiana tem início em uma cerimônia *vodu* em 22 de agosto de 1791. Chefiada por um cativo jamaicano chamado Dutty Bouckman, a reunião dos cativos naquele local sacramentava o que já havia sido discutido em outros encontros que ocorreram em diferentes locais da ilha, iniciando um movimento de revolta. O que se segue é uma luta sangrenta entre os brancos e colonos da ilha contra os escravos, e após 3 meses de insurreição o saldo de perdas para os brancos eram cerca de mil mortos, 15 mil escravos dados como desaparecidos, cerca de 25% dos engenhos de açúcar destruídos e aproximadamente um terço das plantações de café incendiadas e saqueadas (MOREL, 2017).

Ainda em 1791, um personagem importante ainda se encontrava fora das lutas que viriam, progressivamente, se tornarem um evento de escala ainda maior para a história da humanidade. De acordo com Maria Ligia Prado e Gabriella Pellegrino (2014), François Dominique Toussaint, que mais tarde adotaria o nome de Toussaint L’Ouverture, vivia na plantation Bréda, ao norte da colônia. Toussaint teve uma trajetória de vida incomum entre os cativos, em que aprendeu a ler e escrever com um velho negro chamado Pierre Baptiste. Suas habilidades o permitiram que não trabalhasse no eito, cuidando “dos rebanhos e das manadas”, progredindo na fazenda ao se tornar “cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda” (PELLEGRINO; PRADO, 2014, p. 16). Posteriormente, pôde se casar e teve oito filhos com Suzanne Simone Baptiste, vivendo uma vida tranquila, onde possuía uma pequena propriedade rural, cultivando uma pequena horta com ajuda de outros escravos no momento da eclosão da revolta. A adesão de L’Ouverture a revolta ocorreu em 1793.

A França passava por uma grande instabilidade política, social e econômica que acabaram por lhe causar certa desorganização. Países europeus rivais buscaram se aproveitar dessa situação, e a colônia de Saint-Domingue os interessava visto que era conhecido como um dos maiores produtores mundiais de açúcar. Segundo Morel (2017), Espanha e Inglaterra decretaram guerra à França quando Luis XVI foi guilhotinado durante os eventos funestos da Revolução Francesa. A Espanha, desta forma, incitou a insurreição escrava justamente para debilitar o domínio francês na ilha, abastecendo os insurgentes a partir de 1793 com armas, munições e dinheiro. Enquanto isso, os ingleses se aliaram aos colonos locais, e a guerra civil em andamento ganhou novos contornos. Para tentar recuperar o controle da ilha, em 1794 os jacobinos assumem o poder em solo francês e decretam o fim da escravidão nas colônias, promovendo um giro de intenções dos revoltosos, entrando em guerra contra os espanhóis e os aniquilando. Os ex-escravos, agora apoiados pelos franceses, se viram contra os ingleses e os expulsam da Ilha somente em 1798, liderados por Toussaint L'Ouverture.

Com a assunção de Napoleão Bonaparte ao poder, a intenção francesa em relação à colônia mudou de figura. Napoleão enviou o general Victor Emmanuel Leclerc para a ilha de São Domingos com instruções secretas, corroborando a restauração da escravidão assim que as condições fossem propícias, segundo Cyril James (2010). O general conseguiu efetuar a prisão de Toussaint L'Ouverture. Escondendo de seus próprios homens de confiança as recomendações napoleônicas, Leclerc ocupou o porto de Le Cap durante quase todo o confronto, sua base de operações. Com as constantes perdas de homens, seja pela guerra incessante com os exércitos e as massas negras ou pela febre amarela, Leclerc externou diversas vezes, através de suas correspondências a França, o pedido de reforços. Além disso, conseguiu arregimentar apoios de generais negros importantes, como Cristophe e Dessalines, apelando para certas rusgas locais e que penderam também outros líderes negros para o lado dos franceses durante a guerra (JAMES, 2010).

Entretanto, a sorte de Leclerc começou a se deteriorar a passos largos, chegando a perder 80% do seu exército em combate ou mortos por enfermidade, com o restante dividido entre homens exaustos ou doentes. O general e os franceses que lutaram ao seu lado reconheceram nas suas cartas, por vezes, a bravura da resistência negra no enfrentamento de vida ou morte. A situação do general piorou ainda mais quando chegaram notícias de que Napoleão restaurou a escravidão em todas as colônias, após

votação no parlamento francês de 211 votos favoráveis a 60 votos contrários (JAMES, 2010). Neste momento, Napoleão não restabeleceu o regime escravocrata em São Domingos e nem em Guadalupe, mas enviou ao general Richepanse autorização para restaurar a escravidão em solo guadalupense. Assim feito, foi questão de tempo aos guerrilheiros da ilha de São Domingos saberem das últimas notícias, revigorando a insurreição. Consternado e sob alianças de alto risco com generais negros que acreditavam em seus dizeres sobre a não restauração da escravocracia, Leclerc, em 6 de agosto de 1802, escreveu aos seus conterrâneos:

Todos os negros estão convencidos, por cartas que chegam da França, pela lei que restabeleceu o tráfico de escravos e pelo decreto do general Richepanse restaurando a escravidão em Guadalupe, de que a intenção é torná-los escravos novamente, e só posso efetuar o desarmamento depois de longos e obstinados conflitos. *Esses homens não desejam se submeter*³. Temos de admitir que, no momento de acertar tudo por aqui, as circunstâncias políticas que descrevi acima quase destruíram o meu trabalho. As medidas infelizes que adotastes destruíram tudo e inflamaram as imaginações. Não conseguiremos mais submeter os negros, a não ser pela força das armas. Para isso, precisamos de armas e fundos, sem os quais a prosperidade de São Domingos está em grave perigo (LECLERC *apud* JAMES, 2010, p. 310).

O que se seguiu foi a continuação de uma luta sangrenta entre franceses e os negros de São Domingos, que respondiam de forma cruel uns aos outros, promovendo massacres públicos de lado a lado. De acordo com James (2010), os franceses tinham as maiores perdas, e as massas entraram no jogo, “lutando e morrendo como só as massas revolucionárias sabem fazer”. Ciosas de que o fantasma da escravidão os assombrava, não se deixavam enganar pela troca constante de lados na luta por brancos e negros, sabendo que, “qualquer que fosse o partido ao qual pertencessem os antigos donos de escravos, o objetivo deles era a restauração da escravatura” (JAMES, 2010, p. 315). E as massas tinham razão. Os antigos colonos eram apegados a ideia da antiga colônia próspera de São Domingos, em que a escravidão era a sua base de exploração. Em reuniões em que líderes negros estiveram presentes quando ainda estavam sob domínio de Leclerc, isso se mostrou bastante claro.

No dia 7 de abril de 1803, Toussaint L’Ouverture morre na prisão francesa, e Napoleão achava que isso acabaria com a moral das massas e dos exércitos revolucionários de São Domingos. Enganou-se. A resistência continuou com os generais designados por Toussaint, que gradativamente iam se reposicionando contra os franceses.

³ Grifo do autor.

Leclerc morre em novembro de 1803, e quem assume a luta é Rochambeau, que ainda recebeu cerca de 10 mil soldados de Napoleão na tentativa de capitular a ilha. Em vão. Até os poucos brancos que restavam na ilha se insurgiram contra o general sucessor após ele decretar impostos mais pesados para sustentar um exército bastante debilitado. Com as bases cada vez mais solapadas, em 16 de novembro de 1803, ocorreu o último ataque a Le Cap foi realizado pelas forças revolucionárias. Sua força foi tão grande que convenceu Rochambeau a deixar a ilha, decretando a vitória dos negros. Para James (2010):

Devido ao seu sacrifício e ao seu heroísmo, os homens, mulheres e crianças que expulsaram os franceses não ficam nada a dever a todos aqueles que lutaram pela independência em qualquer lugar do mundo, em qualquer época. E a razão é muito simples. Eles haviam percebido, finalmente, que sem a independência não conseguiriam manter a liberdade, e a liberdade era mais concreta para os antigos escravos do que para as elusivas formas de democracia política na França (JAMES, 2010, p. 323).

Quanto aos seus reflexos no Império do Brasil, a Revolução de São Domingos atingiu em cheio o imaginário da elite branca e proprietária no país. Segundo Celia Maria de Azevedo (2004), um grande medo tomou conta das classes dominantes em solo brasileiro, temerosos de ter suas vidas encerradas por uma rebelião violenta, visto que estavam em minoria como no país haitiano. A autora salienta que nas três primeiras décadas do século XIX, as tenebrosas expectativas da classe senhorial brasileira confirmaram seu receio com insurreições lideradas por escravos, onde pode se destacar as insurreições baianas capitaneadas por haussás e nagôs.

A elite logo passou a debater soluções, também alcançando a pena de diversos personagens das classes “educadas”. Azevedo (2004) assinala que os senhores e seus pensadores tentavam estipular soluções para a “heterogenia” que formatava a sociedade brasileira, dividida por uma minoria branca e proprietária ante uma maioria não-branca e não-proprietária. Tais soluções gravitavam em torno da ideia de se construir uma “nacionalidade”, e os emancipacionistas idealizaram uma integração de não-brancos livres ou escravos, procurando “arancá-los das suas vidas vistas como abjetas, inúteis e isoladas” e incluí-los em “seu projeto de uma sociedade unida, harmoniosa e progressiva” (AZEVEDO, 2004, p. 30). Posteriormente, abolicionistas retomaram suas ideias no final do século, para se ter uma dimensão de como a revolução haitiana, junto ao movimento emancipacionista, influenciaram toda uma geração.

Segundo Trouillot (2016), a luta antiescravista e a consumação da independência haitiana em 1 de Janeiro de 1804 sofreu uma espécie de “silenciamento”. E seus contemporâneos a iniciaram. Segundo o autor, a Revolução Haitiana pôs em questionamento tanto premissas ontológicas quanto políticas dos escritores que apresentavam maior grau de radicalização na literatura iluminista, cujo evento não possuía um quadro de referência conceitual que permitisse àqueles compreender de forma completa o que estava ocorrendo na Ilha de Saint-Domingue, classificando-se como algo “impensável” no panorama ocidental de entendimento em temas como escravidão, raça e colonialismo no Novo Mundo.

A forma como punha em relevo as matérias da escravidão e do racismo notabilizou a Revolução Haitiana. Quando o evento revolucionário teve seu ponto de partida, alguns escritores europeus e alguns poucos nas Américas denotavam uma disposição para reconhecer – com muitas ressalvas práticas e filosóficas – a humanidade dos insurretos, ou seja, dos escravos inflamados. No entanto, quase ninguém identificou a necessidade de abolição imediata da escravidão. Para Trouillot (2016), a Revolução do Haiti foi um teste peremptório para o universalismo que a Revolução Americana e Francesa se candidatavam a propugnar, e ambas acabaram falhando. Deste modo, “em 1791, não havia registro de debate público, nem na França, nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, a respeito do direito dos escravos negros a obter autodeterminação e do direito de fazê-lo por meio da luta armada” (TROUILLOT, 2016, p. 148). O autor também observa que os atos revolucionários dos escravos também extrapolavam os limites do inconcebível entre os próprios escravos e seus líderes, sendo forjado política e filosoficamente conforme ia ocorrendo.

As tentativas dos contemporâneos da revolução, conscientes ou não, de “encaixar” o evento no seu quadro referencial empurrou a responsabilidade dos fatos sempre para um agente externo, dado que a visão que se tinha dos negros era de incapacidade no que tange a organização de uma revolução de proporções emancipatórias, ora se atribuindo a um erro de avaliação dos fazendeiros, ora imputando sua responsabilidade a agitadores que não pertenciam às fileiras revolucionárias. Essas interpretações povoaram as mentes de administradores, políticos e ideólogos americanos, cubanos, jamaicanos e franceses, além dos intérpretes localizados na própria ilha de Saint-Domingue (TROUILLOT, 2016). Em outras palavras, “a visão de mundo ganha dos fatos: a hegemonia branca é

natural e tida como certa; qualquer alternativa pertence ainda ao âmbito do impensável” (TROUILLOT, 2016, p. 156).

Entretanto, o que mais impressiona Trouillot (2016) é a abordagem historiográfica subsequente, entendendo que os historiadores interpretaram os eventos da revolução haitiana com praticamente o mesmo binóculo dos contemporâneos ocidentais, tecendo narrativas que imputavam o mesmo teor de impossibilidade daqueles que testemunharam os fatos no mesmo recorte temporal. O autor classifica as interpretações dos historiadores a partir de duas famílias terminológicas, chamadas de “fórmulas de rasura” e “fórmulas de banalização”. Segundo o autor, ambas são fórmulas de silenciamento, onde a primeira caracteriza o silêncio geral sobre a resistência haitiana na Europa e na América do Norte no século XVIII, enquanto a segunda se refere às explanações dos especialistas da época, englobando capatazes, administradores e fazendeiros da ilha de Saint-Domingue, chegando aos políticos em Paris. Atribuindo o silêncio da historiografia ocidental também à incapacidade de expressão do impensável, Trouillot (2016) observa que a força deste silenciamento recrudescceu a partir da própria relevância da revolução para seus contemporâneos e para gerações que sucederam o evento imediatamente. O autor completa:

O silenciamento da Revolução Haitiana é apenas um capítulo de uma narrativa de dominação global. É parte da história do Ocidente e é provável que continue a ser, mesmo numa modalidade atenuada, a menos que a história do Ocidente possa ser recontada sob formas que ressaltem a perspectiva do mundo todo. Infelizmente, sequer chegamos perto de uma reformulação tão fundamental da história mundial, a despeito de alguns avanços formidáveis (TROUILLOT, 2016, p. 178-179).

Entendendo o silêncio generalizado sobre os treze anos revolucionários ocorridos na ilha de Saint-Domingue como um projeto de dominação global, o autor não enxerga proximidade de uma reformulação do panorama, mas identifica alguns avanços.

Já o posicionamento de Trouillot (1982) no que se refere à escravidão visa aliar a integração desta forma de trabalho com o sistema capitalista mundial em desenvolvimento, sendo contrário a abordagens sistêmicas que notabilizam pequenas iniciativas e reações a nível local. Seu intento era ultrapassar estudos muito direcionados somente para uma determinada realidade sem considerar a expansão capitalista, que “encolheu o mundo”. Objetivando incluir a dialética das interações entre as diferentes camadas do regime do capital, tanto a nível internacional quanto nacional, o autor buscava unir o que não deveria ser separado, ou seja, situações que fossem “externas” dos eventos

“internos”. Além disso, a integração deste modelo de análise resultaria no bloqueio a um “mecanismo homogeneizador” aos estudos sobre a dependência no sistema do capital.

Leonardo Marques (2020) sintetiza os posicionamentos historiográficos em relação ao sistema escravista e seu papel/integração no sistema capitalista mundial à época da revolução haitiana. Segundo Marques (2020), Philip McMichael criou um modelo que chamou de “comparação integrada”. Diante da problemática das escalas de análise, o autor propôs que as partes não deveriam ser analisadas de forma independente do todo. De forma também a evitar a concepção de um todo pré-concebido, a régua de McMichael acentua que tanto as ações locais quanto o contexto internacional se alteravam, onde as partes formataram o todo, modificando-o constantemente. Portanto, não se deve privilegiar nenhum dos dois níveis, e sim, verificar como as duas instâncias interagem para fornecer um entendimento mais completo sobre a inserção da escravidão no sistema capitalista.

Outro autor mencionado por Marques (2020) que analisa a interação da escravidão no regime capitalista é Dale Tomich. Tomich criou o conceito de segunda escravidão, caracterizando-a como um reflexo da aguda transformação que o mercado mundial sofreu no século XIX. Anteriormente, a força dos colonizadores se mostrava no domínio político, o que foi desmontado a partir do século oitocentista sob a tutela do Império Britânico, promovendo sua Revolução Industrial e consequentes avanços tecnológicos. O poder, desta maneira, se redirecionou para “o controle econômico sobre o fluxo das mercadorias”, incorrendo numa “nova divisão internacional do trabalho” e estimulando o engrandecimento das fronteiras escravistas nas Américas. O Haiti iniciou seu processo emancipacionista durante a virada do século, se apresentando como contraponto ao propor o fim da escravatura. A escravidão, portanto, é mais um ingrediente no complexo sistema de trocas do regime do capital do século XIX e segundo Marques (2020):

Ao evitarmos a enrijecida dicotomia entre processos internos e externos, tal como sugeria Trouillot, podemos começar explorar a fundo, por exemplo, como os mecanismos de endividamento, [...] tiveram importância para a trajetória histórica do capitalismo mundial. Definir o capitalismo ou sua ausência a partir das relações de produção ou reprodução (reciprocidade, redistribuição ou toma-lá-dá-cá pessoal) de uma sociedade, geralmente concebida como uma unidade isolada e fechada em si mesma, é contar parte da história (MARQUES, 2020, p. 68).

Para prosseguirmos, teorizemos o objeto de análise do nosso trabalho e também espaço de manifestação historiográfica: o livro didático.

Os livros didáticos e o ensino de história no Brasil

Os livros didáticos aparecem como peças cruciais no que tange o ensino de história no Brasil. Não só no Brasil, os livros didáticos fazem presença e exercem sua influência em diversos locais, como constata o pesquisador Jörn Rüsen, que, em relação ao ensino de história, denota a posição dos diversos especialistas em apontar a sua unanimidade quanto o valor do livro didático, entendendo ser a ferramenta mais importante (RÜSEN *apud* GUIMARÃES, 2012).

De acordo com Circe Bittencourt (1993), no Brasil, o livro didático foi inicialmente formulado pelo Estado, bem como ocorrera em outras partes do mundo. A autora ressalta que o livro didático apresentava três sujeitos construtores: o próprio Estado, o editor e o autor. Destes, Bittencourt (1993) enfatiza que o poder de transmissibilidade do conteúdo elaborado que transpunha o conhecimento nele embutido para seu leitor se encontrava nas mãos do autor. No caso, “foram os dirigentes dos Estados Modernos, conservadores ou progressistas, que organizaram os programas curriculares, sistematizando os novos conhecimentos transformados em disciplinas escolares” (BITTENCOURT, 1993, p. 135).

A autora salienta que os livros didáticos no Brasil foram sendo construídos ao mesmo tempo que se elaboravam os programas curriculares, influenciando e ajudando um ao outro para a edificação dos conteúdos nos mais variados campos do saber, talhando os temas que iriam ser repassados aos educandos. No século XIX, os programas de ensino começaram a anteceder a elaboração dos livros didáticos, fenômeno apoiado pelo assentamento das disciplinas escolares. Segundo Bittencourt (1993):

As disciplinas escolares se constituíram em um meio de legitimação de determinados conhecimentos. Esse processo de construção não foi linear. Foi permeado de confrontos entre os diferentes grupos que compartilhavam as esferas do poder. A criação da História como disciplina escolar e as transformações que sofreu se inserem dentro deste quadro de conflitos (BITTENCOURT, 1993, p. 136).

Segundo Selva Guimarães (2012), o livro didático é um dos mais importantes canais que interligam e apresentam conhecimentos de forma sistematizada, apresentando-se como um produto recheado por características que permeiam a cultura brasileira no sentido de ser o objeto com o mais amplo espaço de divulgação entre os brasileiros que tem a possibilidade de acessar o ensino escolar básico e a educação na rede pública do país.

Para nos dimensionar a relevância do livro didático na vida do brasileiro, a autora ainda nos informa que o gênero é o segundo mais lido no Brasil, perdendo apenas para a Bíblia. Segundo Guimarães (2012), sua difusão e seu amplo uso pela população brasileira se justificam pelo fácil acesso que o Estado brasileiro fornece ao estudante. A autora nos esclarece de forma histórica a facilitação da leitura dos livros, dizendo que se trata “de uma das mais antigas e importantes políticas públicas para a educação básica do governo brasileiro” (GUIMARÃES, 2012, p. 92).

Guimarães (2012) ressalta o grande *boom* da produção de livros didáticos no Brasil no período pós-1964, iniciando-se em pleno regime ditatorial. As relações mercadológicas também influenciaram nas produções subsequentes e a indústria cultural fora avultada no período em que esteve vigente o Estado de exceção brasileiro, onde “houve uma adoção em massa de livros didáticos, incentivada pelo Estado e pela indústria editorial brasileira, em plena expansão, por meio dos incentivos estatais. O livro didático assumiu, assim, a forma do currículo e do saber histórico nas escolas” (GUIMARÃES, 2012, p. 94). O governo, então, também passou a fomentar o aprimoramento tecnológico da indústria editorial pela isenção dos tributos alfandegários sobre a importação de maquinaria. Esse processo, então, massificou o uso do livro didático no país, se tornando um dos produtos mais vendidos da indústria editorial, com o governo se transformando no seu maior cliente. Com isso, “a indústria editorial e a educação escolar”, partindo da reforma educacional e escolar dentro do período ditatorial, “estiveram intimamente ligadas ao projeto de ampliação do acesso ao ensino fundamental” (GUIMARÃES, 2012, p. 96).

No final dos anos 1970 e começo da década de 1980, têm-se uma metamorfose distinta no que concerne a distribuição e elaboração de materiais de ensino no Brasil. Sua produção fora influenciada por um processo de mudança nas relações entre a indústria cultural e as próprias instituições educacionais que promovem e produzem o conhecimento. Desta forma, a indústria cultural passou a participar de maneira mais relevante e ativa nos debates ocorridos no meio acadêmico para a formatação dos produtos educacionais, estabelecendo uma renovação de materiais fabricados e adequando as produções, de modo a realizar uma aliança mais estreita com os setores da intelectualidade brasileira que necessitavam desta união com fins de estabelecimento nas carreiras acadêmicas de cada participante, dependendo cada vez mais do setor midiático para firmar-se na academia, incluindo-se também as publicações (GUIMARÃES, 2012).

Os livros didáticos, então, foram afetados por este novo modo de se formatar e conduzir a elaboração de materiais escolares, atingidos pela readequação das relações entre a indústria cultural e as instituições formatadoras de conhecimento.

Nesse sentido, as mudanças operadas e conduzidas nos ensinos fundamental e médio no Brasil deram-se de forma significativa. No que tange ao ensino da disciplina histórica, houve mudanças importantes na medida em que se ampliava o campo das pesquisas na área, com a abertura de novas áreas temáticas e documentais. Deste modo, o mercado editorial brasileiro produziu suas próprias novidades em convergência com as mudanças que ocorriam na própria ciência histórica (GUIMARÃES, 2012).

Guimarães (2012) ainda considera o crescimento da produção de livros paradidáticos e publicações no decurso dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. As universidades passaram a demandar mais volumes e as exigências de produtividade passaram para uma escala maior, o que contribuiu para a aliança entre especialistas pertencentes ao meio acadêmico - no caso da História - com as editoras, a fim de “difundir o chamado saber histórico erudito” (GUIMARÃES, 2012, p. 99). Neste momento, “a produção e a venda em massa do livro didático de História permaneceram representando indiscutivelmente o carro-chefe do setor editorial na área” (GUIMARÃES, 2012, p. 99).

Um pouco antes disso, em 1985, coincidindo com o período de redemocratização do sistema político, instalou-se o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), comprometendo o Ministério da Educação (MEC) a distribuir livros didáticos aos alunos da escola pública com as escolas definindo quais seriam. Além disso, os professores ficaram responsáveis pela seleção de títulos, enviando o pedido ao Governo Federal, e este comprava e distribuía em todo o Brasil (GUIMARÃES, 2012, p. 100).

De acordo com Guimarães (2012), em decorrência do *impeachment* do então presidente do Brasil Fernando Collor de Mello em 1992, vieram à tona muitos problemas do PNLD. A política de restrição orçamentária em relação ao Programa e a qualidade dos livros didáticos foram bastante criticadas por especialistas estrangeiros e nacionais. O MEC se viu na contingência de reelaborar sua política, se definindo como avaliadora dos padrões de qualidade, mais destinada às séries iniciais. Desde então, o PNLD foi aprimorado, tendo avaliações sistematizadas e organizadas pelo MEC.

A partir de 2000, Guimarães (2012) ressalta duas mudanças importantes para os livros didáticos da disciplina histórica: a desvinculação em relação à geografia, desconfigurando a matéria de Estudos Sociais os quais as duas disciplinas eram

contempladas em um mesmo livro, que era distribuído nas séries iniciais; a universalização, para os alunos do ensino médio, da distribuição dos livros de História, através do Plano Nacional do Livro Didático do ensino fundamental e do médio (PNLEM), que assumiu a distribuição e recebimento dos livros pelas escolas públicas de diferentes lugares do Brasil.

Em história mais recente, o livro didático ainda tem grande amplitude no que se refere ao alcance deste tipo de material nas escolas brasileiras, chegando a milhares de alunos. Para se ter uma noção, em 2020, no que tange aos anos finais do Ensino Fundamental brasileiro, o PNLD contemplou 48.213 escolas no Brasil, beneficiando mais de 10.067.286 alunos e em todo o país, perfazendo um total de 80.528.321 exemplares que chegaram às mãos de estudantes. Em 2021, o programa atingiu 47.160 instituições escolares no país, beneficiando 10.109.478 alunos com 27.453.237 livros sendo aproveitados pelas classes estudantis.

Já no ano de 2022, 38.099 escolas foram alcançadas pelo PNLD, contemplando 8.593.056 discentes, cujos quais tiveram acesso aos 25.894.621 exemplares disponibilizados através do programa. Em 2023, o número de instituições escolares atingidas pelo programa foi de 47.306, onde 10.066.299 estudantes puderam ter acesso ao material, que se apresentou em um universo de 12.981.858 livros didáticos.

Percebe-se, quanto ao número de escolas contempladas pelo programa, uma certa estabilidade, com queda somente no ano de 2022. Quanto aos alunos beneficiados pelo PNLD, é possível notar certa estabilidade em relação aos números, onde também há uma queda no ano de 2022. No que concerne ao número de exemplares, o número é decrescente, experimentando severa queda entre 2020 e 2021, e 2022 manteve basicamente os números de 2021, apesar de leve queda. Em 2023, o número de livros didáticos cai pela metade em relação ao ano anterior. O site do PNLD justifica as sucessivas quedas manifestando que em 2020 foi realizada a aquisição completa dos materiais para os anos finais, fazendo somente reposições nos anos subsequentes.

Em um universo de mais de 226 mil escolas, é possível afirmar que o PNLD contempla cerca de 1/5 das instituições escolares, que auxiliam mais de 50 milhões de estudantes e profissionais da educação por todo o país. Como todo programa de política pública, é possível melhorar ainda mais esses números, e quanto mais próximo da chegada a totalidade de distribuição para nossos alunos, maiores chances dos livros didáticos fazerem a diferença em suas vidas.

Quanto às pesquisas relacionadas ao livro didático, o número de pesquisadores e títulos publicados sobre a temática era muito reduzido até o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, não passando de 50 os trabalhos publicados realizados a partir da década de 1970. Estes títulos, no geral, destinavam-se a criticar a lógica burguesa como contaminadora das produções de livros didáticos, condenando a ideologia implementada e que se fazia presente nos livros utilizados pelas instituições escolares (MUNAKATA, 2012). Entretanto, impulsionados pela tese de doutorado de Circe Bittencourt – representando um divisor de águas nas pesquisas concernentes a temática – em 1993, o número de títulos publicados visando analisar e pesquisar os livros didáticos, nas suas variadas funções e esferas, subiu exponencialmente, apresentando os seguintes números: 22 títulos entre 1993 e 1995; 29 em 1996; 26 em 1997; 63 em 1998; 79 em 1999; 46 em 2000 (Munakata, 2012, p. 181). Em outras palavras, as pesquisas perpetradas a partir do início da década de 1990 atingiram a cifra de 265 títulos publicados, significando dizer que o total de trabalhos realizados em sete anos representa mais que o quádruplo das publicações realizadas em duas décadas.

Na virada do milênio, pode-se notar um avanço ainda maior. Eventos específicos sobre a temática começaram a se proliferar nos centros acadêmicos brasileiros, e sessões especiais também passaram a ser abrigadas nos eventos das grandes áreas (MUNAKATA, 2012). Projetos de pesquisa começaram a ser elaborados, juntamente a constituição de centros e núcleos com o objetivo de pesquisar a temática, iniciando um processo de proliferação nos programas de pós-graduação de diferentes áreas, como educação, letras, história, entre outros (MUNAKATA, 2012). O resultado destes novos combustíveis para o crescimento da pesquisa em torno dos livros didáticos é a considerável quantidade de trabalhos realizados na década que é circunscrita pelos anos de 2001 e 2011: 800 trabalhos, superando em mais de três vezes o número da década de 1990. A evolução numérica das pesquisas realizadas em nosso século é, sem dúvidas, inegável e substancial se comparado às décadas precedentes, mesmo que estas tenham um papel importante na iniciação das pesquisas relacionadas ao livro didático no Brasil. A tendência não foi propriamente brasileira, apresentando-se em diversos locais do mundo a partir dos anos de 1980 (MUNAKATA, 2012).

Munakata (2012), então, atenta para o caráter que todo produto toma na lógica capitalista: a de mercadoria. Antes de tudo, desta forma, o livro didático é produzido visto a contemplar os anseios de seu produtor, influenciado pelas ações de compra e venda da

qual caracterizam uma mercadoria. O esquematismo simplista que determina a “lógica do mal” - relevantemente ligado à indústria cultural – para todo tipo de mercadoria deve ser evitado, segundo o autor. Afinal, o livro que prega a derrubada do capitalismo se apresenta como mercadoria tanto quanto aquele que o exalta, sendo este o regime responsável pela lógica mercadológica. “O importante é ter a exata noção de que a materialidade das relações que estão implicadas no livro, entre o autor e o leitor, é sobredeterminada pelo mercado” (MUNAKATA, 2012, p. 185). O comprador do livro didático se materializa em uma instituição muito específica: a escola.

O historiador Rogério Victor (2012) aponta duas características nos livros didáticos relacionados à disciplina histórica. A primeira concerne à tendência do livro didático em universalizar, tornar comum a todos um saber, contribuindo para a edificação de uma percepção única do passado, sendo compartilhada pelos membros da sociedade de modo a estabelecer e definir uma modalidade de consciência histórica específica. A segunda característica se refere à imposição do discurso histórico, independentemente de sua formatação ideológica e suas influências mercadológicas, editoriais e materiais. Esta se define tanto pelo “sentido de ser obrigatório quanto no sentido de ser discurso de “autoridade”” (VICTOR, 2012, p. 85).

Quanto à primeira marca do livro didático, Victor (2012) considera que os discursos são compostos por escolhas em relação ao que será abordado, onde também se definem os silêncios. O tecido do discurso apresentado nos livros didáticos é produzido de acordo com uma série de fatos que se propõem como locais de reflexão, enquanto outra cadeia de fatos é esquecida, se destituindo da condição de fatos históricos justamente por terem sido esquecidos no presente. O autor ainda considera que:

a temporalidade dominante emerge na obra didática como um tipo de leitura do passado, espécie de memória histórica (entendendo esta como uma percepção do passado que carrega enorme grau de externalidade, mas que está disponível a todos) a alimentar a consciência histórica. Ora, na medida em que se busca constatar a existência de uma percepção do passado que esteja compartilhada na sociedade brasileira e que, de certa forma, tenha-se imposto, realmente não há material mais adequado que o livro didático (VICTOR, 2012, p. 85).

O livro didático, de acordo com o autor, é o objeto onde há uma percepção do passado e ocorre a formatação de determinada consciência histórica, tendo se imposto na sociedade como o principal material no que tange a uma concepção de história compartilhada. O livro didático também é entendido como portador de uma leitura do passado, sendo uma espécie de memória histórica, sabidamente influenciada por fatores

externos de sua respectiva temporalidade, pelo tempo presente em que é concebido, emergindo não só nas obras didáticas como em todas as produções do tempo correspondente. Em tentativa de sintetizar seu raciocínio, Victor (2012, p. 85) considera que “a história destes livros didáticos, chamada muitas vezes história de vulgarização, forja a consciência histórica, pois que é representação do passado muito difundida”.

A segunda característica marca-se pelo ideal de autoridade. A imposição da escola pela sociedade acaba resultando na imposição da disciplina História (MICELI *apud* VICTOR, 2012). A imposição da História nas instituições escolares acaba tornando seu discurso como proveniente de “autoridade”. Segundo Victor (2012) é exatamente essa imposição de autoridade que facilita a absorção de uma determinada compreensão do passado. Em decorrência disso, deve-se ter ciência da concepção de autoridade nas produções de livros, incluindo-se aí os livros didáticos. De acordo com Orlandi (*apud* VICTOR, 2012), a função crítica, então, se torna debilitada, pois o entendimento quanto a determinados fatos se torna única e inflexível com a versão imposta, tornando esta uma verdade inviolável, se identificando mais a censura do que com a própria crítica. Torna-se o leitor da versão imposta, por conseguinte, um censor, um juiz, imobilizado pelo conhecimento entendido como, também, a versão verdadeira. O autor ainda critica que:

Não se dá ao “modelo” um direito elementar, que faz parte do cotidiano de qualquer leitor: o de ler o mesmo texto de formas diferentes. Ele acaba por comprometer-se com uma leitura e a protegê-la institucionalmente. Por reflexo, tira-se também do leitor o que se tirou do crítico, isto é, sua dinâmica: o leitor fica obrigado a reproduzir o seu modelo de leitura, custe o que custar. O que, em geral, custa a sua capacidade de reflexão. (ORLANDI *apud* VICTOR, 2012, p. 86).

Em outras palavras, a capacidade de reflexão do leitor diante de uma leitura imposta acaba sendo seriamente cerceada com a imposição de verdades únicas, como a que se pretende com a imposição escolar com o material de seu uso, o livro didático. O leitor acaba não somente defendendo um ponto de vista, mas também acaba o protegendo do ângulo institucional, vista a redução da crítica em relação à leitura efetivada. A polissemia, então, é severamente atingida e o estabelecimento de um discurso pronto é favorecido.

A variedade de entendimentos é abatida, mas não é determinante. Victor (2012) relativiza a apreensão do conhecimento e corta qualquer chance de simplificação quanto à receptividade do discurso. A variante desta somatória, então, se encontra no

entendimento de cada pessoa e de seu nível de absorção, seu conhecimento de mundo, seu poder de interpretação e questionamento.

A Revolução Haitiana nos livros didáticos da atualidade brasileira

Como se pôde perceber no tópico anterior, o livro didático é uma das mais importantes vias de transmissão do conhecimento nas escolas públicas e privadas, e as pesquisas em torno do tema têm crescido ao longo dos anos. Averiguar se temas relegados tanto pela historiografia quanto pela pedagogia escolar é necessário, e desta forma, investigaremos se o tema da Revolução Haitiana tem tanto espaço quanto outros movimentos emancipacionistas, e neste caso, compararemos aos movimentos de independência americanos das próprias obras analisadas.

Iniciemos com o livro de oitavo ano da editora Saraiva *História.doc* (2015), escrito e organizado por Ronaldo Vainfas junto aos historiadores Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho. O tema da Revolução Haitiana apresenta três páginas de textos, onde se mostra descrita a situação da ilha no século XVIII, apontando que os franceses viviam “espremidos” entre africanos e mulatos livres e libertos e a população escrava. Em seguida, os autores apontam que a Revolução Francesa foi responsável por “acender o pavio”, pois a ilha vivia em permanente tensão. Passando pela primeira reivindicação comandada por Vicent Ogé, ainda em 1790, que reclamava direito de representação na assembleia francesa e que terminou esmagada e com Ogé executado, os autores prosseguem explicando os eventos que se sucederam, relatando os principais eventos como a luta dos escravos contra os espanhóis e os franceses que desejavam o retorno da escravidão, abolida em 1794 pelo governo jacobino na França. Posteriormente, abre-se um parágrafo pra entrada do líder Toussaint L’Ouverture no comando da revolução escrava que objetivava o fim da escravidão, citando alguma de suas palavras. Por fim, escreve-se sobre a restauração da escravidão por Napoleão Bonaparte em 1802, imputando a França a responsabilidade da mudança de direção dos rumos da ilha. Veiculando que os franceses enviaram “60 mil” homens junto ao general “Charles Leclerc” – este último de forma errônea, o general era Victor Leclerc -, os autores relatam que a luta escrava se radicalizou após este momento, onde lembra a captura de L’Ouverture em 1803 e sua morte na prisão e a sua substituição por “grandes chefes quilombolas” como Dessalines, Pétion e Christophe, que alçaram a luta para o outro âmbito: a independência da colônia, consumada em 1804. Em um quadro, os autores

também escrevem sobre o vodu, religião mais praticada no Haiti e que causava “pavor” nos franceses.

O espaço da Revolução Haitiana no livro didático *História.doc*, se comparado aos demais movimentos de independência nas Américas, só se iguala a Revolução Americana, que também contém três páginas, o que demonstra que os autores mostraram dar relevo para esta que foi a única revolução escrava e independentista de sucesso em nosso continente. As demais independências são tratadas em conjunto ao longo de cinco páginas, onde cita-se a emancipação de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai num quadro “A história não está sozinha”, localizado na página 169, sem se ater a nenhum processo de forma específica, o que demonstra a relevância que se dá ao processo revolucionário do Haiti pelos autores.

Já no livro *Estudar História: das origens do homem à era digital* (2018), também do oitavo ano e da editora Moderna, separa-se duas páginas para a Revolução Haitiana. Escrito pelas historiadoras Patricia Ramos Braick e Anna Barreto, o texto começa lembrando que a Espanha foi o primeiro povoado europeu a chegar na ilha de Hispaniola, que mais tarde foi rebatizada de ilha de São Domingos já com os franceses ocupando sua parte oeste. Para entrar na história do Haiti, as autoras falam das plantações instaladas pelos franceses na ilha, inserindo o cultivo de cana-de-açúcar, café e algodão, majoritariamente trabalhados pela mão de obra escrava que representava 80% dos habitantes da ilha. Apontando para as tensões existentes entre proprietários e escravos, o livro já inicia ao longo do parágrafo seguinte a história de Toussaint L’Ouverture, informando um pouco da sua história e suas iniciativas de redistribuição de terras após as suas vitórias frente aos proprietários franceses brancos. Cita-se também que os escravos cantaram a *marselhesa* – hino francês – durante a luta contra os franceses, onde se interpreta que foi um dos pontos mais dramáticos do confronto, e logo em seguida, um trecho do hino é posto enfatizando-se a luta pela liberdade. Após isso, o texto avança já para a criação do Haiti, relatando brevemente a prisão e morte de L’Ouverture, a independência consumada por Jean-Jacques Dessalines em 1804 e até o período posterior da nação recém-criada, que chegou a ficar dividida entre sul e norte com governos republicano e monárquico respectivamente. Em 1820, com a assunção de Boyer ao comando da nação, o país haitiano se reunificou, mas demorou muito para se reerguer economicamente, em virtude de pagamento de uma indenização aos franceses e o

incêndio de muitos canaviais em todo o processo. Por fim, as autoras encerram dizendo que “a independência do Haiti foi um grande marco na história do continente americano” e que a libertação da ilha de São Domingos “inspiraria, mais tarde, muitas revoltas escravas em todo o continente, dos Estados Unidos à América do Sul” (BARRETO; BRAICK, 2018, p. 97).

Neste livro didático, a Revolução Haitiana já aparece de forma mais acanhada do que em relação à Revolução Americana, que apresenta 6 páginas de desenvolvimento. O livro também analisa de forma mais parelha alguns movimentos de independência de forma mais detida, como a emancipação mexicana, uruguaia e cubana, mas também trata as independências na América do Sul de forma conjunta assim como trata as independências na América Central, dedicando uma página para cada. Em outras palavras, Barreto e Braick (2018) dão mais ênfase ao movimento de independência americano, emparelha os espaços dedicados a Revolução Haitiana com os movimentos uruguaio, mexicano e cubano, e trata as revoluções das Américas Central e do Sul de forma menos centrada em relação a Revolução Haitiana, apresentando certa preocupação em apontar ao movimento de independência da ilha de São Domingos como um dos mais importantes das Américas e como referência para outras insurreições escravas.

Prosseguindo, outro livro didático de oitavo ano do ensino fundamental de nossa análise pertence à editora Ática e tem o nome de *Teláris – História* (2018), escrito pelo sociólogo Cláudio Vicentino e pelo historiador José Bruno Vicentino. Neste livro, a abordagem sobre a Revolução Haitiana aparece como um evento paralelo à Revolução Francesa, encontrando-se como um subtópico desta em duas páginas. De forma breve, os autores buscam situar historicamente a ilha de São Domingos, explicando que os espanhóis foram os primeiros a chegar e a batizar a ilha com o nome de Hispaniola. Ao lado deste pequeno parágrafo, coloca-se um mapa tentando situar geograficamente a ilha, explicando que os franceses colonizaram a parte oeste e os espanhóis a parte leste. Logo abaixo, um quadro intitulado “Economia” explica o avanço dos franceses na ilha e seu consequente empossamento, sublinhando que São Domingos foi um dos principais polos de produção de açúcar, organizado pelo sistema de *plantations*. Outro quadro, já na segunda página, explica que a população de São Domingos apresentava 85% da população escrava, 10% de mulatos e negros livres e libertos e somente 5% de brancos entre proprietários ricos e brancos livres pobres. Em seguida, outro pequeno quadro explica a revolução escrava liderada por Toussaint “L’Ouverture e as suas influências

como a filosofia iluminista e pelos acontecimentos na França, onde cita-se a abolição da escravidão pelos jacobinos em 1794, terminando por relatar que Toussaint foi preso e faleceu na prisão em 1803. E, por fim e em um último quadro, os autores encerram o tema falando sobre a independência proclamada por Jean-Jacques Dessalines em 1804, explicando também que a França só reconheceu este fato em 1825.

Em relação aos movimentos de independência nas Américas, a Revolução Haitiana aparece de forma bem mais discreta, sendo mais um apêndice da Revolução Francesa, onde também não se destaca que a independência haitiana foi a primeira e única que aliou o fim da escravidão a sua libertação. Para se ter uma noção, os autores dedicam o primeiro capítulo à independência dos EUA e o sexto capítulo às independências da América espanhola e do sul, demonstrando estarem mais preocupados com estas duas temáticas. Vale citar que nesta obra utiliza-se mais dos recursos da iconografia, apresentando desenhos de L'Ouverture e Dessalines, o que acaba deixando o recurso textual mais para segundo plano.

Derradeiramente, o livro de oitavo ano *Araribá mais – História (2018)*, também da editora Moderna e escrito pela historiadora Ana Claudia Fernandes, explica em três páginas a Revolução Haitiana, apresentando-se como um tópico do sexto capítulo “O Império Napoleônico e a Revolução de São Domingo”. A autora inicia descrevendo a chegada dos espanhóis à ilha de Hispaniola e gradativo abandono de algumas das suas partes por conta do interesse em colonizar a parte continental da América, abrindo brecha para outros interessados europeus e com a instalação francesa na parte ocidental da ilha, reconhecida formalmente somente em 1697. Expõe-se que a França implementou o cultivo de café, anil, cacau, algodão e açúcar, sublinhando que a principal mão de obra era escrava. Salienta-se que a produção da ilha chegou a exportar 35 mil toneladas de açúcar mascavo e 25 mil de açúcar branco durante a segunda metade do século XVIII. Em seguida, o texto adentra o contexto francês de reconhecimento de liberdades e a inclusão dos habitantes da Ilha de São Domingos, mas sem a abolição da escravidão. Com a manutenção de condições de vida exauríveis, é demonstrado no texto que a população escrava se rebelou contra tal realidade, iniciando as revoltas que futuramente se transformariam em Revolução chefiada por Toussaint L'Ouverture. A autora também menciona a tentativa de restabelecer a escravidão pela França quando Napoleão Bonaparte envia seus exércitos à ilha de São Domingos, onde acaba por prender L'Ouverture, falecendo na prisão. Por fim, encerra-se a descrição histórica da Revolução

citando Jean-Jacques Dessalines, que expulsaria os franceses da ilha e decretaria a independência do Haiti em 1804.

Entretanto, a temática não para por aí. Na terceira página concernente a Revolução, a autora promove um debate historiográfico com historiadores, tais como Jacob Gorender (2004), Vanessa Matijascic (2018), Maria Clara Sampaio (2018) e Larissa Viana (2018), propondo um exercício ao final buscando uma resposta que interrelacione os textos. Ao dividir o espaço com o tema do Império Napoleônico, a autora demonstra intenção de valorizar a Revolução Haitiana, comparando o evento à grande marcha de Napoleão pela Europa. Em comparação aos movimentos de independência das Américas, a autora dedica o capítulo quatro para a independência Americana e o capítulo sete para as independências na América Central e do sul, analisando de forma mais detida somente a independência mexicana. Em outros termos, a Revolução Haitiana não ganha tanto destaque em relação à independência americana, o que é inverso no que tange às revoluções da América Central e do Sul na obra.

Considerações finais

A Revolução do Haiti e sua conseqüente independência mostra-se como um marco de relevância decisiva para as lutas anticoloniais e antiescravistas de finais do século XVIII e início do século XIX. Após uma luta sangrenta e com diversas perdas para ambos os lados, os ex-escravos da colônia de São Domingos entraram para os livros de história posteriormente como a única revolução escrava que atingiu seus objetivos emancipacionistas, aliando necessariamente os ideais de independência ao fim da escravidão. Os protagonistas da Revolução ocorrida na ilha experimentavam mais do que ninguém a falta de liberdade, preceito em contestação em solo francês e reclamada pelos revolucionários europeus sem, no entanto, tocar no tema da escravidão. A chegada dos jacobinos ao poder em solo francês representou o término temporário daquela realidade, restabelecida pelos ideais imperialistas de Napoleão ao instruir o general Leclerc a restabelecer o regime escravocrata assim que as condições estivessem propícias. Após intensas batalhas, a guerra de independência foi vencida por aqueles que dependiam mais da vitória para romper os grilhões da falta de liberdade, igualdade e fraternidade: a revolução negra de São Domingos, rebatizado como Haiti.

Espaço de manifestação historiográfica, as pesquisas sobre os livros didáticos têm crescido substancialmente no país, buscando investigar temáticas tais como a Revolução

Haitiana, o que se mostra bastante profícuo em relação ao seu próprio campo de pesquisa. Os livros didáticos são alvos tanto de interesses pedagógicos quanto de interesses mercadológicos que acabam permeando sua construção, junto a influxos da indústria cultural que transformaram o material também como veiculador de valores da esfera social brasileira. O livro didático também apresenta uma vertente de autoridade, e sua edificação não deixa claro somente o que quer ser exposto em determinado material/produto, mas também os silêncios a determinados temas através da sua não contemplação. A Revolução do Haiti, segundo Trouillot (2016), sofre deste silenciamento não somente através de materiais que possam chegar a unidades escolares, mas também da própria análise historiográfica, que imputa a responsabilidade pelo sucesso da revolução a agentes externos ou a um campo referencial que desprivilegia a responsabilidade negra no evento.

Em relação aos livros didáticos analisados, é notório que a Revolução da Haiti apresenta relevância em sua abordagem, onde em três dos quatro livros analisados – *História.doc*, *Estudar história e Araribá mais* – pôde se constatar que um espaço específico para a independência haitiana foi separado e abordado de forma satisfatória, salientando sua importância histórica para a luta anticolonial e antiescravista em que o evento emancipacionista da ilha de São Domingos serve de referência. Já o livro didático *Teláris* apresenta uma abordagem um pouco mais tímida, sendo quase que um desdobramento da Revolução Francesa, tendência criticada por Trouillot (2016) no que tange a circunscrição da importância do tema a uma consequência “indesejada” do que ocorreu em solo francês.

O livro didático é mais uma entre as milhares de representações realizadas no presente, o que nos remete a relação passado-presente medida por uma autenticidade capaz de ser honesta com o presente que as representa, se validando apenas com relação a práticas atuais e que envolvem diversos sujeitos, atores e testemunhas, incluindo as práticas de narração historiográfica. Para Trouillot (2016), as narrativas historiográficas que envolvem a historicidade humana demanda renovações atinentes a práticas de poder e de dominação, devendo ser o cerne de nossa preocupação. Espera-se que estejamos trilhando um caminho para a renovação de narrativas que sejam capazes de valorizar lutas e sujeitos antes não reconhecidos, e “somente no presente podemos ser sinceros ou insinceros em relação ao passado que escolhemos aceitar” (TROUILLOT, 2016, p. 248).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 13.ed. Campinas: Papirus, 2012.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1º ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, Leonardo. "Unidades de análise, jogo de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo". In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.) *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva Histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí: Paco, 2017.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista brasileira de história e educação*. Campinas, v.12, n.3, p. 179-197, 2012.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. *História da América Latina*. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Motion in the system: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue*. Revisão (Fernand Braudel Center). Binghamton, Nova Iorque, v. 5, n. 3, p. 331-388.

VICTOR, Rogério Lustosa. Ensino de História: o livro didático e a questão do outro. *Em Tempo de Histórias*. Brasília, n°21, p. 83-95, dez. 2012.

Livros Didáticos

BARRETO, Ana; BRAICK, Patricia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

CALAINHO, Daniela Buono; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo. *História.doc*. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia. *Araribá mais: história*. São Paulo: Moderna, 2018.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris: História*. São Paulo: Ática, 2018.

Sítios eletrônicos

Dados estatísticos do PNLD:

BRASIL, Ministério da Educação. PNLD. *Gov.br* (site). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 31 jan. 2024.

IDH do Haiti:

HAITI - Índice de Desenvolvimento Humano. *Country economy* (site). Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/haiti>. Acesso em 09 ago. 2023.

Número de escolas no país:

BRASIL, Ministério da Educação. Catálogo de Escolas. *Gov.br* (site). Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas#:~:text=S%C3%A3o%20mais%20de%20226%20mil%20escolas%2C%20que%20re%C3%BAnem,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20%28estudantes%20e%20profissionais%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%29..> Acesso em 31 jan. 2024.

RESENHA

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)*. Ed. UNIFESP: São Paulo, 2022. 367p.

REDISCUINDO A MATERNIDADE NEGRA NO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIXAlanna Perônio¹

O crescimento dos estudos de gênero nas últimas décadas não apenas possibilitou o desenvolvimento de novas perspectivas acerca da história social das mulheres, como também estimulou debates para que assuntos antes vistos unilateralmente como “universo feminino” pudessem ser rediscutidos. Desta forma, temas relacionados a corpo, sexualidade, afetividade e maternidade têm ganhado maior visibilidade na historiografia, e é neste campo que as pesquisas de Lorena Telles se inserem.

Publicado em 2022 pela Editora UNIFESP, o livro “Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)”, aqui resenhado, é fruto da tese de doutorado em História da pesquisadora Lorena Féres da Silva Telles. Graduada em História pela Universidade de Paris IV (2003) e pela Universidade de São Paulo (2007), onde também defendeu o mestrado e doutorado, Lorena Telles dedica-se aos estudos de gênero com ênfase na história das mulheres negras, o cotidiano destas e suas relações de trabalho. Destacando-se entre as produções, sua dissertação de mestrado, intitulada “Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)”, em que a autora discute as condições do trabalho feminino no pós-abolição – e também está disponível em livro pela editora Alameda desde 2013.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestranda em História Social pela Linha África e Diáspora na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente integra a Linha Escravidão e Invenção da Liberdade (UFBA), membro do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT-UNICAMP), do Grupo Rodney de Estudos em História da África, do Tráfico e da Escravidão Atlântica (GREHATEA), e do GT - Mundos do Trabalho (Anpuh-Ba). E-mail: a.peronio.his@gmail.com.

Na tese, Lorena Telles nos apresenta histórias que precedem a abolição mantendo o eixo das relações de gênero e trabalho, porém à luz das experiências de gravidez, parto, maternidade, medicina e como isso foi apropriado nas tensões e expectativas do fim do sistema escravista. Apoiada numa vasta bibliografia nacional e internacional, Telles utiliza um variado leque de fontes e recursos (iconográfico e literário) para nos apresentar as experiências de maternidade e violências ginecológicas-obstétricas vividas por africanas e suas descendentes no Rio de Janeiro oitocentista. Tendo como fonte principal os jornais que circularam na época anunciando serviços médicos ou descrevendo a realização de partos nas casas senhoriais e instituições clínicas e filantrópicas, Lorena Telles nos transporta para momentos de dor e violência sofridos por mulheres negras (em sua maioria escravizadas) ocultos na cientificidade posta na documentação. A pesquisa nos mostra, também, as visões dos médicos, os interesses senhoriais, os receios da população, a resistência das mães e a difamação da medicina popular (africana e indígena), o que nos permite conhecer o campo de disputa em que se estabeleceu a medicina obstétrica no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na Faculdade de Medicina em Salvador.

Diante disso, vale ressaltar que a pesquisa de doutorado foi vencedora do Prêmio História Social do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, edição 2019, e do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda Tese em Ciências Sociais pela *Latin American Studies Association* (LASA), Seção Brasil/2020. E agora chega ao público em forma de livro, dividido em seis capítulos, além do prefácio de Maria Helena P. T Machado, texto de orelha de Cristina Wissenbach e contracapa de Flávio Gomes.

A instalação das Faculdades de Medicina (no Rio de Janeiro e em Salvador), associada à chegada de médicos e parteiras formados(as) em Lisboa e na França, impactou diretamente na concepção de maternidade negra no século XIX, sobretudo em regimes escravocratas. Inicialmente, o público-alvo eram as mulheres mais abastadas, assim buscaram deslegitimar o prestígio social das comadres – parteiras populares – atribuindo a elas e as suas práticas religiosas (indígenas e africanas) a responsabilidade pelas complicações com a parturiente e crianças. Como naquele contexto, a maternidade negra era condenável, pois além de reduzir a capacidade produtiva – na visão da maioria dos senhores sem implicar na redução do trabalho – havia a possibilidade de que elas não sobrevivessem aos partos ou morressem logo após o nascimento dos filhos, as mulheres

negras, em especial as escravizadas também se tornaram interessantes aos intelectuais, como mercado de trabalho e estudos de caso.

O que antes, ao descobrirem a gestação, resultava em castigos físicos, indução do aborto e infanticídio (principalmente nas suspeitas de paternidades senhoriais), com o progresso dos ideais abolicionistas passou a ser um investimento senhorial e clínico. Ainda assim, quando decorrida a gestação, comumente ignoravam-se as condições em que mulheres escravizadas gestavam, pariam, tal como o pós-parto e o recém-nascido não mobilizavam cuidados. Tudo isso nos é apresentado por Telles, que ainda vai além do que comumente sabemos, por exemplo, demarcando as diferentes experiências no espaço rural e urbano, onde no primeiro as mulheres voltavam ao trabalho nas lavouras com dois ou três dias depois do parto, deixando os filhos com as mais velhas e crianças maiores, enquanto no espaço urbano, a pequena propriedade escrava limitava essa possibilidade, obrigando a maioria delas a dividirem o seu tempo de maneira desigual entre as longas jornadas de trabalho em casa e nas ruas com as crianças. Como alternativa, algumas levavam seus filhos amarrados às costas ou as mantinham por perto, porém esse tipo de exposição também resultou na morte de crianças.

Nos dois primeiros capítulos, Telles realiza um profundo debate bibliográfico sobre corpo, reprodução e violência sexual sob perspectivas atlânticas que nortearam a pesquisa. Nele conhecemos o referencial teórico mobilizado pela autora, em especial as discussões relacionadas a “gravidez, abortos, partos e criação de filhos: Caribe e Estados Unidos” e a bibliografia sobre “famílias escravas, maternidade e amas de leite na historiografia brasileira”, nomeando assim os capítulos. Bem característico dos trabalhos acadêmicos, esse levantamento visa explicar o contexto escravista ao qual africanas e crioulas vivenciaram a maternidade no século XIX sob grandes demandas de trabalho, com ênfase no espaço urbano do Rio de Janeiro.

No capítulo seguinte, “Africanas e crioulas grávidas na cidade”, nos deparamos com a complexidade das relações afetivas (horizontais e hierárquicas) e sexuais (consensuais ou não) em que mulheres negras engravidavam nas primeiras décadas do século XIX, principalmente, no caso das jovens mucamas ou escravizadas de ganho e lavradoras que viviam sob a ameaça dos impulsos sexuais dos senhores e feitores. Por outro lado, essas mulheres resistiam na mesma proporção, fosse omitindo a gestação o quanto possível, pressionando a redução de trabalhos, denunciando as violências senhoriais, abortando ou fugindo, como resistência direta à escravidão e prevenção aos

maus tratos e separações familiares. Contudo, além do desgaste dessas alternativas e as suas consequências, Telles nos mostra o quanto a crueldade dessa realidade se agravou no declínio do sistema escravista.

Com as proibições do tráfico e as preocupações da classe senhorial por não conseguir renovar a posse de escravos, os médicos com todo o “repertório discursivo científico” ganharam mais destaque no cenário. Isso era apoiado pela classe senhorial e tinha o aval do governo, embora entre a população estes ainda fossem poucos requisitados. Quando começaram a participar dos partos, restringiam a sua atuação a retirada do feto, com ou sem vida. E é aqui que o cenário se complica.

A violência escravista se estendia às mulheres negras nos atendimentos médicos, tanto aqueles realizados na casa senhorial quanto nas instituições privadas e públicas, e foi retratada por Lorena Telles nos capítulos três e quatro. Em tópicos bem definidos, Telles nos apresenta, de forma bem resumida aqui, como os partos eram realizados no âmbito doméstico na primeira metade do oitocentos, restringindo o acesso íntimo apenas às mulheres, orientadas por parteiras de conhecimentos práticos e naturais passados por gerações africanas e indígenas, reelaboradas na escravidão urbana que assegurariam o bom parto e o resguardo puerperal e cuidados neonatais. Eram elas, as comadres, que possuíam a legitimidade social. No entanto, por vezes os partos aconteciam com a supervisão e interferências senhoriais que aguardavam ansiosamente o retorno de suas escravas ao trabalho produtivo, superando assim as necessidades e cuidados das escravizadas e de seus filhos. Concomitantemente, a chegada de parteiras francesas e portuguesas licenciadas impactou a atividade das comadres, levando ao endurecimento de políticas públicas contra as parteiras e à difamação destas nos jornais na segunda metade do oitocentos.

Não obstante o aumento expressivo de médicos durante a segunda metade da centúria e o interesse da classe senhorial em preservar os filhos (as) das escravizadas, dada a ilegalidade do tráfico, não se reduziu a recorrência de “partos difíceis e violência obstétrica: entre médicos e estudantes”, título do quarto capítulo. Restringindo sua atuação à remoção do feto, os primeiros médicos a atuarem nos partos domiciliares ou em casas próprias causaram traumas e mortes de mulheres e crianças, sob o discurso de práticas técnicas-científicas. A implementação do fórceps, pelvímetros e outros instrumentos clínicos ganharam destaque como forma de reduzir as complicações, porém causando inúmeros estragos tanto por estudantes inexperientes quanto por médicos

docentes na Casa Senhorial, nas chamadas Casas de Saúde, na Maternidade Municipal (1881-1883) e sala de partos da Misericórdia destinadas a atender mulheres muito pobres.

No intuito de aumentar o ensino da prática médica obstétrica, exploraram majoritariamente as gestações de mulheres negras e pobres, delas teorizaram o racismo científico em teses de medicina, realizaram exames invasivos, cesáreas perigosas, tiraram vidas de fetos e parturientes, usaram os corpos vivos ou não para a realização de autópsias, descartaram seus corpos como meros objetos, inclusive largando-os nas ruas. Nos casos de sobrevivência da mãe ou do feto, os cuidados puerperais e neonatais eram negligenciados, o que também levou à morte de pessoas, mas não comprometia, para os médicos, o sucesso de suas atuações. Isso foi identificado pela autora nas narrativas dos partos divulgados nos jornais e amplamente conhecidos entre a população. A documentação silencia as visões das parturientes, mas de acordo com Telles, é crível que estas trocassem informações e por isso rejeitassem os médicos, culpando-os pelas mortes de seus filhos e filhas. Nesses capítulos concentram-se as narrativas mais detalhadas de momentos assustadores, e já alerta para o conteúdo sensível.

No quinto capítulo, “Mãe e ama de leite: os desafios da maternidade na cidade escravista”, Telles trata da mercantilização das mães, mais especificamente do leite produzido por elas, e como a Lei do Ventre Livre (1871) representava o desprezo dos senhores pelas crianças por não poderem escravizá-las, vendendo-as ou abandonando-as na roda dos expostos para que pudessem alugar as mães por preços exorbitantes. Na contramão, conhecemos tensões cotidianas entre senhores, locatários e mães escravizadas, aqui temos uma versão mais real das amas-de-leite, não apenas como uma “segunda mãe” das crianças brancas, mas mulheres sobrecarregadas de trabalhos domésticos, lidando com a separação ou morte de seus filhos, coagidas a aleitar aqueles que futuramente serviriam, e por vezes se recusando ou negligenciando os serviços, causando a morte dos senhorzinhos acidentalmente ou não.

Nestes últimos capítulos, Lorena Telles aprofunda sua análise nas estratégias utilizadas por mulheres negras para que pudessem continuar “criando os seus”, título do sexto capítulo. Fosse pela negociação ou por conflitos diretos com os senhores, fosse adaptando suas realidades de trabalho, fugindo ou recorrendo à justiça, mulheres africanas e crioulas resistiram às violências senhoriais para que não fossem separadas de seus filhos. Aqui, Telles também enfatiza a importância das famílias e das redes de solidariedade construídas por essas mulheres.

Chegamos ao final da leitura com a sensação de que sabemos pouco de Teresa e Felipa por darem título ao livro, mas sem prejuízos à sua compreensão, considerando o número de situações em que gestantes e parturientes viveram a maternidade no mesmo período que elas. Telles não só tratou das circunstâncias da gestação e do parto, como apontou as variáveis implícitas nesses contextos, explorando ao máximo o documento e o que este silenciava, além de destacar as articulações da comunidade negra. A autora nos mostra como ainda temos muito a refletir sobre a medicina e a maternidade africana entre povos originários e dentro da diáspora, a dimensão econômica da maternidade negra em números brutos e a experiência de mulheres negras libertas, pobres, livres ou em ascensão.

Destaca-se na obra a dualidade entre senhores e escravizadas sobre a maternidade, enquanto o “parir” não era visto como maternidade, mas como procriação para as parturientes, além dos aspectos afetivos que por vezes foram ignorados na historiografia, estas mulheres reconheciam a importância de seus filhos no contexto escravista e de certo modo buscavam preservar suas concepções ancestrais resistindo de diversas formas. Temas como o aborto, fugas e compadrio são trazidos com muita competência e sensibilidade. Uma obra mais do que necessária.

Além disso, para qualquer mulher negra que leia os relatos descritos por Telles existe grande chance de reconhecerem nas narrativas os temores de suas mães e avós que passaram por experiências traumáticas no momento do parto em clínicas, maternidades e hospitais moldados pelas heranças do racismo científico. Ou até que se reconheçam em situações semelhantes. As angústias transmitidas por gerações são reconhecidas nas atrocidades cometidas nos partos sob discursos racistas e justificativas patológicas que remetem ao século XIX. Mulheres que perderam seus filhos sem assistência, viram amputarem partes de seus filhos, tiveram seus úteros dilacerados com equipamentos médicos, pegaram infecções, outras se deparam com o resto dos corpos das crianças nas ruas porque dilacerados e, portanto, não poderiam ser enterrados no cemitério cristão, passaram por exames invasivos, foram analisadas por grupos de homens desconhecidos, enfim, situações perpetuadas na realidade médica brasileira.

O livro de Lorena Telles chega às nossas mãos em um momento delicado em que lutamos pela descriminalização do aborto e pela reforma nos manuais de conduta obstétrica. É uma tese de História que em muito pode contribuir para fundamentar

projetos de políticas públicas e, esperamos, às aulas dos cursos de enfermagem e medicina.